



**UNIVERSIDADE FEDERAL DA FRONTEIRA SUL  
CAMPUS CHAPECÓ  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO STRICTO SENSU  
CURSO DE MESTRADO EM HISTÓRIA**

**WAGNER WILLIAM PEREIRA**

**A IMPRENSA ESCRITA E OS COMUNISTAS EM ERECHIM NO  
CONTEXTO DO GOLPE CIVIL-MILITAR DE 1964**

**CHAPECÓ  
2018**

**WAGNER WILLIAM PEREIRA**

**A IMPRENSA ESCRITA E OS COMUNISTAS EM ERECHIM NO  
CONTEXTO DO GOLPE CIVIL-MILITAR DE 1964**

Dissertação de mestrado apresentada ao programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal da Fronteira Sul – UFFS, como requisito para obtenção do título de Mestre em História, sob a orientação da Profª Dra. Isabel Rosa Gritti.

**CHAPECÓ**

**2018**

## UNIVERSIDADE FEDERAL DA FRONTEIRA SUL

Av. Fernando Machado, 108 E  
Centro, Chapecó, SC – Brasil  
Caixa Postal 181  
CEP 89802-112

Pereira, Wagner William

A imprensa escrita e os comunistas em Erechim no contexto do golpe civil-militar de 1964 / Wagner William Pereira. -- 2018.

138 f. : il.

Orientadora: Isabel Rosa Gritti.

Dissertação (Mestrado) -- Universidade Federal da Fronteira Sul,  
Programa de Pós-Graduação em História, 2018.

1. Erechim. 2. Imprensa escrita. 3. Golpe civil-militar. 4.  
Anticomunismo. I. Gritti, Isabel Rosa, orient. II. Universidade Federal da  
Fronteira Sul. III. Título.

Ficha catalográfica elaborada pela  
Divisão de Bibliotecas – UFFS

WAGNER WILLIAM PEREIRA


**A IMPRENSA ESCRITA E OS COMUNISTAS EM ERECHIM NO CONTEXTO  
DO GOLPE CIVIL-MILITAR DE 1964**

Dissertação apresentada ao programa de Pós-Graduação em História da  
Universidade Federal da Fronteira Sul – UFFS. Para obtenção do título de  
Mestre em História, defendido em banca examinadora em 13/08/2018.

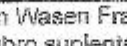
Aprovado em: 13/08/2018

**BANCA EXAMINADORA**

  
Prof.<sup>a</sup> Dra. Isabel Rosa Gritti – UFFS  
Presidente da banca/orientadora

  
Prof. Dr. Diorge Alceno Konrad – UFSM  
Membro titular externo

  
Prof. Dr. Antonio Marcos Myskiw – UFFS  
Membro titular interno

  
Prof. Dr. Gerson Wasen Fraga – UFFS  
Membro suplente

Chapecó/SC, agosto de 2018.

## **AGRADECIMENTOS**

Agradeço em primeiro lugar, à minha família, que sempre me incentivou a dar continuidade à formação acadêmica, que a meu ver, é contínua e sem finitude.

Em especial, à minha mãe Marli Pereira, por ter me ensinado a lutar pelo que almejamos, e ter me dado o seu exemplo como pessoa, embasado em foco e perseverança.

Aos meus queridos avós, Jandir e Zeneide, pelo seu belo exemplo de luta, determinação e pelo amor dedicado à nossa família.

A minha amada Atauana Mazutti, por todo o amor e respeito e por seu companheirismo, fundamentais para a conclusão deste trabalho. Por ter sido compreensível comigo, nos momentos em que pensei em desistir, devido à sobrecarga de tarefas e trabalhos.

Aos professores - que vale ressaltar -, compuseram o primeiro corpo docente do Mestrado em História, da Universidade Federal da Fronteira Sul, Campus Chapecó.

Em especial, aos professores Antonio Marcos Myskiw, Delmir José Valentini, Jaisson Teixeira Lino, Claiton Marcio da Silva e Isabel Rosa Gritti, por me orientarem e transmitirem todo o conhecimento possível nestes dois anos, de belas discussões, instigantes debates, e que possibilitaram novas perspectivas de pesquisas, dentro dos diferentes campos da História.

Aos meus colegas de Mestrado, por tantos bons momentos que passamos juntos. Pelos trabalhos, discussões, debates e também embates, através de viagens pelo universo surpreendente e fascinante da História. E claro, pelos brindes de amizade que compartilhamos juntos.

Agradeço também ao professor Diorge Alceno Konrad, por ter aceitado fazer parte da minha banca. Por sua atenção e presteza nos momentos de dúvidas, suprimindo-as, de maneira cortês e gentil. Saudações acadêmicas!

E por fim, a todos os que lutaram pela instalação da Universidade Federal Da Fronteira Sul, acreditando nos sonhos de jovens que, assim como eu, são oriundos da classe trabalhadora, e que hoje tem acesso ao universo acadêmico, algo pouco provável há um tempo recente. Meus sinceros e fraternos agradecimentos.

“A imprensa pode causar mais danos que a bomba atômica. E deixar cicatrizes no cérebro”. (Noam Chomski).

## RESUMO

A atuação da imprensa, principalmente, da imprensa escrita foi uma das condições que colaboraram para o desfecho do Golpe Civil-Militar de 1964. Em Erechim, cidade que foi o enfoque deste trabalho, os jornais que circulavam naquele período, seguiam as coordenadas dos militares. Atuavam diretamente na propagação do discurso anticomunista e na legitimação do novo governo, perante a sociedade. Assim, como fizeram os maiores jornais do Brasil, a imprensa escrita local, colaborou significativamente, para a disseminação desse discurso. Ocorreu no Brasil, uma grande força conjunta, determinada a extirpar tudo o que pudesse ser associado ao comunismo. Neste estudo, buscou verificar-se, como de fato a imprensa escrita atuou no contexto do Golpe e pós-Golpe de 1964. Para tanto, analisaram-se as fontes locais, como os próprios jornais, que circulavam por Erechim e documentos encontrados em acervos disponíveis para consultas. De posse destas fontes foi possível retratar-se como a imprensa escrita inseriu-se no contexto do Golpe Civil-Militar, sua atuação na propagação do anticomunismo e mostrar ainda, como o governo instituído após o Golpe atuou por meio de seus agentes opressores.

Palavras-chave: Erechim. Imprensa escrita. Golpe Civil-Militar. Anticomunismo.

## **ABSTRACT**

The press, especially in the written press, was one of the conditions that contributed to the end of the Civil-Military Coup of 1964. In Erechim, a city that was the focus of this work, the newspapers that circulated in that period followed the coordinates of the military. They acted directly in the propagation of the anti-communist discourse and in the legitimation of the new government, before the society. Thus, as did the largest newspapers in Brazil, the local press, collaborated significantly, for the dissemination of this discourse. In Brazil, a great joint force determined to extirpate everything that could be associated with communism. In this study, we tried to verify, as in fact the written press acted in the context of the Coup and Post-Coup of 1964. For that, we analyzed the local sources, like the own newspapers, that circulated by Erechim and documents found in collections available for consultation. In the possession of these sources it was possible to portray how the written press was inserted in the context of the Civil-Military Coup, its action in the propagation of the anticommunism and to show how the government instituted after the coup acted through its oppressive agents.

Keywords: Erechim. Press writing. Civil-Military coup. Anticommunism.



## SUMÁRIO

<b>1 INTRODUÇÃO .....</b>	<b>10</b>
<b>2 O COMUNISMO: COMUNIDADES PRIMITIVAS, IDEOLOGIA POLÍTICA, REVOLUÇÃO RUSSA E SEUS REFLEXOS.....</b>	<b>24</b>
2.1 COMUNISMO PRIMITIVO .....	24
2.2 MATERIALISMO HISTÓRICO-DIALÉTICO E O MANIFESTO COMUNISTA .....	26
2.3 LÊNIN, A REVOLUÇÃO RUSSA E SUAS INFLUÊNCIAS .....	34
2.4 O MACARTHISMO.....	43
2.5 A ESCOLA SUPERIOR DE GUERRA E A DOCTRINA DE SEGURANÇA NACIONAL .....	47
<b>3 O USO DA IMPRENSA COMO FONTE HISTÓRICA.....</b>	<b>51</b>
3.1 O PAPEL DO COMPLEXO IPES/IBAD NA DIFAMAÇÃO AO COMUNISMO .....	55
3.2 DOS ANTECEDENTES AO ESTOPIM DO GOLPE DE 1964 .....	61
<b>4 IMPRENSA ESCRITA E O ANTICOMUNISMO EM ERECHIM.....</b>	<b>78</b>
<b>5 CONSIDERAÇÕES FINAIS .....</b>	<b>Erro! Indicador não definido.</b>
<b>REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....</b>	<b>122</b>

## 1 INTRODUÇÃO

Completados 54 anos em 2018, o Golpe Civil-Militar de 1964, continua pulsante e a espera de maiores esclarecimentos e respostas. Naquele ano, que marcou o início de uma era sombria, o Brasil emergia outra vez, via Golpe de Estado, num período de incertezas, apreensão e tensão social. Um clima de medo pairava sobre o país. Após o Golpe, o Brasil tornou-se mais uma vez, uma Ditadura Civil-Militar, que perduraria até 1985.

Utiliza-se no decorrer deste trabalho, a expressão Golpe Civil-Militar, ao referir-se a 1964, por entender-se, que a participação civil foi um fator determinante. Daniel Aarão Reis cita esta participação como sendo a própria gene da Ditadura, assim “[...] a vitória do movimento civil-militar que derrubou João Goulart em abril de 1964 desferiu um golpe no projeto político nacional-estatista que o líder trabalhista encarnava e encerrou a experiência republicana iniciada com o fim do estado-novo, em 1945 [...]” (REIS, 2005, p. 11-12).

Aderiram ao movimento golpista de 1964: os Militares, liderados pelas Forças Armadas; as classes dominantes do Brasil, composta pelos grupos de domínio econômico, político e empresarial; parte da classe média urbana; setores conservadores da Igreja Católica, e, uma parcela significativa da sociedade, também alienada pela ameaça do comunismo. Ainda, compunha o movimento golpista, a grande imprensa, que foi a razão primordial deste trabalho. A imprensa analisada era representada pelos principais meios de comunicação daquele período, entre os quais estavam os jornais, os programas de rádio e de televisão.

É indispensável, no entanto, esclarecer antes de qualquer análise e pré-julgamento sobre a imprensa, que em 1964, apesar de a grande maioria dos jornais ter apoiado o Golpe, é um equívoco afirmar que todos apoiaram. E, um equívoco maior ainda - apesar de terem sido a maioria -, que todos, posteriormente apoiaram a Ditadura Civil-Militar. Ressalta-se também, que o Golpe Civil-Militar de 1964, não contou com apoio amplo e irrestrito da sociedade.

O trabalho que se redigirá, além de ser o resultado de uma longa pesquisa histórica sobre a atuação da imprensa escrita, tem o compromisso de manter vivas as memórias daqueles que estão diretamente relacionados aos fatos históricos daquele período.

Também, destaca-se, que o Golpe Civil-Militar de 1964 foi de certa forma, o resultado de um choque frontal entre dois projetos de governo, com interesses muito distintos. De um lado, o projeto que tinha como principal fio condutor, as reformas de base propostas e defendidas por João Goulart e que contava com apoio de uma ampla colisão de diferentes campos progressistas do Brasil, incluindo parte dos militares.

Esta parcela de militares, como bem salienta Faria, “[...] posicionou-se em favor de bandeiras até então tabus nos meios militares [...]”. (FARIA, 2010, p. 34). Estes, assim como as correntes progressistas que apoiavam Jango, defendiam bandeiras como: a “[...] reforma agrária, o direito de elegibilidade para os praças, o voto para os analfabetos, ampla liberdade de organização política e sindical e até a legalidade para o Partido Comunista [...]”. (Idem, 2010, p. 34).

Do lado oposto, encontrava-se um projeto conservador, gerido pelas classes dominantes, em prol de seus interesses. É importante esclarecer que, quando se fala em classes dominantes, está referindo-se aquelas que exercem domínio sobre diferentes segmentos da sociedade. Não necessariamente ligadas intrinsecamente umas as outras, e, portanto, podem ter ou não relações. Ou seja, relações de domínio sobre uma esfera não garantem necessariamente o domínio sobre outras. Por exemplo, é errado afirmar que, o domínio da esfera política, seja a garantia de domínio sobre a esfera econômica. Mas, ao contrário, o domínio do capital é fator determinante para exercer-se o domínio político. Quem vai gerir este domínio de poder é o próprio Estado.

Em 1964, as classes dominantes do Brasil eram compostas sobre tudo pelos latifundiários, empresários, burguesia industrial e conservadores da Igreja Católica. Sobre estas classes, Décio Saes, afirma que:

A classe “detentora”, que exerce controle sobre o aparelho de Estado, é a classe social de que são egressos os ocupantes do topo do aparelho de Estado capitalista. Ela não se configura, só por esse fato, como classe dominante, pois só é dominante a classe social cujo interesse político geral é garantido pelo Estado; e só nesse caso se pode dizer que uma classe social detém o poder político e o poder de Estado. Isso significa, finalmente, que a classe detentora do aparelho de Estado não se constitui em classe dirigente ou elite política que detenha o poder político, ao mesmo tempo em que as classes proprietárias detêm o poder econômico. (SAES, 1994, p. 17-18).

Pode-se dizer então, que o Golpe foi também um Golpe de Classe, dirigido minuciosamente pelas classes dominantes, contra os movimentos progressistas que objetivavam realizar profundas reformas no Brasil. Um país que em 1964 era marcado

pelos fortes contrastes sociais existentes, em que uma minoria de privilegiados contrastava com uma imensa maioria de miseráveis. Neste cenário, os militares aliaram-se a grupos políticos, que visavam à tomada do governo e a manutenção de seus privilégios. Esta aliança foi fundamental para o Golpe.

Faria (2010) sugere que esta aliança entre militares e classes dominantes foi também uma aliança política, pois segundo este “[...] as instituições militares são parte de Estado, e Estado é político, o apoliticismo dos militares é, portanto, um mito [...]” (FARIA, 2010, p. 29). Concluindo que, assim como ocorreu em quase toda a América Latina “[...] as Forças Armadas se constituíram no setor mais consolidado do Estado, e são tão mais fortes, quanto maior é a importância de elemento força para a reprodução da vida estatal [...]” (Idem, 2010, p.29). Feita esta abordagem, sobre as classes dominantes, volta-se a analisar o Golpe.

Assim, os militares, comandados pelo general Olympio Mourão Filho, partiram da cidade de Juiz de Fora, Minas Gerais, rumo ao então Estado da Guanabara, entre a madrugada do dia 31 de março e 1º de abril de 1964, com um objetivo traçado: depor do cargo de presidente da República, o senhor João Belchior Marques Goulart.

No amanhecer do dia 1º de abril, a República do Brasil foi tomada de assalto pelos militares. Para estes, no entanto, o Golpe foi e continua sendo uma “Revolução”. Porém, entende-se que, não se pode de maneira alguma, concordar com esta tese. Pois apesar de os militares ainda insistirem neste discurso, este argumento não pode jamais ser considerado legítimo. Pois, a revolução em si, define as modificações ocorrentes na estrutura da sociedade. Pode tanto ser relacionada à transformação dos modos de produção da indústria, como ocorreu na Revolução Industrial do Século XVIII, como ser relacionada às reformas ocorrentes nas estruturas de uma sociedade, como na Revolução Francesa de 1789, e Russa de 1917.

Nos casos citados acima, ocorreu de fato uma ruptura nas estruturas do sistema político, econômico e social. Assim uma revolução “[...] ocorreria a partir do acirramento de contradições na infraestrutura ou base econômica de uma sociedade, e as alterações nas instâncias ideológica e jurídico-política [...]” (GUAZELLI; DOMINGOS, 2009, p. 100). Neste sentido, deve-se entender que “[...] é a partir de Marx que o conceito de revolução assumiu o significado de transformação profunda na estrutura de uma sociedade [...]” (Idem, 2009, p. 100).

Então, mesmo que, os militares promulguem e denotem o movimento golpista de 1964, como um movimento revolucionário, e, ainda neguem boa parte dos acontecimentos que marcaram aquele ano, o período deve ser analisado a partir da ótica de um Golpe de Estado. Do contrário, estar-se-ia negando a veracidade dos fatos, embasado na grande quantidade de documentos disponíveis para consulta e também indo contra a essência da pesquisa histórica. Conforme (CARDOSO; VAINFAS 2011, p.337), a narrativa histórica assume, portanto: “[...] a função de explicar as sociedades, a partir de modelos hipotético-dedutivos de diferentes matrizes, mas sempre com uma visão holística (estrutural) e dinâmica (relativa ao movimento e a transformação) na análise do objeto [...]”.

Com a leitura de importantes referências bibliográficas sobre o Golpe de 1964 foi possível entender, como ocorreu o levante golpista, que culminaria na queda de João Goulart, conhecido desde a infância por “Jango”.

Dentro das Forças Armadas era forte a influência da Doutrina de Segurança Nacional, disseminada a partir da criação da Escola Superior de Guerra (ESG). Esta doutrina tinha como principal lema a segurança nacional, contra os “inimigos internos” e “externos”. Na época, os comunistas eram apontados como os “inimigos externos”. Sob a égide desta doutrina, os militares disseminaram a ideia de que Jango mantinha relações unilaterais com os governos comunistas da China e da Rússia, e, portanto, era considerado um “inimigo da nação”.

Naquele período, o presidente João Goulart enfrentava uma grande pressão sobre seu governo, e fora todo o turbilhão de acusações dirigidas contra ele, Jango ainda acenava como um forte defensor das reformas de base. Estas reformas eram vistas por Jango, como essenciais no enfrentamento das crises econômicas, políticas e sociais, pelo qual atravessava o Brasil. Mas, para os militares, seriam claros indícios da aproximação e das alianças de Jango com o comunismo.

Entre as principais reformas propostas por Jango, a agrária, era a que mais incomodava as classes dominantes, neste caso, os grandes latifundiários. Outras reformas, como a reforma política ou eleitoral, a reforma educacional, a reforma fiscal, entre outras de cunho progressista, também foram sugeridas por Jango.

Em suma, estas propostas eram vistas como ofensas pelos militares e pelas classes dominantes frente aos seus ideais conservadores. Através de uma forte

cobertura, a imprensa estava atenta as propostas defendidas por Jango, noticiando nas principais manchetes e notícias dos jornais da época, as intenções do presidente.

Assim noticiou o jornal *Diário de Notícias*<sup>1</sup>

O Presidente João Goulart sugere a concessão do direito de voto aos analfabetos e praças e a elegibilidade dos sargentos. Pede também ao Congresso que dê ao Executivo poder para legislar. Sugere mais adiante, uma consulta popular (plebiscito) para apurar a vontade nacional sobre as reformas de base. Seriam chamados a se manifestar, num pronunciamento majoritário, todos os brasileiros maiores de 18 anos. Por outro lado, quer a abolição da vitaliciedade da cátedra, assegurada a seus titulares a estabilidade, na forma da lei, como um dos pontos da reforma universitária. Sugere a plena liberdade docente aos professores de qualquer dos níveis de ensino e advoga para que as universidades regulamentem a seleção provimento e acesso de seu pessoal docente, bem como sistema departamental, ad referendum do Conselho Federal de Educação. Na parte que se refere à reforma agrária, a mensagem declara “imprescindível” reformar o parágrafo 16 do artigo 141 e artigo 147 da Constituição. No primeiro dispositivo seriam suprimidas a palavra “prévia” e a expressão “em dinheiro” (armas referentes à indenização nas desapropriações de terras). Em tais circunstâncias, o artigo 147 passaria ter a seguinte redação: “o uso da propriedade é condicionada ao bem social. A União promoverá a justa distribuição da propriedade e o seu melhor aproveitamento, mediante desapropriação por interesse social, segundo os critérios que a lei estabelecer”. (*Diário de Notícias*, p. 01, 17 de março de 1964).

A imprensa profere os acontecimentos, que iam se sucedendo, realizando constantes ataques direcionados a Jango. Este, por sua vez, inflamava ainda mais a imprensa, e seus opositores. No dia 13 de março de 1964, Jango profere um caloroso discurso que ficou conhecido como o “Comício da Central do Brasil”, realizado em frente à estação de trens com o mesmo nome, de frente para a Praça da República, na cidade do Rio de Janeiro.

Apesar de alguns pesquisadores apontarem este discurso como sendo derradeiro para o Golpe, Sodré (1965), afirma que o comício contribuiu para o seu desfecho, mas ressalta, que o Golpe “[...] vinha sendo meticulosamente preparado há muito tempo [...]” (SODRÉ, 1965, p. 389).

Sodré (1965, p. 390) afirma ainda que, o plebiscito de 1963, que revogou o sistema parlamentarista, imposto pelos militares em 1961, outorgou novamente poderes a João Goulart para governar o país. O resultado do plebiscito foi uma derrota, para os que Sodré

---

<sup>1</sup> O *Diário de Notícias* foi um dos principais jornais do Rio Grande do Sul no século 20. Pertencente aos “Diários Associados” de Assis Chateaubriand – o maior conglomerado de meios de comunicação nos anos 50 e 60 no Brasil –, o Diário é um dos protagonistas da História da imprensa gaúcha da sua fundação, em 1925, até o último exemplar que circulou, em 30 de dezembro 1979. Disponível em: [http://www.lpm.com.br/site/default.asp?Template=../livros/layout\\_produto.asp&CategoriaID=917163&ID=737350](http://www.lpm.com.br/site/default.asp?Template=../livros/layout_produto.asp&CategoriaID=917163&ID=737350). Acesso em: 13 de fevereiro de 2018.

chamou de forças de reação. Além do que, o plebiscito escancarava um forte apoio popular a Jango.

Ressalta-se, que no comício da Central do Brasil, mais de 200 mil pessoas acompanharam o discurso de João Goulart, que incitava as reformas e deixava claro que, o Brasil passaria por fortes mudanças em suas estruturas. De imediato, tão logo ocorresse uma manifestação pública de Jango, a imprensa logo noticiava o ocorrido. A cada novo fato relacionado à figura do presidente, a notícia já virava manchete. O jornal *Tribuna de imprensa*, no dia seguinte ao comício estampava:

Guerra civil, fechamento do Congresso, constituinte e até implantação da socialização crescente da economia do País foram os elementos essenciais utilizados pelos oradores de comício de ontem pelas reformas de base, do presidente João Goulart ao deputado Leonel Brizola; do presidente da SUPRA [Superintendência da Reforma Agrária] ao representante do CGT. O Sr. João Goulart antecipou o quadro de revolução civil, ao creditar àqueles que se opõe às reformas um possível derramamento de sangue no País (*Tribuna de Imprensa*, 02 de abril de 1964, *apud* CODATO; OLIVEIRA, 2004, p. 274).

Percebe-se, que este apoio por parte da imprensa escrita, partia desde os grandes jornais de circulação, até periódicos de menor escala de impressão, não se diferenciando, quanto à difamação ao comunismo. Na cidade de Erechim - cidade que foi o enfoque da análise deste estudo – não foi diferente. Os jornais que lá circulavam, imprimiam notícias, que com clareza, demonstravam o apoio dado pela imprensa ao movimento golpista de 1964.

Para melhor compreensão, destaca-se a cidade de Erechim/RS, a qual está localizada ao Norte do estado do Rio Grande do Sul, na região do Alto Uruguai, e no dia 30 de abril de 2018 completou 100 anos. Uma importante cidade gaúcha, que inicialmente foi chamada de Paiol Grande, e depois sucessivamente de Boa Vista, Boa Vista de Erechim, José Bonifácio, até finalmente, em 30 de abril de 1918, tornar-se Erechim<sup>2</sup>.

A escolha desta cidade, para a análise da atuação da imprensa, no Golpe e pós-Golpe de 1964 deu-se em virtude do interesse em dar continuidade, a pesquisa de conclusão de curso, que se realizou durante o Curso de Licenciatura em História, concluído em 2015, que teve como título: *A disseminação do medo e do espectro comunista em Erechim durante o Golpe Civil-Militar de 1964*.

---

<sup>2</sup> Em junho de 1918, o município de Erechim, então denominado Boa Vista, recebia o primeiro intendente provisório. Dr. Ayres Pires de Oliveira, em atendimento ao Decreto 2.342, de 30 de abril do mesmo ano, e assinado pelo então Presidente do Estado, Dr. Antônio Borges de Medeiros. Era então criado o município de Erechim. (CHIAPARINI...et al. Erechim: Retratos do Passado, Memórias no Presente. 2012, p. 77).

Durante a realização deste trabalho, notou-se o discurso de repúdio aos comunistas, sendo redigido pelos jornais, que circulavam em Erechim, de uma maneira exaustiva e persistente. Esta difusão de informações pelos periódicos da época demonstrou uma forte inclinação de apoio ao Golpe. Portanto, as fontes de pesquisa disponíveis, deveriam ser mais analisadas e melhor exploradas.

As fontes contidas nos jornais eram carregadas de manifestos contrários às ações de Jango. Um bom exemplo disso foi à forma como o Jornal *Diário de Notícias*, no dia 21 de março de 1964, retratou a reação dos “democratas brasileiros” ao Comício da Central do Brasil. Assim, noticiou em sua capa: “Democracia Mobiliza Nação” em alusão a Marcha da Família com Deus pela Liberdade. Segundo trechos da notícia:

Os atropelados dos agentes subversivos – que culminaram com o comício do dia 13 na Guanabara- receberam o repúdio dos democratas brasileiros, que se mobilizaram para a defesa do regime das instituições ameaçadas [...]” (*Diário de Notícias*, p. 01, 21 de março de 1964).

No dia 17 de março de 1964, o mesmo jornal, outra vez na capa, exibiu a notícia sobre a posição, do então governador do estado do Rio Grande do Sul, o Sr. Ildo Meneghetti, sobre os recentes acontecimentos no Brasil. Nela, é possível observar que as propostas pretendidas por Jango eram repudiadas pelos governantes, que apoiavam o movimento golpista. O governador acreditava que:

Ante os ataques ao Congresso Nacional, lamentavelmente feito na presença de autoridades responsáveis pela salvaguarda da lei e da legalidade, não posso deixar de exprimir minha indignação e meu protesto, que é o protesto do povo rio-grandense, assim como em mais de uma oportunidade defendi a legitimidade integral do mandato do senhor Presidente da República quando esta foi questionada, agora defendo com a mesma firmeza o direito, as prerrogativas e a dignidade do Congresso Nacional. A inquietação e insegurança que vem solapando todos os setores da vida nacional põem grave risco as instituições democráticas. (*Diário de Notícias*, p. 01, 17 de março de 1964).

Em nível Global, a Guerra Fria, que transcorria a partir da Revolução Russa de 1917, ascendia nos opositores ao comunismo um alerta, que se tornou uma das grandes preocupações dos países capitalistas, durante o século XX. O pós-1917 colocou frente a frente às duas principais potências mundiais num enfrentamento ideológico marcado pela disputa entre o capitalismo e comunismo.

A análise de a Guerra Fria ter iniciado logo após o ano de 1917, foge da tradicional data que é tão difundida, e que faz menção ao final da Segunda Grande Guerra Mundial,



em 1945, e vai de encontro com a crítica redigida por Diorge Alceno Konrad, Glaucia Vieira Ramos Konrad e Rafael Fantinel Lameira, em que estes afirmam que:

Um dos maiores discursos inventados do século XX é o de que a chamada “Guerra Fria” iniciou após o final da Segunda Guerra Mundial. Seu significado traduz o que a grande parte da intelectualidade e da mídia tem reproduzido até os dias atuais, ou seja, que uma espécie de “guerra” suja acontecia entre os Estados Unidos e a União Soviética em torno da partilha do mundo pós-1945. Raramente a “Guerra Fria” aparece como a síntese ideológica da luta de classes do capital contra o trabalho. Na verdade, o que a visão conservadora e despolitizada, traduzida como “Guerra Fria” sempre escondeu foi uma estratégia sutil de anticomunismo presente desde o século XIX, após o surgimento do marxismo, aprofundada depois da Comuna de Paris e absolutizada com a vitória da Revolução Soviética. (KONRAD; KONRAD; LAMEIRA, 2007, p. 123).

No contexto da Segunda Guerra Mundial, na China, os comunistas chineses liderados por Mao Tsé-Tung, reiniciavam os choques internos contra os nacionalistas, e, após anos de conflitos, Mao e seus apoiadores avançam proclamando, em 1949, a República Popular da China<sup>3</sup>. A Revolução Comunista Chinesa buscava interligar as classes revolucionárias, além de iniciar um processo de recuperação da economia, e de combate à inflação.

Após o fim da Segunda Guerra Mundial, a Europa encontrava-se devastada, e ocupada pelas principais potências vencedoras do conflito bélico. De um lado, o comunismo representado pela União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS), e de outro, o capitalismo representado pelos Estados Unidos da América (EUA). Havia no ar um clima de tensão generalizado. No mar do Caribe, na América Central, a Revolução Cubana de 1959, acendia ainda mais o alerta vermelho na principal potência capitalista.

Os Estados Unidos da América, receosos com a crescente força comunista, promoveram uma verdadeira campanha de demonização ao vermelho, e criaram restrições a Cuba e seus aliados, através de sanções econômicas, financeiras e comerciais que foram impostas á Cuba a partir do início da década de 1960. Para os Estados Unidos era fundamental conter a chama da Revolução espalhada pela América, a fim de apagá-la em definitivo. A notícia que segue, exemplifica como atuavam os Estados Unidos frente aos aliados da Cuba comunista:

---

<sup>3</sup> Quando a revolução voltou a bifurcar-se na terceira guerra civil revolucionária, o povo chinês reconheceu nos comunistas aqueles que haviam realmente contribuído para evitar a colonização da China pelos japoneses e os apoiou, majoritariamente, na instauração da República Popular da China, em 1949. (POMAR, 2003, p. 17).

Washington, 29 (IPS) – O departamento de Estado anunciou que apenas cinco dos países que vinham recebendo ajuda norte-americana serão afetados pela lei que proíbe tal auxílio às nações cujos navios comerciam com a Cuba comunista. Foram tomadas medidas para terminar a ajuda ao Reino Unido, França e Iugoslávia. Nos três casos, os programas de ajuda norte-americana foram descritos como programas “residuais” de adestramento militar e vendas de armas. (*Correio do Povo*, 01 de março de 1964, p. 02)

Apesar dos Estados Unidos ainda negarem a intervenção direta no Golpe de 1964, sabe-se que isto só não ocorreu por não haver resistências. É necessário destacar também, que os americanos já haviam inclusive deslocado, em 1964, navios de guerra até águas próximas à cidade do Rio de Janeiro. A conhecida “Operação Brother Sam”<sup>4</sup>, estava pronta caso fosse necessário uma intervenção militar estadunidense. Esta era a maneira dos estadunidenses darem, de certa forma, o aval e o amparo para os militares brasileiros continuarem a marcha até o Golpe.

O Comunismo então se tornava uma ideologia a ser extirpada da face da terra, e deveria ser combatido ferozmente. Criou-se a imagem do inimigo da humanidade, aquele que deveria ser exterminado. O clima anticomunista foi gerando conflitos e mortes, fomentando-se ainda mais o ódio ao comunismo.

Para Passos:

O anticomunismo foi uma grande tragédia do século XX. De certo modo, a Guerra Fria foi inventada por ele, já que as forças bélicas dos EUA e seus aliados jamais foram desafiados pelos armamentos da URSS e do bloco comunista. Em nome do anticomunismo, lutas de libertação anticoloniais, revoluções populares, movimentos de ampliação de direitos de populações subalternas foram massacrados. Na América latina, o medo disseminado pela propaganda anticomunista foi essencial para o sucesso de golpes e ditaduras civis-militares em sufocar movimentos populares em ascensão nas décadas de 1960 e 1970. (PASSOS, 2017, p. 09).

No Golpe Civil-Militar do Brasil, em 1964, o anticomunismo serviu como uma válvula de disseminação de falácias e de fabricação de inimigos internos. A propagação do rótulo de comunista era feita através da imprensa em geral, e sendo consolidada também por parte da imprensa escrita.

Fazendo uma ressalva ao uso dos jornais como fonte de pesquisa em História, esta ainda é pouco recorrente entre os historiadores. No Brasil, por exemplo, o número de trabalhos que faziam uso dos jornais como fonte, até a década de 1970, era muito

<sup>4</sup> Era um plano de contingência concebido em 1964 para responder ao agravamento da crise política no Brasil. A operação incluía uma força-tarefa naval e abastecimento de petróleo, gasolina, e derivados, além de armas e munição para os conspiradores. (RAPOPORT; LAUFER, 2000, p. 80-81)

pequeno, dado pela pouquíssima produção de trabalhos que tinham no jornal umas das fontes de pesquisa. Embora forneçam muitas informações para os historiadores, ainda hoje, muitos são os que veem com restrições, o seu uso como uma fonte histórica.

Parte desta tradição se deve ao fato de historiadores ainda terem certo receio quanto à veracidade das notícias impressas. Para os que acreditam nesta hipótese, o seu uso pode estar diretamente relacionado ao discurso de grupos políticos que visam o poder estatal, pois segundo estes, reproduzem uma pequena parte dos fatos. Há, porém, uma corrente que identifica o jornal como uma das fontes históricas que precisam ser esmiuçadas, pelo fato de trazerem fragmentos da realidade e também uma visão diária dos fatos ocorridos.

Transcorrendo sobre a Ditadura e pós-Ditadura Civil-Militar, sabe-se que muitos dos envolvidos já foram postos a julgamento. É bem verdade, que poucos foram considerados culpados. Muitos foram inocentados, mas a imprensa ainda não teve um julgamento mais criterioso. Por este fato, percebeu-se a importância de estudarem-se os papéis da imprensa, para aprofundar-se ainda mais na análise de sua atuação durante o período mencionado.

Para o jornalista e historiador Juremir Machado da Silva:

Passado meio século de tantos enganos, releituras e novas narrativas, chegou a hora da exumação dos restos mortais da imprensa de 1964. Alguns jornalistas daquela época ainda andam por aí como espectros vangloriando-se do que nem sempre foram e disseminando, ou deixando crer, versões épicas sobre o que, na verdade, não passou, na hora do pior, no momento do mergulho no abismo, de uma adesão patética, vergonhosa, entusiasmada e convicta baseada em falsos argumentos, em sofismas, em espantalhos brandidos para assustar os incautos e num conservadorismo entre ingênuo, arrogante e desinformado. (SILVA, 2014, p. 09).

Recentemente, a *Rede Globo*, maior rede de Televisão do Brasil, e uma das maiores do mundo, demonstrou certo “arrependimento”, por meio de uma breve exposição feita pelo jornalista William Bonner, em menos de três minutos, no “*Jornal Nacional*”, do dia 02 de setembro de 2013, o qual afirmou que “a Rede globo reconhece o erro” em ter apoiado o Golpe e a Ditadura.

Neste curto pedido de desculpas, o jornalista cita que fora criado, até mesmo, um site pelas organizações Globo, para realizar uma autocrítica<sup>5</sup>. Não se nota, no entanto, a clareza em responder o porquê de a rede Globo ter apoiado os militares.

No decorrer deste estudo, irá se perceber que os jornais de grande circulação serviam quase sempre de auxiliares na propagação dos ideais das classes dominantes. Estas fontes deram suporte a análises sobre alguns fatos ocorridos no período compreendido entre o Golpe e Pós-Golpe de 1964.

Perceber-se-á também, que a propagação do anticomunismo foi latente e acabou por contribuir na formatação de mentes voltadas a sentir repúdio e total aversão ao comunismo e aos comunistas. Tendo como consequência à difamação ao comunismo, preconceitos ainda muito hodiernos. Principalmente, pelo não conhecimento das bases teóricas do comunismo, como uma doutrina ou ideologia política, fundamentadas por seus principais teóricos, Karl Marx (1818-1883) e Friedrich Engels (1820-1895).

Em sua tese de Doutorado, apresentada a Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da USP, intitulada: *Em guarda contra o perigo vermelho: O anticomunismo no Brasil (1917-1964)*, Rodrigo Patto Sá Motta, desenvolveu um complexo estudo sobre o anticomunismo no Brasil e apresentou como este sentimento está presente na sociedade:

Como imaginara Karl Marx, o comunismo foi efetivamente um espectro rondando a sociedade capitalista. No entanto, embora tal afirmação tenha sido feita em meados do século XIX, ela se aplica melhor ao século atual, quando o “fantasma” adquiriu um poder sem precedentes de amedrontar os setores mais conservadores da sociedade. Durante os cerca de 70 anos compreendidos entre a Revolução de outubro de 1917 e a crise do socialismo real ocorrida na virada da década de 1980 para 1990, o comunismo tornou-se muito mais que um espectro. [...] O que para algumas pessoas era a concretização de um sonho dourado, para outras era um pesadelo tomando formas reais. O comunismo despertou paixões intensas e opostas: de um lado, os defensores encaravam-no como revolução libertadora e humanitária, que abriria acesso ao progresso econômico e social; de outro ponto de vista, o dos detratores, viam-no como uma desgraça total, a destruição da boa sociedade e a emergência do caos social e do terror político. (MOTTA, 2000, p. 05).

Ainda conforme Motta “[...] O anticomunismo passava a ter um apelo forte, sensibilizando setores significativos da sociedade que até então não davam ouvidos às advertências sobre o “perigo vermelho” [...]” (Idem, 2000, p. 105). Para Silva, no entanto,

---

<sup>5</sup> “Desde as manifestações de junho, um coro voltou às ruas; ‘A verdade é dura, a Globo apoiou a Ditadura’. De fato, trata-se de uma verdade, e, também de fato de uma verdade dura. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/brasil/apoio-editorial-ao-golpe-de-64-foi-um-erro-9771604>, Acesso em: 05 de outubro de 2017.

“[...] o anticomunismo deve ser estudado não apenas nos momentos culminantes, que se “visualiza um perigo” [...]” (SILVA, 2001, p. 15), mas também deve ser levado em consideração que “[...] o anticomunismo é um fenômeno constantemente presente na história nacional, se manifestando em vários setores sociais [...]” (Idem, 2001, p. 15).

Entende-se que, para desenvolver uma pesquisa com propriedades suficientes para analisar o anticomunismo no Brasil e a atuação da imprensa no Golpe de 1964, a metodologia aplicada deverá ser a qualitativa. Pois, o método qualitativo de pesquisa fornece através das fontes, informações sobre os problemas que serão analisados e ajudam a desenvolver ideias ou hipóteses, cuidando-se para que não sejam feitos julgamentos premeditados, não se permitindo, que “[...] seus preconceitos e crenças contaminem a pesquisa [...]” (GOLDENBERG, 2004, p. 17).

Os dados são extraídos das palavras contidas nas fontes. Estes, então, são analisados em curso, e envolvem o uso de observações e comentários para chegar-se a uma conclusão. As conclusões, no entanto, são provisórias, podendo mudar conforme novas abordagens sejam feitas. É importante salientar, que na coleta das fontes, o pesquisador deve estar ciente da melhor forma de trabalhá-las e de “[...] organizar o material pesquisado de tal forma que na hora da análise e do relatório final não se sinta perdido [...]” (Idem, 2004, p. 81).

Neste sentido, as fontes disponíveis para consulta foram documentos e jornais, além de criteriosamente analisado um vasto referencial bibliográfico. Através dessa análise qualitativa, foram separadas as obras que contemplaram as principais abordagens desta pesquisa. Ao tempo em que, utilizou-se também, o modo dialético de análise, a partir das confrontações de teses, hipóteses e teorias.

Antes, no entanto, o pesquisador deve estar ciente de que “[...] nenhuma pesquisa é totalmente controlável, com início, meio e fim previsíveis. A pesquisa é um processo em que é impossível prever todas as etapas [...]”. (2004, p. 13). Sobre a escolha da metodologia qualitativa para a pesquisa, a antropóloga Mirian Goldenberg considera que:

Os pesquisadores que adotam a abordagem qualitativa em pesquisa se opõem ao pressuposto que defende um modelo único de pesquisa para todas as ciências, baseado no modelo de estudo das ciências da natureza. Estes pesquisadores se recusam a legitimar seus conhecimentos por processos quantificáveis que venham a se transformar em leis e explicações gerais. (2004, p. 16-17).

Far-se-á o uso, de algumas referências bibliografias já produzidas sobre o Golpe e a Ditadura Civil-Militar, tendo a ciência de que, as fontes de pesquisa já produzidas sobre

o período, consistem em uma vasta e significativa produção e, portanto, um farto recurso de fontes.

Em relação aos jornais, que serão utilizados neste estudo é importante destacar-se que alguns se encontram disponíveis para pesquisa no Arquivo Histórico Municipal da cidade de Erechim/RS denominado Juarez Miguel Illa Font. Neste arquivo estão disponíveis alguns dos jornais que circularam por Erechim, em 1964. Por exemplo, o jornal *A Voz da Serra*<sup>6</sup>, que tinha sua sede localizada no município de Erechim, e os jornais *Diários de Notícias e Correio do Povo*<sup>7</sup> - com sede em Porto Alegre -, mas de circulação regional.

O trabalho será redigido de maneira que no primeiro capítulo após a introdução, denominado capítulo dois, partir-se-á para a síntese do surgimento do chamado “comunismo primitivo” até a sua transformação em uma ideologia, ou doutrina política, feita pela difusão das ideias de Karl Marx e Friedrich Engels sobre o comunismo e o materialismo histórico- dialético.

Depois, será feita uma síntese da atuação determinante de Lênin na Revolução Russa e suas conseqüentes influências sobre o mundo. Também neste capítulo, verificar-se-á a atuação do macarthismo na difamação e perseguição ao comunismo, e ainda, analisar-se-á a fundação da Escola Superior de Guerra e as influências da Doutrina de Segurança Nacional sobre as Forças Armadas e a Nação Brasileira.

No terceiro capítulo, se verificará os usos da imprensa como fonte histórica e a atuação do complexo IPES/IBAD durante a execução do Golpe e do Pós-Golpe. Também, os antecedentes do Golpe Civil-Militar, até seu eclodir em março de 1964. Como os militares buscaram articular-se com a sociedade civil, e como foram se sucedendo os apoios por parte da imprensa aos militares. Através dos jornais, como se deu a atuação da imprensa escrita em 1964, na propagação do anticomunismo.

---

<sup>6</sup> O jornal *A Voz da Serra* tinha como diretor Estevam Carraro e redator responsável Geder Carraro. Seu acervo está disponível para consulta no Arquivo Histórico Municipal de Erechim/RS, denominado Juarez Miguel Illa Font.

<sup>7</sup> O *Correio do Povo* surgiu dois meses após o término da Revolução Federalista, que durante três anos opuseram republicanos e federalistas no Rio Grande do Sul. Procurando firmar uma posição de alheamento partidário, em seu primeiro número o jornal declarava-se “independente, nobre e forte”, e prometia não se deixar escravizar, por “cogitações de ordem subalterna”. Combatendo sistematicamente a política de Goulart, o *Correio do Povo* contribuiu para a eclosão do movimento militar de 1964. Segundo Breno Caldas, “a Revolução de 64 foi para nós, bem-vinda, desejada e saudada como um acontecimento que merecia o nosso aplauso”. Disponível em: <http://www.fgv.br/cpd/doc/acervo/dicionarios/verbete-tematico/correio-do-povo>. Acesso em: 02/06/2018.

E por fim, no quarto e último capítulo, sendo este o enfoque principal deste trabalho, buscar-se-á responder, como a imprensa, através dos jornais de maior circulação, em Erechim e região trabalharam para a legitimação do Golpe e a propagação do anticomunismo. Para tanto, destacar-se-á como foi de fato a participação da imprensa escrita através dos jornais, na disseminação do temor ao comunismo. Observar-se-á os elementos explorados pela imprensa para amedrontar a população sobre os perigos que o comunismo representava à Nação Brasileira, e como a imprensa fomentava um sentimento de repúdio e aversão aos comunistas.

## **2 O COMUNISMO: COMUNIDADES PRIMITIVAS, IDEOLOGIA POLÍTICA, REVOLUÇÃO RUSSA E SEUS REFLEXOS**

Neste capítulo, analisar-se-á primeiramente o chamado “comunismo primitivo”, atrelado às primeiras comunidades primitivas. As relações existentes entre essas comunidades e o seu modo de viver. Depois, observar-se-á, o surgimento do comunismo moderno e sua difusão, até tornar-se uma ideologia política. Para tanto, será feita a análise de algumas obras de Karl Marx e Friedrich Engels, a fim de entender-se também, de que forma difundiu-se o materialismo histórico-dialético. Logo após, analisar-se-á importância de Lênin durante a eclosão da Revolução Russa e os reflexos dessa Revolução sobre o mundo. No quarto ponto deste capítulo, ver-se-á o surgimento do macarthismo e a difamação ao comunismo. E por fim, focar-se-á em que condições fundaram-se a Escola Superior de Guerra e como a Doutrina de Segurança Nacional influenciou as Forças Armadas.

### **2.1 COMUNISMO PRIMITIVO**

O primeiro esboço do que hoje conhecemos por comunismo iniciou-se ainda nas primeiras comunidades primitivas e consistia em grupos de seres humanos, que viviam sem separações, prevalecendo o direito comum a todos. Desde o solo até os alimentos, tudo era partilhado.

Apesar de não existir, entre os primeiros aglomerados de humanos o conceito de família, existiam entre estas tribos e clãs, laços de ancestrais comuns. Eram comunidades onde “[...] não havia propriedade privada, divisões de classes ou uma ampla divisão do trabalho [...]”. (BOTTOMORE, 2012, p. 106).

Estes grupos viviam no nomadismo e se deslocavam constantemente atrás de alimentos. Não conheciam o conceito de propriedade privada, tampouco existiam classes sociais, por isso não existiam as desigualdades exploradas por Marx e Engels dentro das sociedades de classes. O comunismo primitivo serviu de modelo ao comunismo moderno. Hobsbawm destaca que as sociedades comunistas primitivas:

Ofereciam modelos daquilo que as sociedades futuras deveriam novamente aspirar a ser – e a prova de que não eram impraticáveis. Essa linha de pensamento está presente, sem dúvida, no socialismo do século XIX e não menos no marxismo. (HOBBSAWM, 2011, p. 21).



Quando se fala em comunismo primitivo não se pode relacionar este esboço de sociedade comunista a qualquer conceito relacionado a uma organização social, e muito menos referir-se a estas comunidades como permanentes e estáticas. Nestas comunidades, os homens se organizavam em bandos ou em hordas, aos homens cabia à tarefa da caça, enquanto que as mulheres e crianças eram responsáveis em apanhar raízes e frutos. Adam Kuper cita Henry Maine para explicar os laços existentes entre as tribos. Segundo Kuper, foi Maine que:

Redefiniu uma noção clássica da condição humana original, e a fez parecer diretamente relevante para os interesses de seus contemporâneos. Maine supôs que os primeiros seres humanos eram membros de um grupo coletivo familiar comandado por um pai despótico. Gradualmente, os patriarcas mais poderosos atraíram párias da sociedade para se juntar a eles. A associação local se tornou cada vez mais importante. Por fim, as sociedades baseadas no parentesco foram substituídas por sociedades baseadas no território. Esta transição do sangue para terra, do status para o contrato, foi a grande revolução na história humana. (KUPER, 2008, p. 19-20).

Nas sociedades comunistas primitivas, a união entre os membros era fundamental na busca por alimentos. Outro aspecto importante existente nestas comunidades era o nomadismo, que indicava que, quando um determinado local deixava de ter alimentação abundante, outras áreas eram exploradas. Partiam atrás de novas terras, sempre em grandes bandos. A cooperação existente entre os membros lhes garantia também, um período maior de sua própria sobrevivência. Conforme Luxemburgo:

Não era a abnegação aos princípios abstratos de igualdade e de liberdade que estava na base do comunismo primitivo; era a necessidade férrea do baixo nível de desenvolvimento da civilização humana, da impotência humana face à natureza, que lhe impunha como uma condição absoluta de existência associar-se solidamente em grupos importantes e atuar de maneira unida e simplificada no seu trabalho, na sua luta pela existência. (LUXEMBURGO, 1990, p. 127).

A fixação ao solo, à substituição da caça pela criação e domesticação de animais, e o avanço destas tecnologias desenvolvido pelo homem caracterizou o fim do comunismo primitivo. Assim “[...] a sociedade comunista primitiva desapareceu — porque, em última análise, fora ultrapassada pelo progresso económico — e deu lugar a novas perspectivas de desenvolvimento [...]” (Idem, 1990, p. 251).

Após o fim do comunismo primitivo, com o advento da propriedade privada e já em uma sociedade contemporânea, o comunismo se desenvolveu como uma corrente política e ideológica, e se consolidou como uma das principais ideologias e influências sobre o final do século XIX e por quase todo o século XX.

## 2.2 MATERIALISMO HISTÓRICO-DIALÉTICO E O MANIFESTO COMUNISTA

Neste ponto deste capítulo analisar-se-á o comunismo, como uma vertente ideológica, política e socioeconômica influente sobre a sociedade. Verificar-se-á o materialismo histórico-dialético apresentado por Karl Marx e Friedrich Engels, e far-se-á também, apontamentos referentes à célebre obra de Marx e Engels intitulada: *O Manifesto Comunista*.

Após o fim do chamado comunismo primitivo, um novo formato de comunismo surgiu. Também baseado nas primeiras comunidades, que existiram durante o chamado comunismo primitivo, mas já atrelado à realidade da sociedade industrial do século XIX. Sobre a origem do termo “comunismo”, Carla Luciana Silva, em seu livro: *Onda Vermelha: imaginários anticomunistas brasileiros (1931-1934)* faz uma interessante citação. Segundo a qual:

A origem da expressão “comunismo” é associada à República de Platão, onde ficava restrito às classes superiores da sociedade. O cristianismo primitivo ampliou a concepção, levando-a a toda a sociedade, o que se configuraria em alguns movimentos durante a Idade Média. As primeiras grandes “utopias comunistas” foram formuladas no século XVI e XVII, quando se consolidou como irremediável a transição para a “vida burguesa”. Em 1516 Thomas More publicou *Utopia*, onde dizia que dinheiro e justiça não podiam conviver. Em 1643 é publicada a *Cidade do Sol*, do monge Tommaso Campanella, onde defendia que o trabalho deveria ser realizado apenas em proporção às necessidades da sociedade. (SILVA, 2001, p. 24).

Ressalta-se que Marx e Engels, definiram os pilares do comunismo moderno, já com base nas interpretações dos avanços tecnológicos que o homem desenvolveu durante milênios até a construção da civilização moderna. É importante também destacar que, a partir dos escritos de Marx e Engels, o comunismo começa então a difundir-se como uma corrente ideológica.

Para Marx e Engels, o comunismo era a fase final de um processo de transformações, que se iniciaria no socialismo. Socialismo, que para ambos, consiste numa doutrina política e econômica embasada na coletividade dos meios de produção, na

supressão da propriedade privada, e numa melhor distribuição das riquezas, propondo-se a construir uma sociedade caracterizada pela igualdade de oportunidades para todos os indivíduos. Em outras palavras, o socialismo pode ser definido, como uma:

Organização da sociedade em que os meios de produção são controlados pelo governo, e decidido pela autoridade pública, o que produzir e como distribuir, e não por firmas possuídas ou administradas por particulares. (SCHUMPETER, 1961, p. 476).

Inspirados nos conceitos de dialética, apresentados por Hegel (1770-1831), Marx e Engels desenvolvem a dialética marxista, com base na análise da realidade, pautada nas formas de existência material da sociedade e do homem. Apesar de se inspirarem em Hegel, Marx e Engels eram opositores ao seu idealismo e pautavam-se na interpretação histórica das sociedades, através da realidade material. Estes teóricos também se opuseram à posição de outro importante teórico de sua época, Feuerbach (1804-1872), que acreditava na existência do indivíduo, isolado do seu contexto histórico.

As origens do conceito de dialética, no entanto, remota a Grécia Antiga, e refere-se ao diálogo “[...] Aristóteles considerava Zênão de Eleia (aprox. 490-430 a.C) o fundador da dialética. Outros consideravam ser Sócrates o primeiro (469-399 a.C) [...]” (KONDER, 2008, p. 07). Leandro Konder (2010 p.51), também afirma que, “[...] Heráclito (540 a.C.-470 a.C.), tido como seu pai criador, descreveu-a em fragmentos inesquecíveis, mas nunca a chamou pelo nome [...]”. O mesmo autor, ainda sugere que, “[...] Platão (428 a.C.-348 a.C.), que tinha alguma intimidade com ela, impôs-lhe um respeito especial nas relações com seu irmão, o diálogo [...]” (Idem, 2010, p. 51). Já na modernidade “[...] dialética significava outra coisa: é o modo de pensarmos as contradições da realidade, o modo de compreendermos a realidade como essencialmente contraditória e em permanente transformação [...]” (Idem, 2008, p. 07-08).

Para Marx e Engels, os fenômenos naturais estão sujeitos ao movimento e a transformação, sendo o seu desenvolvimento, o resultado das contradições existentes, ou seja, o resultado da ação das forças contraditórias no seu âmbito. Nas contraposições de ideias, teses são defendidas e contraditas em seguida. Nada é estático, tudo está em constante movimento e em constantes transformações. Dentro do marxismo, os fenômenos materiais possuem, portanto, um movimento.

O movimento contraditório do real é expresso então pela dialética e são basicamente as transformações do ser, e da realidade histórica da sociedade. Segundo o

movimento dialético, os pontos principais que se chocam no materialismo dialético são a tese e a antítese, que estão em constante embate contraditório. A tese seria a afirmação, e a antítese a negação da tese. Neste movimento, ambas se digladiam até que apareça a síntese deste processo, ou como definido por Hegel seria a negação da negação. É através deste choque que vai surgir o novo.

Neste movimento, Marx e Engels percebem a possibilidade de transformar radicalmente a História. Ao contrário de Hegel, o marxismo defende que não é a Ideia e sim a matéria como fonte de consciência, que forma e dá orientação aos pensamentos do homem da sociedade. Porém, apesar disto, a ideia pode reagir à matéria que a determina. Assim, num determinado tempo histórico, os indivíduos e classes sociais são orientados por perspectivas ideológicas e ideias dominantes. Por isto, a luta social, o processo de construção da classe social e suas lutas por transformações podem subverter a ordem material que a determina, ocorrendo assim horizontes possíveis de luta.

Marx e Engels então questionam: O que demonstra a História das ideias senão que a produção intelectual se transforma com a produção material? E que as ideias dominantes, sempre são ideias das classes dominantes, e que as ideias dominantes expressam as relações já estabelecidas, ou seja, as relações materiais dominantes. (MARX; ENGELS, 1999).

O materialismo histórico é a aplicação dos princípios do materialismo dialético ao estudo da vida social, aos fenômenos desta sociedade e de sua História. Representou uma ruptura entre a antiga historiografia metodológica e teórica aplicada, pois retratou uma nova exposição dos conflitos existentes de cunho político, econômico e cultural, pondo à mostra que as relações materiais se realizam entre os homens, junto à produção dos meios de vida, e constituem um campo amplo de investigação que deve ser profundamente estudado pelos historiadores.

O conceito de materialismo histórico-dialético se desenvolveu em oposição ao idealismo objetivo de Hegel, que acreditava que a única realidade plena e concreta é de natureza espiritual, que segundo Hegel, é o pensamento, as ideias, que determinam a vida material. Ao contrário do que pensava Marx, segundo o qual, o ideal não é nada mais que o material transposto para a cabeça do homem e por ela interpretado (MARX, 2008).

Marx e Engels compreendiam que a natureza não é apenas um conglomerado de objetos e fenômenos, como acreditava Hegel, desligados e isolados uns dos outros, sem nenhuma relação de dependência, mas sim, estes objetos e fenômenos estão conectados

e, portanto, vinculados uns aos outros, condicionando-os mutuamente. A natureza não é estática, e está em constante movimento, sempre se renovando.

A nova abordagem sobre a compreensão da sociedade foi diretamente contra o modo existente até então, de caráter limitado da natureza mística, da filosofia e da economia política burguesa. Tendo o propósito de entender historicamente e cientificamente a sociedade de sua época, Marx e Engels começam a tecer críticas às teorias existentes, para então formularem uma nova forma de interpretar a realidade. Analisando as teorias dos idealistas e dos metafísicos, elaboraram uma explicação totalmente oposta. Assim para eles:

A história não é mais do que a sucessão das diferentes gerações, cada uma delas explorando os materiais, os capitais e as forças produtivas que lhes foram transmitidas pelas gerações precedentes; por este motivo, cada geração continua, por um lado, o modo de atividade que lhe foi transmitido, mas em circunstâncias radicalmente transformadas e, por outro, modifica as antigas circunstâncias dedicando-se a uma atividade radicalmente diferente. (MARX; ENGELS, 1999, p. 46).

Estes teóricos defendiam o fim da exploração do homem pelo homem, e uma sociedade mais justa, que deveria ser governada por proletários. Esta sociedade mais justa somente poderia acontecer se os proletários criassem uma consciência de classe que fosse capaz de impulsioná-los a lutar pelos seus direitos contra a opressão imposta pelos detentores dos meios de produção. Não à toa, Marx e Engels evocam: “[...] Proletários de todos os países uni-vos! [...]” (Idem, 1999, p. 65).

Marx e Engels compreendiam que as transformações ocorrentes na sociedade são o resultado da ação de um ser social sobre esta. Nesta ação, este ser instigado a perceber as relações de produção existentes nesta sociedade, seria capaz de adquirir uma consciência de classe, capaz de reivindicar mudanças no contexto social em que viviam e ajudar a transformá-la.

Esta sociedade a que se referiam, é estruturada em dois níveis: sendo a infraestrutura, a base fundamental da economia, e a superestrutura ligada ao contexto político-ideológico. Dentro da superestrutura é que se encontra a estrutura do Estado e do direito, portanto, jurídico-política. É também onde existem as formas de consciência social como as religiões, a filosofia, a arte, e a estrutura ideológica. Segundo Konder, para Marx:

Na Produção social de sua vida, os homens contraem determinadas relações necessárias e independentes de sua vontade, relações de produção que

correspondem à determinada fase de desenvolvimento de suas forças produtivas materiais. O conjunto dessas relações de produção forma a estrutura econômica da sociedade, a base real sobre a qual se eleva a superestrutura jurídica e política, e a qual correspondem determinadas formas de consciência social. O modo de produção da vida material condiciona o processo da vida social, política e espiritual, em geral. (MARX, 1965, *apud* KONDER, 2010 p. 45).

Era necessário fazer com que o indivíduo passasse a ter consciências destes dois níveis de sociedade existente. Assim Marx, no prefácio de sua obra: *Contribuição à crítica da econômica política* indica que:

Do modo que não se julga o indivíduo pela ideia que de si mesmo faz, tampouco se pode julgar uma tal época de transformações pela consciência que ela tem de si mesma. É preciso, ao contrário, explicar essa consciência pelas contradições da vida material, pelo conflito que existe entre as forças produtivas sociais e as relações de produção. (MARX, 2008, p.48).

Em outras palavras, não é a consciência que determina a vida, mas a vida que determina a consciência (MARX, 2008). Ainda em Marx, observa-se que o modo de produção, está diretamente ligado à relação de atividades produtivas concretas realizadas pelos homens. A produção realizada pelo homem através do trabalho ocupa um papel fundamental no pensamento de Marx, e, portanto, quando Marx esta falando de produção, ele se refere à produção num determinado estágio de desenvolvimento social, a produção de indivíduos em sociedade, sendo assim, impossível conceber o homem isolado do meio em que vive.

Esta condição de produção exercida pelo homem em seu tempo histórico não é percebida por estes homens, porque segundo Marx, não está relacionado à consciência que o homem possui de sua função exercida, mas sim, é sua posição social que determina sua consciência. Conforme o próprio Marx “[...] não é a consciência dos homens que determina o seu ser; ao contrário, é o seu ser social que determina sua consciência [...]” (Idem, 2008, p.47).

Assim, para Marx as relações sociais são produzidas historicamente pautadas no princípio de que, as ideias, as categorias, são produzidas pelos homens a partir das relações existentes neste processo de produção, tendo o trabalho desenvolvido pelo homem, a primeira necessidade humana apontada por Marx, e partindo dessa necessidade, outras são criadas no interior deste processo de produção.

Com o advento do materialismo-histórico, foi possível a ocorrência da contestação das correntes ligadas ao idealismo e o materialismo. A partir das teorias sociais

existentes, Marx e Engels realizaram a ruptura com o modo de pensar a sociedade dos teóricos de sua época. Por exemplo, Hegel, que acreditava que a ideia constituía a própria realidade, ou seja, os pensamentos, as ideias são o que determinam a vida material, e Feuerbach, que se dizia materialista, e tinha na essência genérica do homem o ponto de partida da História.

É na obra intitulada: *A ideologia alemã*, que Marx e Engels acentuam o rompimento com Feuerbach, por discordarem tacitamente do princípio proposto por este, e que consista na ideia de que são os pensamentos que direcionam a vida humana, e determinam a forma de ser dos homens. Assim, para Marcuse (1978, p. 19), com base no que propunha Feuerbach, “[...] a ideia constitui-se a própria realidade, na medida em que o mundo real nada mais é que a exteriorização deliberada da ideia. Decorre daí que o pensamento não depende das coisas, mas estas é que dependem dele [...]” (MARCUSE, 1978, p.19).

Outra importante fonte de pesquisa para se analisar a conjuntura da difusão do comunismo moderno é a obra intitulada: *O Manifesto Comunista*, que foi publicada pela primeira vez, em 1848. Para Spindel (1981), Marx e Engels queriam “[...] marcar claramente a diferença existente entre a teoria que propunham com relação ao conjunto de doutrinas que, na época, era conhecido pelo título de socialismo [...]” (SPINDEL, 1981, p. 04).

Quando Marx e Engels escreveram o *Manifesto Comunista*, estavam buscando superar aquilo que já estava posto. Apresentando as bases da teoria social de um novo socialismo e de uma política revolucionária, que expressava teoricamente, as perspectivas da classe proletária e o proletariado se constituiria como um sujeito histórico revolucionário. Chocava-se com a realidade capitalista detentora da propriedade privada, dos meios de produção e da centralização do capital. Este choque de realidade entre exploradores e explorados continuou sendo o fio condutor do pensamento marxista.

Assim, quando Marx e Engels atacaram a propriedade privada, estavam se referindo às diferentes formas de propriedade privada dos meios de produção. No entanto, é importante ressaltar que para Marx e Engels:

O que caracteriza o comunismo não é a abolição da propriedade em geral, mas a abolição da propriedade burguesa. Ora, a propriedade privada atual, a propriedade burguesa, é a última e mais perfeita expressão do modo de produção e de apropriação baseado nos antagonismo de classe, na exploração de uns pelos outros. Neste sentido, os comunistas podem resumir sua teoria nesta fórmula única: Abolição da propriedade privada. Censuram-nos, a nós comunistas, o

querer abolir a propriedade pessoalmente adquirida, fruto do trabalho do indivíduo, propriedade que se declara ser a base de toda liberdade, de toda independência individual. A propriedade pessoal, do fruto do trabalho e do mérito! Pretende-se falar da propriedade do pequeno burguês, do pequeno camponês, forma de propriedade anterior à propriedade burguesa? Não precisamos aboli-la, porque a progresso da indústria já a aboliu e continua a aboli-la diariamente. (MARX; ENGELS, 1999, p. 30).

Marx e Engels perceberam que os trabalhadores não poderiam possuir outra coisa que não fosse sua força de trabalho, e, portanto para que os proletários oprimidos pelo modo de produção entendessem as amarras do capitalismo era necessário expor através de um manifesto, os antagonismos existentes entre burgueses e proletários. Os autores do *Manifesto* explicam que “[...] dos servos da Idade Média nasceram os burgueses livres das primeiras cidades; desta população municipal, saíram os primeiros elementos da burguesia [...]” (Idem, 1999, p. 08) e a “Descoberta” da América, além das relações de comércio já existentes com a Ásia e África, fortaleceram o mercado através das grandes navegações criando assim o mercado internacional.

Assim:

A grande indústria criou o mercado mundial preparado pela descoberta da América: O mercado mundial acelerou prodigiosamente o desenvolvimento do comércio, da navegação e dos meios de comunicação por terra. Este desenvolvimento reagiu por sua vez sobre a extensão da indústria; e, à medida que a indústria, o comércio, a navegação, as vias férreas se desenvolviam, crescia a burguesia, multiplicando seus capitais e relegando a segundo plano as classes legadas pela Idade Média. (1999, p. 09).

Esta ascensão do capital da burguesia atrelava-se a uma das principais críticas do *Manifesto* redigida a acumulação da propriedade privada. Os detentores dos meios de produção também detinham a maioria das propriedades existentes. Junto ao avanço da indústria ocorre um grande êxodo de populações do campo para as cidades. A burguesia “[...] aglomerou as populações, centralizou os meios de produção e concentrou a propriedade em poucas mãos [...]” (1999, p. 14).

Do outro lado desta sociedade os proletários vendiam sua força de trabalho e com o desenvolvimento da burguesia tornavam-se cada vez mais miseráveis e sem oportunidades de melhoras. No *Manifesto*, Marx e Engels afirmam que:

Com o desenvolvimento da burguesia, isto é, do capital desenvolve-se também o proletariado, a classe dos operários modernos, que só podem viver se encontrarem trabalho na medida em que este aumenta o capital. Esses operários, constrangidos a vender-se diariamente, são mercadoria, artigo de comércio como



qualquer outro; em consequência, estão sujeitos a todas as vicissitudes da concorrência, a todas as flutuações do mercado. (1999, p. 18).

O *Manifesto Comunista* tornou-se a fonte de inspiração para correntes contrárias ao domínio do capital, e ao acúmulo de propriedade. Através do seu *Manifesto Comunista* mostraram, portanto, contrários ao acúmulo de capital da burguesia em detrimento à exploração dos proletários.

No materialismo histórico-dialético viu-se como Marx e Engels sugerem as transformações na sociedade, de modo que as contradições se choquem e gerem novas possibilidades. Marx e Engels também intensificaram o debate em que a materialidade é o que determina as ações do homem e desenvolveram a teoria do materialismo dialético, empregando um materialismo que unisse dialeticamente a realidade objetiva, os sujeitos e suas modificações.

O método materialista histórico-dialético caracteriza-se então pelo movimento do pensamento através da materialidade histórica da vida dos homens em sociedade, isto é, trata-se de descobrir, pelo movimento do pensamento, as leis fundamentais que definem a forma organizativa dos homens em sociedade através da História. Assim, o próprio Friedrich Engels sintetiza que a concepção materialista da História:

[...] parte da tese de que a produção, e com ela a troca dos produtos, é base de toda a ordem social; de que em todas as sociedades que desfilam pela história, a distribuição dos produtos, e juntamente com ela a divisão social dos homens em classes ou camadas, é determinada pelo que a sociedade produz e como produz e pelo modo de trocar os seus produtos. De conformidade com isso, as causas profundas de todas as transformações sociais e de todas as revoluções políticas não devem ser procuradas nas cabeças dos homens nem na idéia que eles façam da verdade eterna ou da eterna justiça, mas nas transformações operadas no modo de produção e de troca; devem ser procuradas não na filosofia, mas na economia da época de que se trata. (ENGELS, 1999, p. 95).

Marx e Engels contribuíram para a modernização da historiografia, sendo influentes inclusive em países que não são ou nunca foram socialistas, para não falar dos que são ou foram, além do grande número de historiadores que se consideram marxistas. O maior marco de suas influências se deu no desencadeamento da Revolução Russa, em que teorização do marxismo foi posta em prática, na luta dos proletariados frente às classes dominantes e o movimento revolucionário fez com que o governo monarca de Nicolau II fosse substituído por um governo socialista.

No próximo ponto deste capítulo analisar-se-á então a Revolução Russa, a partir do papel fundamental desempenhado por Lênin na Revolução, e suas influências sobre os proletários do mundo, refletindo na criação de movimentos e partidos comunistas.

## 2.3 LÊNIN, A REVOLUÇÃO RUSSA E SUAS INFLUÊNCIAS

A Revolução Russa foi um dos eventos mais marcantes do Século XX e transformou profundamente as relações entre Estado, força de trabalho e capital. Antes de entrar na Revolução propriamente dita, é necessário abordar o contexto socioeconômico e político em que a Rússia estava inserida, para entender de fato o porquê da vitória dos bolcheviques no ano de 1917.

A Rússia pré 1917 era um país agrário, “[...] Sua produção era basicamente rural, seu proletariado industrial pequeno se comparado ao de países como Inglaterra, Alemanha e França, e seus movimentos de oposição mais atuantes e revolucionários eram os herdeiros da tradição narodnik [...]” (BARROS, 1998, p. 19). Os narodnik eram um grupo de cunho populista e agrário que se preocupavam mais com atentados terroristas do que com a derrubada do czar ou mesmo o exercício do poder.

O país era governado por um monarca denominado czar, que detinha o poder e boa parte da riqueza, levando o povo a níveis de pobreza alarmantes, tendo ainda como agravante a vastidão do território e o grande número de povos com costumes distintos povoando o país. Segundo Kenez:

As tensões cada vez mais visíveis na sociedade russa da virada do século resultavam não da estagnação, mas da mudança dinâmica. O governo czarista esforçava-se por manter a autocracia intacta numa época de profunda transformação econômica e social. O país precisava de pessoas instruídas para gerir a nova indústria; precisava de engenheiros, advogados e médicos; mas os ministros czaristas temiam tanto o poder subversivo da educação que se recusavam a apoiar o ensino geral. (...) O movimento revolucionário ganhava força. Os assassinatos de funcionários czaristas e membros da corte imperial criavam um ambiente de crise. (KENEZ, 2006, p. 8-17).

Influenciando este cenário, temos ainda diversos movimentos beligerantes na Rússia pré 1917, tendo destaque à guerra contra o Japão em 1905 e a primeira onda revolucionária de 1908. Para Lênin:

A história do século XX, este século do imperialismo desenfreado, está cheia de guerras coloniais. Mas aquilo a que nós, europeus, opressores imperialistas da maioria dos povos do mundo, com o odioso chauvinismo europeu que nos é próprio, chamamos guerras coloniais, são frequentemente guerras nacionais ou insurreições nacionais destes povos oprimidos. Uma das propriedades mais fundamentais do imperialismo consiste precisamente em que ele acelera o desenvolvimento do capitalismo nos países mais atrasados e com isso amplia a agudiza a luta contra a opressão nacional. Isto é um facto. E daqui decorre, inevitavelmente, que o imperialismo em muitos casos tem que gerar guerras nacionais. Junius, que na sua brochura defende as teses citadas, diz que na época imperialista qualquer guerra nacional contra uma das grandes potências imperialistas leva à intervenção de outra grande potência, também imperialista e concorrente da primeira, e que, deste modo, qualquer guerra nacional se transforma em imperialista. Mas, também este argumento é falso. Isto pode acontecer, mas nem sempre acontece. Muitas guerras coloniais nos anos de 1900 a 1914 não seguiram este caminho. E seria simplesmente ridículo se declarássemos que, por exemplo, depois da guerra actual, se ela terminar com um esgotamento extremo de países beligerantes, não pode haver nenhuma guerra nacional, progressiva, revolucionária, por parte, digamos, da China em aliança com a Índia, Pérsia, Sião, etc, contra as grandes potências. (LÊNIN, 1916, p. 680).

Percebe-se, que Lênin possuía uma leitura muito interessante do complexo cenário sociopolítico em que a Europa estava submersa no alvorecer do século XX, principalmente no que tange à ideia do colonialismo opressor e povos oprimidos. Afinal a própria Rússia sofria com conflitos internos e externos neste período, mesmo sendo uma economia mais agrária, diferente das outras potências imperialistas europeias daquele período. E é claro, não podemos deixar de lado sua ideia que as colônias deveriam unir forças numa possível luta contra a metrópole a fim de alcançarem os seus objetivos.

Ainda sobre a Rússia pré 1917, é importante destacar as relações entre czarismo, economia e sociedade, a fim de esclarecer alguns aspectos da Revolução. Tendo em vista, que o sistema czarista estava falido em seus princípios e não tinha respaldo da população russa que se encontrava em condições precárias. Nicolai Berdiaiev (1991) nos apresenta a complexidade das novas relações estabelecidas com o advento das ideias bolchevistas:

Caçar o burguês, fonte de todos os males. Há alguns meses, o inimigo era Nikkolacha [Nicolau II, NW], Alexandra [a Imperatriz, NW] e Grichka, o depravado [Rasputin, NW], que tramavam com o alemão. Hoje, o inimigo interno é o 'burguês'. Nas filas, 'burguês' tornou-se sinônimo de 'especulador' ou de 'judeu'. "Para as massas sem trabalho, esfomeadas, cansadas da guerra, o 'burguês' é indistintamente todo indivíduo mais ou menos corretamente vestido, o intelectual, o comerciante, o estudante, o judeu, o que se evade". (BERDIAIEV, 1991, p. 78).

Anton Pannekoek (1975) corrobora:

Assim aconteceu em 1905. Em 1917, as derrotas militares e a fome que reinavam nas cidades tinham debilitado a autoridade governamental e os soldados, tal como os camponeses, participam já na ação. Além dos conselhos operários das cidades, formaram-se conselhos de soldados no exército; os oficiais que se opunham a que os soviets formaram o poder foram fuzilados, para evitar a anarquia total. Durante seis meses, políticos e chefes militares esforçavam-se por impor novos Governos, mas em vão; em adiante, os soviets apoiados pelos diferentes partidos socialistas, eram donos da sociedade. (PANNEKOEK, 1975, p.75).

Em suma, o czarismo foi derrotado por um descontentamento das massas devido à fome e a precariedade da situação de vida. Neste cenário, encontrou-se um campo aberto para a difusão de ideias que fossem capazes de transformar a população oprimida em atores principais na luta pelas tão sonhadas reformas sociais. Com isso os bolcheviques, liderados por Lênin, apresentam à combalida Rússia suas ideias marxistas de reorganização das fontes produtivas, de uma forma de governo capaz de atender a todos e principalmente de diminuir, quiçá acabar, com as desigualdades sociais encontradas.

Além dos bolcheviques de Lênin, existiam ainda os mencheviques (minoria) oriundos de uma cisão dos sociais democratas russos em 1903. De acordo com Arthur Rosenberg (1989):

As duas tendências opostas da social-democracia russa enfrentaram-se abertamente, pela primeira vez, no congresso do partido realizado em Londres, em 1903. Nessa época, os socialistas russos só podiam desenvolver suas atividades sem serem molestados, somente no exterior. Quando se discutiu o estatuto do partido, logo no primeiro parágrafo, chegou-se a uma ruptura. Lênin assim formulava: “É membro do partido aquele que faz parte de uma de suas organizações”. Martov, ao contrário, propunha: “É membro do partido todo aquele que atua sob o controle do partido”. Devido a essa divergência, aparentemente insignificante, a social-democracia russa se partiu em duas. Durante a votação das três dezenas de delegados, Lênin obteve a vantagem de dois votos sobre seus adversários: desde então, sua fração do partido passou a se chamar maioria, ou seja, bolchevique, enquanto que os seguidores de Martov passaram a se chamar minoria, isto é, menchevique. “Aquele pequeno grupo de emigrados russos em Londres, que discutiam entre si e discorriam furiosamente em torno de diferenças imperceptíveis, estava construindo naqueles dias a história do mundo: nascia o bolchevismo.” (ROSENBERG, 1989, p. 66).

A aura da grande liderança adquirida por Lênin que começou após o Congresso do Partido em 1903, demonstrou também outro traço muito visível de sua ideologia: a defesa da luta política, das denúncias políticas através das propagandas e, sempre que viável, a politização das lutas sociais contra autocracia.

Lênin procurava sempre destacar as bases ideológicas marxistas, e a gama de relações internacionais estabelecidas pelas lideranças bolcheviques com outros teóricos

revolucionários espalhados pelo mundo, tendo a Rússia condições históricas privilegiadas para a insurgência de uma revolução protagonizada pelo proletariado, como veremos a seguir:

(...) o bolchevismo surgiu em 1903 sobre a base sólida da teoria do marxismo. E a justeza desta teoria revolucionária – e só desta – foi demonstrada não só pela experiência mundial de todo o século XIX como em particular, pela experiência das divagações e vacilações, dos erros e desilusões do pensamento revolucionário na Rússia, sob o jugo de um tsarismo inauditamente selvagem e reacionário, procurou avidamente uma teoria revolucionária justa, seguindo com um zelo e um cuidado admiráveis cada “última palavra” da Europa e da América neste campo. (...) Graças à emigração provocada pelo tsarismo, à Rússia revolucionária possuía na segunda metade do século XIX uma riqueza de relações internacionais e um conhecimento como nenhum outro país do mundo. (LÊNIN, 1980, p.282).

Em meio a Primeira Guerra Mundial, os bolcheviques protagonizaram a Revolução de Fevereiro ou Revolução Branca (março de 1917, o calendário russo divergia do calendário ocidental). Derrubaram o Czar Nicolau II, no mesmo ano ocorreu a Revolução de Outubro ou Revolução vermelha, (novembro de 1917), na qual depuseram o Governo Provisório impondo o governo socialista soviético. Contudo, o que se viu na prática, foi uma imensa dificuldade para gerir o movimento revolucionário e o governo posterior, tendo em vista as grandes dificuldades econômicas e os problemas sociais pelos quais, a Rússia atravessava.

Lênin temia “[...] tergiversações que pudessem comprometer a eficácia da ação revolucionária, bem como voluntarismos utópicos que desviassem a revolução de seu curso necessário [...]” (SAMPAIO JÚNIOR, 2011, p. 82), e por isso tinha como objetivo o estabelecimento de:

[...] diretrizes fundamentais que deveriam orientar os passos dos bolcheviques no combate de vida ou morte que se avizinhava e que colocava a classe operária e o partido diante de tarefas difíceis: a conquista do Estado burguês pela insurreição armada dos operários e camponeses, a consolidação do poder revolucionário na guerra civil provocada pela reação burguesa e, finalmente, a construção dos fundamentos materiais, sociais, políticos e culturais do modo de produção comunista. Em última instância, o núcleo de reflexão girava em torno do papel da “violência revolucionária” como parteira da História. A questão associava-se às tarefas destrutivas e construtivas da revolução. (Idem, 2011, p. 82).

A complexidade deste processo fez com que Lênin também organizasse parâmetros para balizar as iniciativas dos revolucionários durante o período em que

durasse a situação gerada pelo isolamento da revolução. As grandes questões a serem resolvidas pelo governo revolucionário eram:

De um lado, a revolução precisava elevar o excedente econômico e canalizá-lo prioritariamente para o esforço de industrialização sem comprometer o funcionamento da agricultura. Este era o grande desafio do processo de acumulação primitiva da Rússia socialista. De outro lado, a revolução tinha de preservar a todo custo a aliança operário-camponesa – a efetiva base social de sustentação do Estado soviético. (2011, p. 92).

A Rússia pós-revolução ainda fervilhava em contradições sociais oriundas das discrepâncias acentuadas ao longo dos séculos anteriores. Era enfatizada a necessidade de estimular a economia camponesa, a fim de, enfrentar as urgências do momento, no que tangia o suprimento dos bens necessários à sobrevivência e das matérias primas para as indústrias. O proletariado era oriundo da massa camponesa, por isso precisava ser talhada de acordo com as demandas produtivas, algo similar ao que aconteceu com o trabalhador estadunidense depois da reorganização do trabalho, proposta por Ford e Taylor.

Têm-se assim as transformações das relações de trabalho, após a expropriação da burguesia feita pelo regime, devido aos recorrentes boicotes e sabotagens econômicas protagonizadas pelos donos das empresas industriais, a fim de manter o comando político, que defendia o poder da classe operária e do povo. As indústrias foram estatizadas, a burguesia foi dissolvida e a economia passava a ser nacionalizada, planificada e operária.

A Revolução Russa foi sem dúvidas, o principal exemplo de revolução social ocorrida no século XX, influenciando operários de todas as partes do mundo a lutarem por melhorias em suas condições de trabalho e de vida. Prado (2017), ao escrever na revista *História & Luta de Classes*, sobre o centenário da revolução afirma que:

Todos aqueles que acreditavam na classe trabalhadora, que lutavam por uma perspectiva nova de vida, para além do capital e da luta de classes, ficaram extasiados com aquela grande insurreição. De forma imediata, ela impulsionou greves e uma série de ações contra a guerra. Parecia indicar que havia novas possibilidades para os trabalhadores e que a revolução mundial realmente poderia ser vitoriosa. (PRADO, 2017, p. 28).

No Brasil, antes da fundação e da cisão anarco-comunista, revolucionários daqui, já haviam buscado outras formas de organização política. A influência exercida pela Revolução Russa fez com que diversos movimentos de operários se organizassem e

começassem a promover manifestações pautadas em reivindicações de melhorias nas condições de trabalho, e a promover grandes greves, como a grande Greve, ocorrida em São Paulo, no ano de 1917.

No Rio Grande do Sul, por exemplo, era criada, em 1918, por Santos Soares, a Liga Comunista, na cidade de Santana do Livramento<sup>8</sup>. A Liga, assim, como outros movimentos criados neste período, logo se integrariam ao Partido Comunista do Brasil (PCB), fundado oficialmente, em 25 de março de 1922<sup>9</sup>. Os movimentos e partidos comunistas criados pelo mundo estavam diretamente articulados com a União Soviética e a ideologia de internacionalização da revolução. Salienta-se, portanto, que:

Quando falamos em Partido Comunista, não podemos perder de vista a concepção de internacionalismo, ou seja, o movimento revolucionário só teria sentido se considerado em escala mundial. “[...] era coerente que os partidos comunistas se organizassem também como um bloco internacional, com uma orientação única que articulasse globalmente o movimento comunista. Era natural que comando desta articulação coubesse a União Soviética, pois, na época, era o único país que, na visão de seus contemporâneos, havia realizado a revolução socialista. Nesse caso, foram os revolucionários soviéticos os únicos que conseguiram compreender e aplicar corretamente a doutrina marxista. [...]” (ZIMBARG, 2001, p. 15).

A partir de janeiro de 1922, é lançada a revista *Movimento Comunista*, que Pacheco (1984, p. 85), descreve como tendo a finalidade de defender e propagar fidedignamente a doutrina e informações do movimento comunista internacional, sendo esta uma das primeiras linhas marxista-lenista. Neste período os partidos comunistas espalhados pelo mundo disseminaram as ideias da Revolução Russa, em busca de sua internacionalização.

---

<sup>8</sup> Em 1918, aos 28 anos de idade, Santos Soares fundou e se colocou a frente da Liga Comunista de Livramento. Essa foi a primeira organização Comunista do Rio Grande do Sul. A primeira medida da Liga foi publicar um jornal, que efetivamente circulou em vários números e foi disputado pelos trabalhadores. A sede da Liga Comunista foi assaltada pela polícia. Mas ela existiu até a fundação do Partido Comunista do Brasil, em 1922. (...) promovia com maior intensidade a leitura do escasso material revolucionário obtido através da fronteira com o Uruguai. (...) animava a chama da solidariedade à União Soviética. (...) A fundação da Liga Comunista de Santana do Livramento não foi um fato isolado. Com pequena diferença de tempo, surgem organizações semelhantes em diversos pontos. Funda-se um centro em Passo Fundo. Os trabalhadores de Porto Alegre editam o Manifesto Comunista de Marx e Engels. Os trabalhadores de Rio Grande inscrevem na fachada da União Operária o lema “Operários de todos os países, uni-vos” (...) Essa iniciativa de fundar ligas e círculos comunistas é uma demonstração da necessidade que os trabalhadores sentem do partido. A atuação de Santos Soares está na própria raiz da organização do partido comunista no Rio Grande do Sul. Disponível em: [http://www.raulcarrion.com.br/pcdob\\_fundacao.asp](http://www.raulcarrion.com.br/pcdob_fundacao.asp), acesso em: 11 de janeiro de 2018.

<sup>9</sup> Em 25 de março de 1922, o PCB é fundado e desde então é parte constitutiva da História do Brasil. Se, na sua gênese convergiram os ideais libertários do nascente proletariado, no seu desenvolvimento e consolidação foram sintetizados os processos de maturação de uma organização política que buscava (e ainda busca até hoje) conjugar em suas fileiras os mais destacados dirigentes das lutas dos trabalhadores e representantes da intelectualidade e da cultura brasileira. Disponível: [pcb.org.br/portal/docs/historia.html](http://pcb.org.br/portal/docs/historia.html), aceso em: 10 de janeiro de 2018.

Zimbarg (2001) cita que a partir da Internacional Comunista ou Terceira Internacional, fundada por Lênin em 1919, se estabeleceu a doutrina do internacionalismo revolucionário, expressa já no preâmbulo do estatuto da Internacional, assim “[...] a Internacional Comunista deve ser, para todos os efeitos, um único Partido Comunista no mundo inteiro. Os partidos que operam em vários países não são senão suas diversas seções [...]” (Ventura, *apud* ZIMBARG, 2001 p. 15). Portanto, os partidos comunistas deveriam ser fundados em acordo com as diretrizes da Internacional Comunista.

No Brasil, o PCB, segundo Pacheco (1984) era um dos partidos que propagavam a doutrina da Internacional Comunista. No entanto, por não haver uma legislação específica, o PCB atuava na clandestinidade. O esforço inicial do partido estava concentrado no fortalecimento dos sindicatos e na ampliação de seu quadro social.

Em 07 de abril de 1922, registra-se como uma sociedade civil, publicando seu estatuto no Diário da União. Este fato, fez com que o partido estivesse na legalidade, por um breve período de tempo. Em 1927, era sancionada a Lei Celerada, por Washington Luiz, e o PCB recolocado novamente na clandestinidade. Em 1928, durante o Terceiro Congresso do Partido Comunista do Brasil, é afirmada a posição do partido como sendo de ideologia marxista-lenista do proletariado pautada na luta contra o Imperialismo.

Ainda na década de 1920, a coluna Prestes, liderada por Luiz Carlos Prestes e ligada ao tenentismo<sup>10</sup>, - um movimento social de caráter político-militar -, promove uma rebelião geral contra o governo, e embora não conseguisse desencadear uma revolução, conseguiu aproximar a oficialidade revolucionária das massas oprimidas do campo. Levantando-se em todo o país, uma onda de esperança por todos os setores progressistas da sociedade brasileira. Sua missão “[...] era a de manter aceso o facho da revolução, animando os tíbios e provocando novos pronunciamentos [...]” (SODRÉ, 1965. p. 214).

Já na década de 1930, a radicalização pela qual a política brasileira passou naquele período, levou à formação da Aliança Nacional Libertadora (ANL), cujo presidente de honra era também o comunista Luiz Carlos Prestes. A ANL teve seu primeiro ato público, em 1935, e contava com jovens oficiais dissidentes do tenentismo, católicos

---

<sup>10</sup> O tenentismo passará por três etapas bem definidas: embora, como sempre ocorre imprecisamente limitada no tempo: na primeira os seus elementos operam isoladamente, os seus pronunciamentos são exclusivamente militares, abrangem pessoa militar apenas, reduzem-se aos quartéis, revestem-se do aspecto de luta armada tão somente; na segunda, os seus elementos ligam-se a oposições políticas locais ou regionais, em particular no Rio Grande do Sul, alcançando, assim, amplitude maior, revestindo-se de aspecto diferente, vinculando-se às forças diversas das militares e de natureza partidária quase sempre; na terceira, finalmente, o vínculo será com a oposição federal. (SODRÉ, 1965, p. 213).



progressistas, comunistas, socialistas, e demais correntes de esquerda, que também lutavam por bandeiras similares às do PCB, como o anti-imperialismo e o antifascismo.

Embora fosse liderada por comunistas, conseguiu agregar os mais diversos setores da sociedade e acabou se tornando um forte movimento de massas. Segundo Pacheco (1984, p. 167), o PCB baseava então sua estratégia de insurreição, no movimento militar das cidades, na greve geral e na sublevação dos camponeses, mas devido à forte repressão, a revolução se transformaria numa chamada “quartelada mal sucedida”.

Em novembro de 1935 estourava em Natal/RN, um levante militar em nome da Aliança Nacional Libertadora. Cita-se que esta aliança defendia propostas nacionalistas e tinha como uma de suas principais bandeiras, a luta pela reforma agrária. Para Motta:

Os acontecimentos de novembro de 1935 têm uma importância marcante na histórica do imaginário anticomunista brasileiro, na medida em que forneceram argumentos para solidificar as representações do comunismo como fenômeno essencialmente negativo. [...] O levante foi representado como exemplo de concretização das características maléficas atribuídas aos comunistas. Segundo as versões construídas por seus adversários, durante os quatro dias da revolta os seguidores de Prestes teriam cometido uma série de atos condenáveis [...] O relato mitificado do evento foi sendo reproduzido ao longo das décadas seguintes, num processo paulatino de construção e elaboração. (MOTTA, 2000, p.105).

Em 1940, uma nova repressão sobre os comunistas foi desencadeada. No entanto, neste período, Getúlio Vargas, então presidente do Brasil, enfrentava uma forte oposição liderada pelos liberais udenistas e por setores ligados ao capital estrangeiro. Isto fez com que ocorresse uma espécie de “*habeas corpus*” aos partidos, através de imposições de bandeiras como a da “Assembleia Nacional Constituinte”, “todo o poder ao judiciário” e a luta pela liberdade de expressão.

Outras condições colocaram o presidente Getúlio Vargas na defensiva. Dentre as quais, se destaca o primeiro congresso brasileiro de escritores, que exigia entre outras coisas, a ampla liberdade, o voto livre, universal e secreto. O então Presidente concederia ainda a anistia geral e legalizaria todos os partidos, incluindo o PCB (PACHECO, 1984, p. 219).

Quando estoura o golpe já em 1964, o PCB esperava pelo seu sexto congresso, que segundo Pacheco (1984, p. 225-226) definiria as bases de sua linha política que eram “[...] lutar por reformas de estrutura, combater as concessões do atual governo ao imperialismo e às forças reacionárias, lutar para desenvolver os aspectos positivos da política realizada pelo setor da burguesia nacional [...]”. Com o Golpe de 1964, o partido acabaria novamente sendo posto na clandestinidade. Assim, outros exemplos além do

PCB no Brasil se espalharam pelo mundo, e diversos partidos comunistas foram fundados com base na teoria marxista-lenista.

Mesmo após o colapso da União Soviética em 1991, o comunismo ainda remanesceu em maior ou menor escala e seus ideais estão presentes em estatutos de partidos políticos, e em alguns governos que atualmente se declaram comunistas, ou ainda, ao menos na nomenclatura, se intitulam comunistas, como é o caso do Partido Comunista Chinês. Algumas correntes marxistas mais ortodoxas, no entanto, defendem a tese de que alguns destes governos, partidos e movimentos revolucionários pós-Marx e Engels, na verdade não passaram de deturpações da ideologia marxista sobre a sociedade. Fato é que a influência destes grandes teóricos foi determinante para que ocorressem muitas das transformações ocorridas na História socioeconômica da humanidade.

Com a Revolução Russa buscou-se contextualizar o período pré-revolucionário bem como a formação do partido bolchevique que protagonizou a insurreição, e principalmente abordar aspectos desenvolvidos por um de seus principais difusores e teóricos, Vladimir Ilyich Lênin. Lênin acabou se tornando um dos maiores pensadores do século XX. É inegável sua consciência revolucionária, e impossível desassocia-la da maioria das Revoluções de Esquerda, de cunho marxista que vimos ao longo do século. Assim como é fundamental afirmar que a Revolução acendeu nas massas proletárias o espírito revolucionário capaz de transformar a realidade das relações existentes na sociedade.

Porém, a revolução foi capaz também, de acender o alerta e o receio de insurreições, nos principais países capitalistas. As principais nações capitalistas, que tinham nos Estados Unidos seu principal representante, viam na Revolução Russa uma clara ameaça de que insurreições pudessem se alastrar por todas as partes do mundo.

Criou-se internamente nos países de ideário anticomunista um discurso de total aversão ao comunismo e ao vermelho. Os comunistas passaram a ser rotulados com estereótipos que perduram até o presente tempo, sempre relacionados a aspectos negativos.

Neste ponto, percebe-se que em razão da difamação, o anticomunismo se alastrou, principalmente por países capitalistas, que estavam sob a égide da ideologia anticomunista estadunidense, e acabou impulsionando um verdadeiro sentimento de temor e aversão, como se verá na análise do macarthismo.

## 2.4 O MACARTHISMO

Entre os principais propagadores do anticomunismo, entre as décadas de 1940 e 1950, está à figura do senador estadunidense Joseph Raymond McCarthy<sup>11</sup>, que se destacou com uma forte campanha contra o comunismo, e que acabou ficando conhecido como o líder do anticomunismo que reinou nos Estados Unidos naquele período.

O surgimento do Macarthismo, como um período histórico compreendido entre as décadas de 1940 e 1950, está diretamente ligado ao fato de que neste período pós Segunda Guerra Mundial, diversas pessoas que nutriam certa simpatia pelos comunistas estavam ocupando cargos no governo estadunidense. Isto fez com que, uma verdadeira caça aos simpatizantes do comunismo iniciasse.

McCarthy foi então uma das figuras de maior destaque nesta campanha. Uma grande ironia neste contexto, é que o senador McCarthy foi eleito em 1946, e o seu triunfo “[...] se deveu, pelo menos em parte, aos votos de esquerdistas- inclusive os do Partido Comunista [...]” (FERREIRA, 1989, p. 93).

Outro detalhe importante, é que durante os anos de 1947, 1948 e 1949, enquanto se estendia pelos Estados Unidos uma forte cruzada anticomunista, com o incentivo da Doutrina Truman e do Programa de Lealdade lançado pela administração democrata, McCarthy, “[...] era simplesmente um senador obscuro do Meio-Oeste à procura de um bom tema e não demonstrava grande preocupação com a chamada “a ameaça vermelha [...]”” (Idem, 1989, p. 95).

No entanto, assim que percebeu as tendências dos políticos que estavam ao seu redor, e entendeu o potencial de atuação da *HUAC (House Un-American Activities Committee)*, um comitê de investigação criado em 1938<sup>12</sup> para investigar supostas deslealdades e atividades subversivas por parte dos cidadãos estadunidense, sua posição mudou drasticamente.

Após sair da obscuridade, tornou-se tema central de uma campanha presidencial, ganhou enorme influência sobre a política exterior de Washington, numa época em que

---

<sup>11</sup> Nascido em 1908, numa fazenda relativamente modesta do estado de Wisconsin, Meio-Oeste dos Estados Unidos, McCarthy era formado em Direito pela Universidade de Marquette, Milwaukee, desde 1935. Entrou para a política como advogado praticante, primeiro no Partido Democrata e depois no Republicano. Juiz de Circuito, eleito em 1939, abandonou a magistratura três anos depois para se alistar no Corpo de Fuzileiros Navais, do qual foi oficial durante a guerra. (FERREIRA, 1989, p. 93).

<sup>12</sup> Criada em caráter meramente temporário (como “comissão especial”) no ano de 1938, por iniciativa de um congressista de estilo evangelista-populista de cidadezinha do interior – Martin Dies, democrata do Texas. (FERREIRA, 1989, p.61).

esta política influenciou profundamente na História Mundial. Estigmatizou com seu nome uma tendência capaz de fazer com que seu nome sobrevivesse pelo tempo, e até hoje “[...] qualquer coisa que seja antiliberal, anti-intelectual, repressiva, reacionária, totalitária ou simplesmente abjeta e desprezível passou a ser “macarthismo [...]” (1989, p.96). A sua “caça as bruxas” buscava encontrar agentes governamentais infiltrados ou mesmo cidadãos comuns com ideias vermelhas pró-URSS ou comunistas.

Um detalhe interessante é que o termo “caça as bruxas”<sup>13</sup> é uma clara alusão ao período do Santo Ofício. Aqui vale ressaltar que a imprensa estadunidense também teve papel incisivo para os ideais do macarthismo, “[...] tem sido geralmente reconhecido nos últimos anos que sem a contribuição da imprensa teria sido difícil criar o clima de histeria que favoreceu a onda macarthista, e a caça as bruxas [...]” (1989, p. 155). O macarthismo só fez aumentar esta perseguição anticomunista. Para ajudar a entender tal associação Ferreira cita que:

Foi numa carta escrita há quase dois séculos a Thomas Jefferson que James Madison considerado o pai da Constituição, observou ser praticamente “uma verdade universal” que a “perda da liberdade em casa deve ser debitada aos preparativos contra o perigo, real ou suposto, que vem de fora”. No caso das relações entre o nascimento da Guerra Fria e as origens do macarthismo, o vínculo parece particularmente claro. O documento geralmente aceito como uma espécie de certidão oficial de nascimento da Guerra Fria é o discurso pronunciado a 5 de março de 1946, na cidade norte-americana de Fulton, Missouri, pelo ex-premier Winston Churchill – o estadista conservador que conduziu os ingleses a vitória contra o nazi-fascismo mas acabou derrotado pelos trabalhistas de Clement Attlee em 1945, na primeira eleição geral do país após o triunfo aliado. Conhecido como “discurso da cortina de ferro”, por ter aplicado pela primeira vez esta expressão à situação surgida no pós-guerra, o texto conclamava os Estados Unidos a “uma associação fraternal dos povos de língua inglesa” para enfrentar o que Churchill considerava uma crescente ameaça comunista. (1989, p. 37).

O Macarthismo colocava artistas e pensadores numa vala comum, sendo que todos eram chamados de comunistas, mesmo não tendo afinidade alguma com as ideias, ou mesmo por serem humanistas. Um caso notório foi o de Charles Chaplin, que foi obrigado a sair dos Estados Unidos e a voltar para seu país, a Inglaterra, devido a perseguições políticas e por suas ideias de cunho humanista.

Os eventos relacionados à política estadunidense voltada para a contenção do comunismo no pós Segunda Guerra Mundial comumente resultaram em um amplo

---

<sup>13</sup> O uso da expressão “caça as bruxas” (*witch-hunt*, nos Estado Unidos) para designar a repressão política nos anos 40 e 50 é uma alusão óbvia, de cunho pejorativo, à perseguição e eventual queima de feiticeiras nas fogueiras da inquisição. (FERREIRA, 1989, p. 25).

cerceamento das liberdades civis e num vigoroso crescimento da religião. Nesse contexto, o macarthismo acelerou a deflagração de um dos mais significativos embates ideológicos dos EUA no século XX, em um momento, em que a propaganda aliada à mídia, incorporou-se ao arsenal de armamentos dos Estados.

Essas foram algumas das características que aceleraram a intensa corrida armamentista, política e cultural, entre os principais protagonistas desse fenômeno, os EUA e a URSS; e que se torna absolutamente possível à identificação de uma verdadeira “Guerra Cultural” após a Segunda Guerra Mundial. (VALIM, 2006, p. 199)

Ainda em seu trabalho sobre o Macarthismo, Ferreira aprofunda a discussão e traz outro importante destaque, relacionado à prática de denúncias por parte da sociedade civil, mas também de políticos e jornalistas às autoridades, de supostos envolvidos em atividades subversivas, que teriam alguma relação com o comunismo, ou mesmo que simpatizavam com os ideais comunistas, destacando que:

Antes mesmo de 1964, em plena fase aguda da Guerra Fria, algumas personalidades políticas brasileiras – como o Almirante Peno Boto, o chefe integralista Plínio Salgado e, de certa forma também o jornalista Carlos Lacerda – revelaram certa inclinação para o papel desempenhado com tanto sucesso, nos Estados Unidos, pelo senador McCarthy. Listas de comunistas infiltrados também chegaram a ser populares por aqui, em esforços claros para se lançar a disseminar a caça às bruxas. (FERREIRA, 1989, p. 231).

Esta ideologia alimentada no anticomunismo influenciou de certa forma as Ditaduras do Cone Sul, que se sucederam aos golpes de estado, sobretudo a brasileira, que tinha em uma de suas bases o exemplo americano no enfrentamento ao “mal comunista” para legitimar o Golpe Civil-Militar de 1964. Ressalta-se que o momento que antecedeu o Golpe, era um período de derradeira tensão na América.

Os Estados Unidos percebiam que as Revoluções Comunistas ocorridas na China, em 1949, e em Cuba em 1959 eram fortes sinais da influência do comunismo soviético se alastrando pelo mundo. Um bom motivo para os Estados Unidos se preocuparem, uma vez que Cuba era a principal aliada dentro da América da URSS. As vitórias das Revoluções Chinesas e Cubanas significavam vitórias para o comunismo e, portanto, poderia servir de exemplo para novas Revoluções. Para Motta (2000, p.05):

A força do comunismo, consubstanciada na expansão e crescimento dos partidos e ideais comunistas, engendrou o anticomunismo. Os grupos sociais atemorizados pela “ameaça” ou “perigo” comunista, por sinal expressões reveladoras de seu estado de espírito, trataram de organizar-se e articular uma contra-ofensiva

visando combater o projeto revolucionário. Genericamente, pode-se dizer que o sentimento anticomunista nasceu espontaneamente, gerado pelo medo e pela insegurança. No entanto, transformou-se em movimento organizado a partir da necessidade percebida por algumas lideranças conservadoras de conter a escalada revolucionária.

O Brasil, por ser um país de dimensões continentais, sempre foi observado com total atenção pelos Estados Unidos. Uma grande Cuba se desenvolvendo em solo brasileiro seria uma ameaça real aos interesses americanos sobre a América. Não é segredo de ninguém que os Estados Unidos sempre buscaram exercer influência sobre os demais países do globo e com a América não seria diferente.

A intervenção imposta pelos Estados Unidos, mesmo que fora do contexto de uma ação militar, durante o emergir do Golpe Civil-Militar Brasileiro, era de certa forma, uma maneira de “proteger” o Brasil das influências de governos comunistas. Esta condição de salvaguardar a América, no entanto, não era novidade. Para Larangeira:

Tio Sam sempre foi egoísta, desde pequeno. Em 1823 quis o continente americano só para ele e o presidente James Monroe, sob o pretexto de refrear a cobiça europeia para com os países latino-americanos recém-libertos do jugo da Espanha e Portugal, apresentou em dezembro ao congresso mensagem destinada às potências do outro lado do Atlântico: toda incursão intervencionista nas Américas seria rechaçada pelos Estados Unidos. O grande irmão do Norte nomeava-se o guarda Belo do continente e institucionalizava pela doutrina Monroe a máxima “A América para os americanos”. Isto mostra que, o intuito americano de “proteger” os países da América fazia parte de seus interesses já havia algum tempo.” (LARANGEIRA, 2014, p. 33).

Para tanto, não somente o ataque ao comunismo deveria ser feito de maneira constante e incisiva, como até mesmo o uso da violência para conter a influência do comunismo sobre as nações era justificado. Para Sodré:

Criou-se o estereótipo de que contra comunistas, e no conceito eram abrangidos todos os que defendiam os interesses nacionais e os princípios democráticos, tudo era válido: tratava-se, não de gente, de caricaturas humana, mas de animais perigosos, contra os quais todos os processos eram lícitos. (SODRÉ, 1965, p. 259).

O Macarthismo e o temor estadunidense foram fundamentais na difamação imposta ao comunismo e que acarretou numa demonização ao vermelho. No entanto, a influência de McCarthy foi perdendo força, muito porque suas acusações e a sua perseguição ao comunismo eram fraudulentas e demonstravam o seu comportamento irracional e ultrajante durante as investigações.

Ferreira (1989, p. 105) cita Alfred Friendly, que aponta que McCarthy:

Tinha tocado o filão profundo da ansiedade que predominava entre as pessoas comuns do país, e que mesmo não tendo formulado nenhum programa econômico ou uma filosofia de qualquer tipo, recebeu o apoio financeiro de conservadores econômicos ansiosos para verem a derrota da administração democrata.

Estes democratas que através da Doutrina Truman e o programa de lealdade alastraram a histeria pelos Estados Unidos. Histeria esta, também disseminada pela imprensa, e sem a imprensa “[...] teria sido difícil criar o clima de histeria que favoreceu a onda macarthista, e a caça as bruxas [...]” (Idem, 1989, p. 155).

McCarthy tentou ainda sem êxito investigar uma infiltração comunista no Exército em 1954. Decorreu-se então, um processo investigativo através de audiências que duraram 36 dias, e que foi televisionada. Porém, acabou sendo uma tentativa frustrada de acusação vista pelo público “[...] como o mais perfeito e acabado dos vilões, tão ridículo quanto cruel [...]” (1989, p. 115).

Sua morte se deu em 02 de maio de 1957, todavia, sua figura foi referência de uma política que demonizava o vermelho, que transformou os comunistas em “comedores de criancinhas” e, principalmente, influenciou a indústria cinematográfica de Hollywood a estereotipar o comunismo como algo a ser banido da terra, algo que era o suprasumo da maldade e do atraso humano.

## 2.5 A ESCOLA SUPERIOR DE GUERRA E A DOCTRINA DE SEGURANÇA NACIONAL

A patrulha anticomunista foi ganhando cada vez mais força. Os EUA incorporaram, na sua política externa a teoria de que a segurança estava ameaçada nas partes do planeta onde o comunismo começava a se fazer presente. Com isto, adotaram a estratégia de conter o poder soviético a partir da organização de blocos militares principalmente com aqueles países estrategicamente aliados (OTAN).

A criação da Escola Superior de Guerra (National War College), em 1946, foi o ponto de partida para a ideia de segurança coletiva, fomentando “[...] a instalação de centros especiais para treinamento, qualificação e doutrinação de militares latino-americanos nos EUA [...]” (PADRÓS, 2007, p. 15). Esta escola no EUA, não foi única:

Igualmente, sob sua inspiração, foram constituídas escolas de formação militar na América Latina (Escola Nacional de Guerra do Paraguai, Escola Superior de Guerra da Colômbia, Escola de Altos Estudos Militares da Bolívia, Academia de Guerra do Chile, Escola Superior de Guerra do Brasil). (Idem, 2007, p. 15).

Neste contexto, a Escola Superior de Guerra<sup>14</sup> foi criada no Brasil inspirada no modelo americano de poderio e organização de suas forças militares. A ESG incorporou a Doutrina de Segurança Nacional (DSN), patenteada pelos americanos e transmitida aos oficiais brasileiros através de cursos desenvolvidos nos Estados Unidos. Ananda Simões Fernandes em uma pesquisa intitulada “*A reformulação da Doutrina de Segurança Nacional pela Escola Superior de Guerra no Brasil: a geopolítica de Golbery do Couto e Silva*”, financiada pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Ensino Superior (CAPES) Brasil aponta que.

A Escola Superior de Guerra foi criada com base no modelo do National War College, quando os militares brasileiros que integraram a Força Expedicionária Brasileira (FEB), antes de retornarem ao Brasil após terem participado da Segunda Guerra Mundial, foram enviados aos Estados Unidos para entrar em contato com suas instituições militares de ensino. Ali, os oficiais brasileiros perceberam a demonstração da superioridade militar-bélica norte americana e o clima da Guerra Fria. (FERNANDES, 2009, p. 841).

Ainda, nesta pesquisa, Fernandes aponta os ideais defendidos pela Doutrina de Segurança Nacional:

A DSN foi a ideologia disseminada nessas instituições militares. As ditaduras civil-militares instituídas no Brasil, Bolívia, Uruguai, Chile e Argentina nas décadas de 1960 e 1970 foram marcadas pela aplicação de suas diretrizes. A DSN fundamentava-se na necessidade da segurança nacional para a defesa dos valores cristãos e democráticos do mundo ocidental, era a resposta ao “comunismo ateu”, tendo como base um virulento anticomunismo [...] (Idem, 2009 p: 837).

Na América Central, mais especificamente, na região de ocupação no Canal do Panamá, “[...] surgiram a Escola do Caribe, do Exército dos EUA (USARCARIB), em Fort

---

<sup>14</sup> Durante dez anos (1954-1964), a ESG desenvolveu a teoria para intervenção no processo político nacional e, após 1964, passou a funcionar também como formadora de quadros para ocupar funções superiores no governo, formulando estrutura de poder e controle social materializada na publicação do Ato Institucional 1 (9 de abril de 1964), que estabeleceu eleições indiretas para presidente da República, com amplos poderes”, escreveu Maria Helena de Amorim Wesley, antropóloga e ex-aluna da Escola Superior de Guerra. Disponível em: <http://www.senado.gov.br/noticias/Jornal/emdiscussao/defesa-nacional/sociedade-armadas-debate-militares-defesa-nacional-seguranca/escola-superior-de-guerra-de-segurana-nacional>. Acesso em: 08 de março de 2017.



Gulick (1949), e uma escola de treinamento de guerrilha na selva, em Fort Sherman (1953) [...]” (PADRÓS, 2007, p. 15) e tinham como objetivo “[...] estruturar unidades avançadas de aperfeiçoamento profissional para oficiais [...]” (Idem, 2007, p. 15).

Essa aproximação com os militares da região facilitou o aumento da interferência nos assuntos internos, criando uma “[...] rede de instrumentos a ser acionada imediatamente, diante de conjunturas instáveis e que, ao mesmo tempo, podia funcionar em períodos menos tensos, como mecanismo de acompanhamento, de vigilância e/ou de controle sobre os acontecimentos regionais [...]” (2007, p. 16).

Alguns convênios, assinados após a aprovação da “Lei de Segurança Mútua” pelo Congresso dos EUA, transformaram o Pentágono em uma central para a distribuição de informações militares e tecnologias muitas vezes obsoletas para os aliados locais. Para PADRÓS:

Um dos mecanismos mais eficientes dessa correia de transmissão foi o treinamento das Forças Armadas e policiais, iniciativa altamente estratégica, pois foi o suporte para uma série de intercâmbios pontuais, que redundaram, ao longo do tempo, em ações positivas no esforço contra insurgente e na preservação da região como espaço geopolítico do mundo ocidental. A “pentagonização” das forças de segurança da América Latina procurou estabelecer: a homogeneização doutrinária, a padronização de treinamento militar, a articulação de esforços civis-militares nacionais e regionais, a implementação de sistema de propaganda, a montagem de sistemas de informação e de intercâmbio, a venda de material bélico, o estabelecimento de vínculos pessoais e o relacionamento político, alinhado e dependente das diretrizes da Doutrina de Segurança Nacional (DSN) e dos interesses dos EUA. Em última instância, quanto mais se fomentaram as relações desse tipo com as elites políticas e militares locais, maior foi a possibilidade dos EUA administrarem uma grande capacidade de pressão sobre os respectivos sistemas nacionais. (2007, p. 16).

Com isso, a patrulha anticomunista tornou-se uma teia de relações que além de “prevenir” golpes comunistas, passou a controlar de maneira tácita a política econômica dos países aliados, não sendo segredo que os EUA tenham patrocinado os golpes militares no Cone Sul.

O fornecimento de treinamento, doutrinação, armamento e suporte logístico às Forças Armadas da América Latina estão inseridos na perspectiva de envolver os atores locais na defesa de uma área percebida pelo Pentágono como inserida na sua segurança interna. A necessidade de multiplicar o treinamento de quadros policiais e militares levou à criação de novas escolas de instrução militar, como Fort Bragg, também na Zona do Canal, e Fort Benning e Fort Leavenworth, nos EUA.

Outra medida importante foi à concentração de unidades especiais, estadunidenses, preparadas para entrar em ação imediata no subcontinente, caso fosse necessário. Desde 1962, Fort Gulik sediou o Grupo IV de unidades especiais - “[...] “boinas verdes” (Special Action Force for Latin América) – e dois batalhões de mariners (um outro batalhão foi instalado na base de Guantánamo, em Cuba)[...]” (2007, p. 20).

A força dessas unidades destacava-se:

Pela capacidade de rápida mobilização, podendo intervir em qualquer ponto do continente, diante de ameaças pontuais. Eram treinadas em táticas antiguerrilheiras e recebiam aulas de língua espanhola e portuguesa, o que era muito prático, diante da possibilidade futura de terem que se mover no meio de civis latinos americanos. Tais unidades eram organizadas em 17 equipes (uma para cada país da região), destinadas a serem rapidamente transportadas diante da solicitação de qualquer governo “amigo”. Treinadas em cursos de “Operações Especiais”, especializaram-se em ações de atentados, sabotagem, assassinatos, emboscadas, explosões, espionagem, incursões, vigilância e amedrontamento. (2007, p. 20).

Esta patrulha não se restringiu à América Latina, sua atuação também foi muito incisiva no sudeste asiático, principalmente no Vietnã, território cujo exército estadunidense sofreu muitas baixas, acarretando em grandes problemas internos na sociedade estadunidense.

No próximo capítulo, far-se-á a discussão sobre o uso da imprensa como fonte de pesquisa histórica e seus métodos de aplicação. Também, analisar-se-á a atuação do complexo IPES/IBAD no apoio ao Golpe e sua influência sobre a opinião pública feita diretamente pelos principais meios de comunicação.

### 3 O USO DA IMPRENSA COMO FONTE HISTÓRICA

O uso dos jornais como fonte de pesquisa, como já fora citado na introdução deste trabalho, ainda é contestado e motivo de embates entre os historiadores. Se por um lado temos aqueles que defendem seu uso como sendo uma das ferramentas importantes e disponíveis à pesquisa histórica, há aqueles que contestam a veracidade destes documentos. Fato é que os jornais estão cada vez mais presentes nas pesquisas das Ciências Humanas, incluindo-se a História. Mas, em se tratando de documento, qual a importância do jornal como fonte histórica? Esta indagação norteou as análises sobre o jornal e os seus usos.

O uso da imprensa como fonte histórica - neste caso especificamente os jornais -, deu-se por acreditar-se que estes contêm importantes informações e servem de objeto para consulta. Assim, durante a pesquisa histórica com os jornais é possível analisar alguns aspectos sociais, dentro de um período específico e, por ser, conforme Maria Helena Rolim Capelato:

Manancial dos mais férteis para o conhecimento do passado, a imprensa possibilita ao historiador acompanhar o percurso dos homens através dos tempos. O periódico, antes considerado fonte suspeita e de pouca importância, já é reconhecido como material de pesquisa valioso para o estudo de uma época. (CAPELATO, 1988, p. 13).

Reitera-se, no entanto, que até 1970, a utilização dos periódicos impressos era vista com muita desconfiança entre os historiadores. A imprensa era relegada pelo seu caráter subjetivo e muitas vezes manipulativo e coercivo dos seus discursos. Esta divisão entre os historiadores é descrita por Capelato:

Até a primeira metade deste século, os historiadores brasileiros assumiam duas posturas distintas com relação ao documento-jornal: O desprezo por considera-lo fonte suspeita, ou o enaltecimento por encará-lo como repositório da verdade. Neste último caso a notícia era concebida como relato fidedigno do fato. As duas posturas são contestáveis. O jornal não é um transmissor imparcial e neutro dos acontecimentos e tampouco uma fonte desprezível porque permeada pela subjetividade. A imprensa constitui um instrumento de manipulação de interesses e intervenção na vida social. (1988, p.21):

A partir da difusão da *La Nouvelle Histoire*<sup>15</sup>, ou dos *Annales*<sup>16</sup>, ocorre uma mudança na maneira de se pensar a imprensa como fonte de pesquisa, surgindo um interesse maior por parte dos historiadores nas diferentes formas de pesquisa. Foi quando também, os historiadores se distanciaram da maneira ‘tradicional’ de se fazer História, que consistia em narrativas realizadas a partir do resgate dos feitos de importantes figuras, ou de “grandes heróis”, sempre relacionadas a grandes acontecimentos e atreladas apenas a documentos escritos.

Modelo proposto e defendido por Leopold Von Ranke, que entendia que a função do historiador [...] “seria a de recuperar os eventos, suas interconexões e suas tendências através da documentação e, a partir dela fazer a narrativa histórica [...]” (ALVES, GUARNIERI, 2007, p.36). Em oposição a Ranke, a Nova História estava preocupada “[...] centralmente com a diversidade dos objetos e a alteridade cultural, entre sociedades e dentro de cada uma delas [...]” (CARDOSO, VAINFAS, 2011, p. 03).

Esta mudança de percepção foi de suma importância para a utilização de novas fontes de pesquisa, como os jornais. Para Cardoso, a Nova História fez com que se ampliassem as fontes, pois trouxe novos aspectos à pesquisa “[...] entre eles a ampliação considerável dos objetos e estratégias de pesquisa e a reivindicação do individual, do subjetivo, do simbólico como dimensões necessárias e legítimas da análise histórica [...]” (Idem, 2011, p. 22). O que não significa que o historiador deva deixar de lado o documento como fonte primordial de pesquisa, apenas que este agregue novas fontes a sua pesquisa. Assim, segundo Capelato, (1988, p. 23), “[...] a nova história não exclui a crítica documental rigorosa: o pesquisador, contudo, não é mais escravo do documento [...]”.

Esta mudança de pensamento tornou os jornais fontes legítimas para a análise de períodos históricos. Tania Regina de Luca enfatiza que o historiador que trabalha com enfoque nos jornais “[...] trabalha com que se tornou notícia, o que por si só abarca um aspecto de questões, pois será preciso dar conta das motivações que levaram a decisão de dar publicidade a alguma coisa [...]” (LUCCA, 2008, p. 140).

---

<sup>15</sup> A expressão “a nova História”, é mais bem conhecida na França. *La nouvelle histoire*, é o título de uma coleção de ensaios editada pelo renomado medievalista francês Jacques Le Goff. Le Goff também auxiliou na edição de uma maciça coleção de ensaios de três volumes acerca de “novos problemas”, “novas abordagens”, “novos objetos” (BURKE, 1992, p. 09).

<sup>16</sup> Originalmente chamada *Annales d'histoire économique et sociale*, tendo por modelo os *Annales de Géographie* de Vidal de la Blache, a revista foi planejada, desde o seu início, para ser algo mais do que uma outra revista histórica. Pretendia exercer uma liderança intelectual nos campos da História social e econômica. Seria o porta-voz, melhor dizendo, o alto-falante de difusão dos apelos dos editores em favor de uma abordagem nova e interdisciplinar da História. (BURKE, 1997, p.33).

Sejam através das fontes, materiais, como os objetos, escritas em livros, artigos, revistas ou jornais, e orais extraídas por entrevistas e relatos, o historiador precisará desenvolver a pesquisa, analisando com cautela e criticidade às fontes disponíveis, verificando as suas diferentes narrativas. E levando em consideração que, “[...] a livre comunicação do pensamento é um dos mais preciosos direitos do homem. Todo cidadão pode, conseqüentemente, sem dependência de censura prévia, manifestar suas opiniões em qualquer matéria. [...]”. (SODRÉ, 1999, p. 41). Cabe ao historiador, portanto, interpretar e questionar as suas fontes, não as distanciando umas das outras, mas sim criando conexões. Tornando assim a pesquisa histórica mais abrangente.

Um documento – o jornal, no caso – não pode ser estudado isoladamente, mas em relação com outras fontes que ampliem sua compreensão. Além, disso é preciso considerar suas significações explícitas e implícitas (não manifestas). Cabe, pois, trabalhar dentro e fora dele. (CAPELATO, 1988, p. 24).

Por estes motivos, fez-se o uso dos jornais e de suas notícias. Buscou-se com cuidado, analisar de que maneira estas notícias estavam nos jornais, e como era feita a narrativa por quem as escrevia, seja em crônicas ou em notícias mais extensas.

Desta forma entende-se que:

A leitura dos discursos expressos nos jornais permite acompanhar o movimento das ideias que circulam na época. A análise do ideário e de prática política dos representantes da imprensa revela a complexidade da luta social. Grupos se aproximam e se distanciam segundo as conveniências do momento; seus projetos se interpenetram se mesclam e são matizados. Os conflitos desencadeados para a efetivação dos diferentes projetos se inserem numa luta mais ampla que perpassa a sociedade por inteiro. (Idem, 1988. p. 34).

As notícias impressas nos jornais transmitem aos seus leitores fragmentos de um período. Ao ler a notícia, o imaginário dos leitores é instigado, através da reprodução de fatos, que estão ocorrendo cotidianamente na sociedade. Por vezes, os leitores são induzidos a formar opiniões pautadas nas ideologias dos que estão por trás das notícias, como os colunistas, jornalistas e editores. Em 1964, os jornais notavelmente eram reprodutores de uma ideologia conservadora atrelada às classes dominantes e aos militares.

Quando se decide que o jornal será uma das fontes da pesquisa histórica é dever do pesquisador analisar todo o conteúdo do jornal passando minuciosamente página a página, verificando em que partes do jornal, as principais notícias são colocadas em destaque. Dependendo da posição em que a informação está disponível ao leitor, é

possível ter noção da importância dada pelo jornal a uma determinada notícia. Por isso, a imprensa, via jornal impresso, se tornou uma importante fonte de estudo, pois possibilitou o acesso a informações que outras fontes não disponibilizam.

O jornal, como afirma Wilhelm Bauer, é uma verdadeira mina de conhecimento: fonte de sua própria história e das situações mais diversas; meio de expressão de ideias e depósito de cultura. Nele encontramos dados sobre a sociedade, seus usos e costumes, informes sobre questões econômicas e políticas. (1988, p.21).

Daí a importância de se estudar os jornais enquanto objeto a fim de que se abram novas possibilidades de pesquisa histórica, e que leve em consideração a multiplicidade de fontes disponíveis ao pesquisador. A apropriação dos jornais como fonte possibilita ao historiador reconstruir narrativas e discursos por vezes objetivos e diretos, mas que também podem estar subentendidos nas entrelinhas dos periódicos. Por isso, o pesquisador deve estar atento ao contexto social do período a ser estudado, e em que circunstâncias foram escritas às informações contidas nos jornais. Desta forma, Capelato (1988, p. 24), sugere que,

O historiador, ao estudar a imprensa, tem que levar em conta esses aspectos. Questionar a imagem “imprensa, espelho fiel da realidade”, implica um trabalho de reconstituição do real em suas múltiplas facetas. Com habilidade, paciência e competência ele conseguirá montar as peças de um complicado quebra-cabeça. (1988, p.23).

Assim, portanto, entende-se que a utilização das informações contidas nos periódicos deva passar pelo crivo do historiador, que fará a análise de quais notícias serão utilizadas, a fim de elucidar as questões que norteiam as pesquisas. Junto a outras fontes, o jornal auxilia na reconstrução de fatos históricos, como parte de um processo de encaixe de peças, que como fora citado acima, resultarão na remontagem de um quebra-cabeça, que serão montados e desmontados conforme novas perspectivas e novos questionamentos surjam.

No próximo ponto deste capítulo, será feita análise da capacidade de persuasão do complexo formado pelo Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais (IPES) e o Instituto Brasileiro da Ação Democrática (IBAD), sobre a opinião pública e suas maneiras de agir direta e indiretamente, sobre os meios de comunicação em massa, tão explorados e utilizados no Golpe e no Governo Civil-Militar no Brasil.

### 3.1 O PAPEL DO COMPLEXO IPES/IBAD NA DIFAMAÇÃO AO COMUNISMO

No Golpe de 1964, as classes dominantes e a imprensa formavam uma forte base de apoio e sustentação do Golpe. Angariando a opinião pública e difamando com veemência o comunismo, se utilizavam dos recursos áudio visuais e escritos, para fomentar no imaginário da população um repúdio ao comunismo.

Ressalta-se que “[...] por imaginário, entendemos o conjunto de imagens e relações de imagens produzidas pelos homens acerca de determinados aspectos da vida social [...]” (MOTTA, 2000, p.71). Assim “[...] o anticomunismo deu origem à constituição de um imaginário próprio, uma conjunção de imagens dedicadas a representar os comunistas e o comunismo [...]” (Idem, 2000, p.71), e “[...] tais imagens se concentraram em apontar aspectos negativos nas doutrinas e práticas comunistas [...]” (2000, p. 71). Nesta rede de apoio aos militares, uma das maiores influências sobre a opinião pública foi exercida pelo complexo IPES / IBAD.

O IPES foi fundado em 1961<sup>17</sup>, por um grupo de empresários, entre os quais se destacavam “[...] o empresário multinacional Antônio Galotti, os tecno-empresários Glycon de Paiva e José Garrido Torres e o empresários Augusto Trajano Azevedo Antunes [...]” (DREIFUSS, 1981, p. 163). Sua sede situava-se na Avenida Rio Branco, no Edifício Avenida Central, na cidade do Rio de Janeiro. Em 1961 foi dirigido pelo general Golbery do Couto e Silva, que atuou também como professor da Escola Superior de Guerra.

O IBAD foi fundado em 1959, por Ivan Hasslocher<sup>18</sup>, e foi responsável pela produção e difusão de uma grande quantidade de programas radiofônicos, de televisão e de notícias nos jornais escritos, permeando nestes periódicos, conteúdos anticomunistas.

O IPES junto do IBAD formava uma organização composta por empresários brasileiros, que contavam com a contribuição de empresários estadunidenses, no combate ao populismo, e aos vestígios da influência do comunismo no Brasil. Tinham o financiamento de suas ações, custeadas em boa parte, pelas grandes empresas

---

<sup>17</sup> Fundado em 1961 e oficializado no ano seguinte, o Instituto atuou como um dos pilares fundamentais da participação civil no Golpe Civil-Militar de 1964, agremiando adeptos para a luta contra o comunismo. (PASSOS, 2017, p. 14).

<sup>18</sup> Em janeiro de 1962, o coordenador geral do IBAD Ivan Hasslocher publicou seu trabalho *As classes produtoras diante do comunismo*, uma tentativa de explicar às classes dominantes o seu próprio posicionamento. Ele alertava o grande público empresarial quanto à necessidade de uma militância diferente das classes dominantes, o que já vinha sendo disseminado entre os indivíduos escolhidos ainda em caráter reservado, pelos ativistas do IBAD. Em seu trabalho, Hasslocher expunha que “no momento há no Brasil numerosas entidades e órgãos das classes produtoras dedicadas ao combate ao comunismo”. (DREIFUSS, 1981, p. 165).

multinacionais. Para que se tenha uma noção desse aporte financeiro, Sodré (1965, p. 388) cita, que o IBAD, por exemplo, também foi financiado por bancos estrangeiros sendo que, “[...] ficou provado que parte desses fundos provinha de empresas estrangeiras, na maioria norte-americanas, instaladas no Brasil [...]” (SODRÉ, 1965, p. 388).

Além disso, a influência do IBAD sobre a opinião pública era muito forte, destacando-se que, mesmo antes do Golpe de 64, o IBAD ocupava “[...] a maioria dos horários das estações de rádio e de televisão, em todo o país, e o espaço dos maiores jornais [...]” (Idem, 1965, p. 388).

Já o IPES trabalhava com pesquisas e estatísticas coletando informações para a elaboração de filmes, documentários, panfletos e propagandas sempre difamando o comunismo e o governo de João Goulart. Formando assim um poderoso complexo difusor de informações capaz de persuadir a opinião pública. Segundo Sodré (1965, p.375) “[...] a mobilização da opinião pública em todos os setores da população foi uma tarefa entregue a coordenação do IPES, o que ele fez, e muito eficientemente [...]”.

Para que se tenha uma noção dessa mobilização, citada por Sodré, as propagandas deste Instituto torpedeavam imagens, que relacionavam o comunismo aos terrores da guerra, como as mortes, as destruições de países, além de associá-lo sempre à miséria e à fome, rotulando o comunismo como um sistema totalitário, por vezes comparado até mesmo com o nazi fascismo.

O comunismo segundo o IPES excluía a livre iniciativa e impedia a liberdade do indivíduo. Para o IPES, os governos comunistas ou antidemocratas, não permitiam aos homens viver uma vida livre. Eram responsáveis pela escala do temor ao comunismo e de oposição ao governo Jango. Este temor foi fomentado pelos Estados Unidos da América por meio destes institutos, em países como o Brasil, pois estavam receosos com a influência do comunismo.

O IPES entre os anos de 1962 e 1964 estabeleceria “[...] um sistema de informação para controlar a influência comunista no governo e para distribuir suas descobertas de forma regular aos oficiais militares-chave e demais pessoas por todo o Brasil [...]” (DREIFUSS, 1981, p.188). Ressalta-se, portanto, que quando o autor se refere a militares-chave, está querendo dizer que os militares nunca foram um bloco único e homogêneo, conforme se refere Tavares (2014, p. 146), sobre a existência de um pequeno grupo de militares mais ligados à direita que em 1961, tentaram o golpe, mas acabaram sendo derrotados. Este grupo estava sob o comando “[...] do coronel Golbery



do Couto e Silva (que, voluntariamente, deixou à ativa e se reformou no posto de general), é um hábil insuflador de boatos, um soldado municiado de intrigas e rumores falsos na guerra psicossocial iniciada em surdina [...]” (Idem, 2014, p. 146). Assim, o Complexo IPES/IBAD começa a atuar de maneira organizada, tendo nos interesses dos Estados Unidos e na ameaça comunista o seu plano de fundo.

Conforme Tavares:

O IPES é um corpo fechado e não se mostra em público. O sujo trabalho de rua é feito pelo chamado Instituto Brasileiro de Ação Democrática (IBAD), criado anos antes, em 1959, com o apoio da Embaixada dos Estados Unidos e que, abertamente, esbanja dinheiro em rádios e jornais para financiar candidatos “comprometidos com o combate ao comunismo e a defesa da família e da propriedade”. “[...] Nesses tempos em que a “guerra fria” marca posições e delimita o mundo, o IPES e o IBAD fomentam o fantasma da “ameaça vermelha” e, assim, semeiam a confusão interna e alimentam a desconfiança norte-americana em face do governo [...]” (2014, p. 146-147).

Ressalta-se ainda, que o IPES foi também ocultamente financiado pela CIA (Central Intelligence Agency). A agência de inteligência civil do governo estadunidense agia através de operações na imprensa feitas pela impressão de falsas notícias nos jornais. Arquivos que foram e ainda estão sendo revelados, não deixam dúvidas de que havia estas operações secretas de propaganda da CIA no Brasil. Eram estas operações que ajudaram a dar suporte ao Golpe. Segundo aponta Silva, “[...] a Folha de São Paulo encontrou em documentos o que ajudara a negar, os papéis relatam uma reunião na Casa Branca em 28 de março de 1964, três dias antes do Golpe, com conselheiros diretos do presidente Lyndon Johnson e agentes de alto escalão da CIA [...]” (SILVA, 2014, p. 131).

A política do governo estadunidense era pautada nestas ações secretas, e na época, tinha como objetivo principal fomentar a oposição a João Goulart, insistindo na tese de que Jango era uma ameaça à democracia. Os Estados Unidos estavam atentos à situação do Brasil, e se necessário fosse, enviariam reforços para amparar o Golpe. Ai estava incluso as ações militares, caso ocorresse alguma resistência por parte dos militares que se mantivessem fiéis a Jango.

O apoio informal estadunidense daria suporte para o êxito da ação. Ainda conforme Silva “[...] essa participação ficou conhecida como ‘Operação Brother Sam’: o governo dos EUA discutiu a possibilidade de enviar navios, combustíveis e armamentos para auxiliar os militares golpistas [...]” (Idem, 2014, p. 131-132). Os Estados Unidos estavam

determinados em sua tarefa de impedir a continuidade do governo de João Goulart. Para que se tenha uma ideia do tamanho da frota que seria destinada a dar amparo para a ação golpista, Larangeira (2014, p.51) nos expõe alguns dados:

Os Estados Unidos auxiliariam o governo rebelde com 110 toneladas de armas portáteis, um porta-aviões, dois destróieres equipados com mísseis teleguiados, oito aviões de caça, seis de transporte, oito aviões-tanque e quatro navios-tanques com 136 mil barris de gasolina, 35 mil com óleo diesel, 20 mil de querosene e 359 mil barris com combustível para jatos e aeronaves.

Ciente das intenções dos EUA cabia ao IPES à missão de espalhar a propaganda anticomunista com a finalidade de atingir a população para que esta entendesse que o Golpe era algo necessário. Durante o movimento golpista atuou inclusive dentro das salas de cinema, transmitindo filmes de cunho anticomunista. Os filmes produzidos pelo IPES passavam nas sessões de cinema, veiculados nas empresas na hora do almoço para o operariado e levados a diversas cidades pelo interior do Brasil para serem exibidos em praças. Ainda conforme Larangeira, além do complexo IPES/IBAD, outras frentes foram abertas para atacar o governo de João Goulart e os comunistas, entres as quais:

No campo parlamentar agiria a Ação Democrática Popular (ADEP). Parida pelo IBAD em 1962, congregaria, conforme a Carta de Princípios, “patriotas que têm como lema: anticomunistas sempre; reacionários nunca” e repercutiria a pauta política nos 207 mil exemplares da revista *Ação Democrática* e em programas radiofônicos pelo sistema instalado em 25 estados e dois territórios. O Grupo de Publicação/Editorial (GPE), do IPES, se responsabilizaria pela formulação dos impressos e livros anticomunista, antipopulista e antitrabalhista e a distribuição do material seria por meio das editoras filiadas e das agências de notícias e jornais simpatizantes a causa. As empresas Jornal do Brasil, O Globo, e Diários Associados formariam no Rio de Janeiro a Rede da Democracia, estuário das produções do IPES e atividades da ADEP. (2014, p. 79).

Não poupando esforços e dinheiro, e “[...] visando a modelar a opinião pública a seu favor até as eleições, o IPES produziu quinze programas de televisão para três canais diferentes, o que lhes custou 10 milhões de cruzeiros [...]” (DREIFUSS, 1981, p. 245). Assim, “[...] a rede de propaganda geral e doutrinação do IPES se incumbia de fazer circular e transmitir por todo o país material para a televisão que se produzia no Rio e em São Paulo, fazendo um bom uso das linhas aéreas, estações de televisão e outras agências amigas [...]” (Idem, 1981, p. 245). Na luta contra o comunismo foram utilizadas diferentes formas de propagandas, nos diferentes meios de comunicação.

Conforme SILVA:

“as campanhas tentaculares do IPES espalharam cartuns e charges nos jornais O Globo, O Dia, Luta Democrática e até na Última Hora. O “Diálogo Democrático” tornou-se moeda corrente: enchia os cofres dos veículos amigos e moldava imaginários. Filmes ideologicamente sob medida chegavam aos cinemas de cada cidade”. O Serviço Social da Indústria (SESI) colaborava na distribuição e exibição desses filmes. Empresas como Mesbla, Caio (setor de transportes) e Mercedes Benz ajudavam o IPES com infraestrutura, logística e deslocamento. (SILVA, 2014, p. 17).

Esta conjuntura doutrinária influenciava políticos, empresários, jornalistas, intelectuais, grupos de donas-de-casa, estudantes e trabalhadores, a militarem sob a égide ideológica do complexo. Juntou-se ao complexo uma parcela significativa de intelectuais, que aderiram à ideologia impetrada do IPES/IBAD e, trabalhavam segundo Dreifuss (1981, p.161), para uma classe dominante em prol de seus interesses econômicos por vezes ligados às empresas multinacionais e associados, se tornando uma voz ativa dos interesses desta classe, na derrubada do governo nacional-reformista de João Goulart. Os intelectuais que aderiam à ideologia do complexo eram conhecidos por “intelectuais orgânicos”.

Estes intelectuais orgânicos são diferentes dos “intelectuais tradicionais”, pois segundo Gramsci (2001), está vinculado a um projeto de classe, ou a uma fração de classe. Dreifuss (1981) vai considerar como sendo toda uma camada de gerentes e “tecno-empresários”, vinculados em 1964, a um projeto político internacionalizado do capital. Com base na definição de Gramsci, são aqueles porta-vozes de uma classe, que se mantem ligados à classe social de origem. Assim:

Todo grupo social, nascendo no terreno originário de uma função essencial no mundo da produção econômica, cria para si, ao mesmo tempo, organicamente, uma ou mais camadas de intelectuais que lhe dão homogeneidade e consistência da própria função, não apenas no campo econômico, mas também no social e político: O empresário capitalista cria consigo o técnico da indústria, o cientista da economia política, o organizador de uma nova cultura, de um novo direito, etc., (GRAMSCI, 2001, p. 13).

Além de ser a junção de uma classe voltada para seus interesses, o complexo IPES/IBAD, foi uma ferramenta importantíssima na disseminação do anticomunismo. Junto ao Conselho Superior das Classes Produtoras (CONCLAP), o complexo atuou de maneira organizada e objetiva na propaganda anticomunista. Planejava suas ações e reivindicações a fim de se fazer ouvir. Foi criado com a intenção de dar lucidez aos ideais das classes dominantes. Segundo Dreifuss (1981, p.163):

Uma série de reuniões informais lideradas por empresários nas casas de proeminentes homens de negócio de São Paulo e do Rio iniciou abertamente um estágio no processo onde diferentes organizações de classe e órgãos do governo começaram a pregar mudanças fundamentais na economia e no sistema político. Desses encontros planejados e discussões preliminares com um constante e crescente número de indivíduos de destaque, surgiu a ideia de se estimular em todo país uma reação empresarial ao que foi percebido como a tendência esquerdista da vida política. Tal reação empresarial precisaria contar com representação setorial para ser eficaz e deveria ter um sentido “popular” mais abrangente, de uma forma que já estava sendo estimulada em Recife, Belo Horizonte, São Paulo e Rio pelo primeiro grupo de ação empresarial, o IBAD, e já sendo desenvolvida pela militante associação de classe, o CONCLAP. O IPES passou a existir. Os fundadores do IPES do Rio e de São Paulo, o núcleo do que se tornaria uma rede nacional de militantes grupos de ação vieram de diferentes backgrounds. O que os unificava, no entanto, eram suas relações econômicas multinacionais e associadas, o seu posicionamento anticomunista e sua ambição de readequar e reformular o Estado.

O complexo IPES/IBAD assumiu também o controle da imprensa audiovisual, - que a partir de 1960 começa a ser chamada de mídia -, no combate incessante ao comunismo. Este alinhamento fortaleceu ainda mais o discurso anticomunista tão bem difundido pela imprensa. Como reforça Dreifuss: “[...] com a cobertura do IBAD, a elite orgânica, feroz e publicamente, fazia campanha através da mídia [...]” (Idem, 1981, p. 167), sendo que “[...] a mídia foi muito útil às tentativas da elite orgânica de consolidar uma frente conservadora de opinião pública com objetivos modernizantes, em consonância com metas empresariais e em oposição às tentativas nacional-reformistas de João Goulart [...]” (1981, p. 167).

Este poderoso complexo inflava a mídia a manter-se na propagação do anticomunismo e lapidava a opinião pública através de um insistente trabalho de formatação de opiniões. Atrelado ao complexo, os dólares americanos eram responsáveis por financiar campanhas de vários políticos anticomunistas. Os Estados Unidos auxiliavam estes institutos a fomentarem o anticomunismo por meio da propaganda em jornais, rádios, televisão e cinema. Enquanto o IBAD formou uma cadeia de estações de rádio pelo qual transmitia os pontos de vista das classes dominantes, o IPES promovia livros e panfletos para intoxicação ideológica. Essa junção de forças foi determinante para o desfecho do Golpe.

No próximo ponto deste capítulo, se abordarão vestígios do anticomunismo presente em alguns Golpes ao Estado, anteriores a 1964, ilustrando-se de que maneira esses golpes foram planejados e executados pelas classes dominantes do Brasil, usando-se dos militares para concluí-los. Assim será possível ter uma ideia de como atuam essas

forças sobre o Estado Brasileiro, em alguns dos momentos pelos quais a democracia do Brasil foi refutada por golpes.

### 3.2. DOS ANTECEDENTES AO ESTOPIM DO GOLPE DE 1964

Como se viu até aqui, o discurso anticomunista vem sendo propagado há um bom tempo no Brasil. Neste contexto, as classes dominantes amparadas pelas Forças Armadas, utilizaram-se mais de uma vez deste discurso, como pretexto para promover intervenções no Estado brasileiro.

Na medida em que se volta a 1964, para entender-se o contexto do Golpe vê-se a importância de se retroceder ainda mais historicamente, e analisarem-se outros golpes já ocorridos, que em maior ou menor escala, tiveram no discurso anticomunista o seu pano de fundo. Motta, voltando-se a atenção para o quadro nacional:

Pode-se dizer, sem temer o exagero, que o anticomunismo teve papel marcante na história política brasileira das últimas décadas. No período imediatamente posterior à Revolução de 1917 e no decorrer da década de 1920, as manifestações contra o comunismo já começaram a aparecer na imprensa, e o assunto entrou para o rol de preocupações dos grupos privilegiados. No entanto, a “questão social” e os riscos políticos a ela ligados ainda não eram associados de maneira predominante ao comunismo. Inclusive porque os anarquistas tinham mais força e visibilidade política no Brasil que os seguidores de Lênin. (MOTTA, 2000, p. 06).

Os golpes de Estado que antecederam a 1964 são práticas corriqueiras das classes dominantes, que usam de instrumentos como as Forças Armadas, para assumir o poder no Brasil. Foi assim - via golpe de Estado -, que ocorreu a Proclamação da República, por Deodoro da Fonseca<sup>19</sup>. O golpe de 15 de novembro de 1889 encerrou um longo período de monarquia constitucional parlamentarista do Império, e destituiu Dom Pedro II, do cargo de Imperador do Brasil. Para Gomes (2013). “[...] o manifesto que o governo provisório divulgou naquela noite, assinado por Deodoro, anunciava que o Exército e a Armada tinham decretado a deposição da família imperial e o fim da Monarquia [...]”. (GOMES, 2013, p.53).

---

<sup>19</sup> O historiador Celso Castro, um dos maiores especialistas brasileiros no tema, afirma que na manhã de 15 de novembro “a grande maioria dos soldados que integravam as tropas golpistas em 15 de novembro não estava consciente de que se pretendia derrubar a Monarquia”. Segundo ele, nem alguns oficiais o estavam. Eram, portanto, participantes involuntários do drama, levados por seus superiores dos quartéis para o Campo de Santana. (GOMES, 2013, p.46).

Também fora assim, via golpe de Estado, que ocorreu a “Revolução de 1930” e Getúlio Dornelles Vargas foi empossado no poder. Cita-se a revolução entre aspas, pois como já fora citada na introdução deste estudo, a mesma somente pode ser entendida como tal, quando ocorre de fato uma ruptura na organização estrutural da sociedade. Para elucidar-se esta afirmação, recorre-se à indagação de Daniel Rodrigues Aurélio em seu livro: *“Dossiê Getúlio Vargas, a vida e trajetória do presidente mais importante da história do Brasil”*, no qual o autor questiona:

Em que medida ela foi, de fato revolucionária? Pode-se afirmar seguramente que o Brasil da Primeira República, ou República Velha [1889-1930], mantinha um arranjo social e político nada democrático e republicano. A União sofria nas mãos das oligarquias estaduais: a economia era agrário-exportadora, baseada em ciclos e monoculturas (naqueles idos, o café): a tão necessária industrialização engatinhava: fraudava-se e manipulavam-se instituições e corpos burocráticos sem disfarces: e o direito de votar e ser votado eram um privilégio da minoria da população. Houve, no pós-1930, uma mudança significativa de rumos, se não para romper com costumes e práticas, ao menos o bastante para nos autorizar a assegurar que o Brasil não era o mesmo após o fim da Era Vargas. Mas o quanto disso resulta de processos inevitáveis que não dependiam de Getúlio Vargas? E o quanto foi acelerado pela habilidade e percepção política do são-borjense? Um regime ditatorial como o Estado Novo (1937-1945) pode ser moralmente justificado? Será que os “revolucionários de 30” pensavam numa verdadeira revolução social? As oligarquias pararam ou continuaram a dar as cartas? (AURÉLIO, 2009, p. 24-25).

Então, ao depor Washington Luís do cargo de presidente, a “revolução” impediu que o seu sucessor Júlio Prestes, eleito em uma disputa contra o próprio Getúlio Vargas assumisse o poder<sup>20</sup>. Vargas instituiu, por força deste Golpe, o chamado Governo Provisório<sup>21</sup>. Júlio Prestes se tornaria o único presidente eleito da História do Brasil, a ser impedido de assumir o cargo, apesar de que, segundo Aurélio (2009), “[...] a indicação de Júlio Prestes às eleições de 1930 recebeu o aval protocolar da maioria dos estados da federação [...]”. (Idem, 2009, p. 27). Neste contexto, Júlio Prestes encontrava a oposição de apenas três estados: Minas Gerais; de onde partiu o Golpe de 1964, da Paraíba e do Rio Grande do Sul, de onde vinha Getúlio Vargas.

<sup>20</sup> Sábado, 1º de março de 1930. O dia da eleição. Votos depositados, urnas abertas. De um total de 1.890.524 eleitores (meros 5,7% da população), impressionantes 1.091.709 votos foram para a contagem de Julio Prestes. Getúlio recebeu cerca de 737.000. (2009, p. 29).

<sup>21</sup> Desde novembro de 1930, Getúlio vinha governando por decreto, após suspender a Constituição Federal, dissolver o Congresso, as Assembleias Legislativas e as Câmaras municipais, destituir prefeitos e governantes dos estados, eliminar as prerrogativas individuais e instituir um tribunal de exceção para julgar crimes políticos. Autoatribuindo-se poderes discricionários, o Governo Provisório, originário do movimento civil-militar que conduziu o político gaúcho ao Catete, também aposentara compulsoriamente, por “imperiosas razões de ordem pública”, seis ministros do Supremo Tribunal Federal (STF), considerados comprometidos com o antigo regime. (NETO, 2012, p. 08).

Em 1932, eclode em São Paulo, a chamada “Revolução Constitucionalista”, que segundo Aurélio (2009) tinha entre os principais objetivos “[...] o clamor por uma nova constituição e pela derrubada do Governo Provisório [...]” (2009, p. 35). Para os que estavam descontentes com o governo de Getúlio Vargas, “[...] a carta de 1891 ainda vigia e não dava conta das demandas da época [...]” (2009, p. 35). Ainda conforme Aurélio:

Promulgada em 16 de julho de 1934, a Constituição brasileira sacramentava resoluções anteriores dos primeiros anos de Governo Vargas. Entre elas, a progressista (para os padrões da época) Lei Eleitoral de 1932, que introduziu o voto feminino e o direito ao voto a partis dos 18 anos. (2009, p.36).

Foi pela Constituição de 1934, que Getúlio Vargas se reelegeria ao cargo de presidente da República. Neste período o Brasil passa a ter duas vertentes políticas influentes junto à sociedade brasileira, “[...] na ponta direita, a Ação Integralista Brasileira (AIB), de Plínio Salgado variante fascista brasileira. Na esquerda, a Aliança Nacional Libertadora (ANL), de Luiz Carlos Prestes, bancada pelos soviéticos [...]” (2009, p. 37). Os atritos existentes entre as duas correntes fez com que o governo criasse leis que endureceram o cerco aos movimentos, principalmente os de cunho comunista. Segundo cita Aurélio (2009, p. 37), se destacava a Lei de Segurança Nacional, (nº38), que passou a restringir atividades consideradas subversivas e a criação da “Hora do Brasil” hoje conhecida como “Voz do Brasil” que ainda exerce o papel de porta-voz do Estado.

Em 1937, enquanto eram aguardadas as eleições presidenciais marcadas para janeiro de 1938, e que seriam disputadas entre José Américo de Almeida, Armando de Sales Oliveira - apoiadores da revolução de 1930-, e por Plínio Salgado, era denunciado, a existência de um suposto plano comunista para tomada do poder. Este plano ficou conhecido como Plano Cohen<sup>22</sup>. Segundo a historiadora Glaucia Vieira Ramos Konrad:

No dia 30 de setembro foi apresentado pelo governo o “Plano Cohen”, documento forjado pelo Exército, o qual fazia referência à iminência de um plano elaborado pela Internacional Comunista para a tomada do poder no Brasil. Estava dado o argumento para o cancelamento das eleições previstas para o início de 1938 e

---

<sup>22</sup> Em 30 de setembro de 1937 (quase dois anos após a malograda aventura do *putsch* militar comunista), no Ministério da Guerra, no Rio, um grupo de oficiais integralistas forja um falso plano sobre uma “conspiração vermelha” que espalharia o terror pelos pais. O capitão Olympio Mourão Filho sentou-se à máquina e datilografou o plano, com as ideias de todo o grupo. “Dentro, rabisquei uma assinatura com letras ao acaso. O Serviço Secreto do Exército encarregou-se do resto”, contou-me Mourão Filho, 30 anos mais tarde, quando já era general, mas não tinha perdido a mania de conspirar (e conspirara tão bem que iniciou o movimento golpista de 1964). O rabisco da “assinatura” foi interpretado como “Cohen”, um nome judaico que vinha a calhar naquele momento em que anticomunismo e antisemitismo concentravam o horror da direita. (TAVARES, 2014, p.31).

para os interesses de Vargas continuar à frente do governo. De acordo com os golpistas, incluindo o próprio Vargas, o objetivo deles não era apenas reprimir o comunismo, mas sim, estabelecer um rígido controle sobre a sociedade, que se daria através da negação das liberdades individuais, dos partidos políticos, da censura e da repressão. (KONRAD, 2006, p. 35).

Assim, em decorrência deste documento forjado pelas Forças Armadas para conter a “ameaça comunista”, sob a alegação de que estaria ocorrendo no Brasil um avanço do comunismo, “[...] o Estado Novo instalou-se no Brasil em 10 de novembro de 1937, através de uma Constituição outorgada por um golpe de Estado que manteve Getúlio Vargas no poder [...]” (Idem, 2006, p. 36). A Ditadura que se iniciou no Estado Novo, em novembro de 1937, perdurou até outubro de 1945.

Dentre as principais medidas adotadas por Vargas, durante este período, estão o fechamento do Congresso Nacional e a extinção dos partidos políticos. Através desta nova Constituição, lhe foi conferido o controle total e uma ampla autonomia para a tomada de suas decisões<sup>23</sup>.

Em 29 de outubro de 1945, Getúlio Vargas foi deposto do cargo de presidente da República pelo Alto Comando do Exército. Assim “[...] No dia 1º de novembro de 1945, exatamente um ano depois de Góes Monteiro ter ido ao Guanabara para avisar que voltara de Montevideu com o firme propósito de acabar com o Estado Novo, Getúlio embarcou no Santos-Dumont em um avião da Força Aérea Brasileira que o levou a São Borja [...]” (NETO, 2012, p. 387-388).

Entre 1946 e 1950, Getúlio Vargas ficaria afastado do cargo de presidente do Brasil, mas não da vida política. Durante a formação da Assembleia Nacional Constituinte, em 1946, Getúlio Vargas é eleito para o cargo de senador por dois estados, Rio Grande do Sul e São Paulo<sup>24</sup>.

Em 03 de outubro de 1950<sup>25</sup>, então candidato pelo Partido Trabalhista Brasileiro (PTB), retorna ao cargo de presidente da República ao vencer as eleições daquele ano.

---

<sup>23</sup> A constituição de 1937 surrava a democracia. Estabelecia a concentração dos poderes executivo e legislativo nas mãos soberanas do presidente da República: permitia a demissão de funcionários públicos que se indisputassem ao governo, além de proibir o direito a greve: multiplicava o raio de ação da Lei de Segurança Nacional: previa eleições indiretas a cada seis anos, o que significava na prática a renovação automática do mandato: e maximizava o nacionalismo de lastro direitista. (AURÉLIO, 2009, p. 42).

<sup>24</sup> Sua folgada eleição para o Senado Federal, e por extensão, à Assembleia Nacional Constituinte de 1946, tinha ao menos três finalidades cristalinas: testar as urnas, se preciso fosse, a sua popularidade, manter-se peça vital no delicado tabuleiro de transição e transformar o parlamento do Senado no palanque ideal para relembrar os “feitos” de sua gestão, e proteger o Estado Novo do bombardeio que viriam, por cerco, até de antigos acólitos convertidos em “democratas” (Idem, 2009, p. 56).

<sup>25</sup> As eleições presidenciais aconteceram no dia 03 de outubro de 1950, menos de três meses após o baque psicológico do maracanazo, a traumática derrota de virada, por 2x1, do selecionado brasileiro para o



Getúlio “[...] toma posse a 31 de janeiro de 1951 e, tempos depois, envia ao Congresso um projeto de lei criando a Petrobras [...]” (TAVARES, 2014, p. 29). A Petrobras foi o resultado de longos debates entre os que defendiam que a exploração do petróleo deveria ser feita por iniciativas privadas, abrindo-a a empresas nacionais e estrangeiras e os que defendiam o monopólio estatal sobre o petróleo. Segundo Aurélio:

No bojo dos projetos de longo prazo, Getúlio Vargas retomou a calorosa e estratégica discussão do governo Dutra sobre a Questão do Petróleo. Na segunda metade da década de 1940, falou-se muito sobre o “O petróleo é nosso”. O projeto de criação da empresa Petróleo Brasileiro S/A, a Petrobras, foi enviado ao Congresso Nacional em 6 de dezembro de 1951. Nas suas premissas, o modelo da Petrobras era considerado “entreguista” pelos nacionalistas e “nacionalista” pelos liberais. Um espanto. E tudo isso porque não delimitava com clareza um monopólio nacional ferrenho na exploração e prospecção do “ouro negro”. A “Questão do Petróleo” realmente mobilizou a sociedade. Ao fim das discussões, pode-se afirmar que venceram os propositores do “petróleo é nosso”. Em outubro de 1953, o governo editou a Lei nº 2.004 e, enfim criou a Petrobras, com capital e controle acionários estatais, e fiscalizado pelo Conselho Nacional do Petróleo. (AURÉLIO, 2009, p. 62).

Além disso, foi neste governo que Vargas convocaria João Goulart para assumir o cargo de Ministro do Trabalho. Empossado ao cargo, João Goulart encontrou um grande descontentamento por parte dos trabalhadores, que se organizavam em sindicatos, para reivindicar melhorias e lutavam pela expansão do movimento sindical, tão reprimido durante o Governo de Eurico Gaspar Dutra<sup>26</sup>.

Para enfrentar este descontentamento, Jango propôs um reajuste salarial de 100% sobre o salário mínimo. Esta atitude de Jango gerou uma forte reação dos opositores de Getúlio Vargas, por consequência, opositores do então ministro do trabalho João Goulart “[...] como de praxe, os militares foram os primeiros a se assanhar contra a “política trabalhista”, do governo, personificada em Jango [...]” (2009, p. 63). Gomes (2006, p.51) é enfático quanto à reação dos militares a proposta de Jango:

---

Uruguai, em 16 de julho, na decisão da Copa do Mundo do Brasil. A taça Julis Rimet, e da autoestima nacional, ainda eram velados pelo povo. Nas urnas, Getúlio Vargas atropelou o Brigadeiro Eduardo Gomes por 48,7% a 29,7%. (2009, p. 60).

<sup>26</sup> Desde a posse de Vargas em 1951, ocorrera uma retomada das ações sindicais. Tal reativação interrompera um período de repressão – o do governo Dutra -, também marcado pela cassação do registro do Partido Comunista Brasileiro (PCB), que desde 1947/48 entrara na ilegalidade, mas vinha reorientando suas ações em relação ao movimento sindical, do qual se mantivera afastado. Uma aproximação potencializada pelas dificuldades que a economia atravessava e que eram sentidas pelos trabalhadores em virtude do aumento do custo de vida e da perda de valor do salário mínimo. GOMES, Angela de Castro. Memórias em disputa: Jango, ministro do Trabalho ou dos trabalhadores? In: FERREIRA, Marieta de Moraes. (Org.). João Goulart: entre a memória e a História. Rio de Janeiro: FGV, 2006. p. 31-57.

O ponto de irrupção desse tenso processo certamente pode ser datado de início do ano de 1954, quando o ministro propôs o projeto de um aumento de 100% para o salário mínimo. Segundo estudos ministeriais, devido à elevação do custo de vida, a questão salarial continuava explosiva e, para enfrenta-la, era necessário elevar o valor do salário mínimo de Cr\$ 1.200 para Cr\$ 2.400. Não é difícil imaginar a violenta reação provocada por esse projeto, tanto que, ao que tudo indica Jango o encaminhou sabendo da possibilidade de sua saída do cargo. Se realmente pensou assim, estava certo.

Ainda conforme Gomes (2006), a ascensão de João Goulart ao cargo de ministro nos mostra que, “[...] sua carreira pode ser considerada meteórica, uma vez que, entre 1946 e 1950, alcançara seus primeiros cargos eletivos – deputado estadual e federal pelo Rio Grande do Sul [...]” (Idem, 2006, p. 35). E o que justificaria a sua escolha “[...] para uma posição tão alta em momento tão delicado foram suas estreitas ligações pessoais com Vargas e sua já inequívoca liderança dentro liderança dentro do PTB [...]”. (2006, p.35).

Vargas apesar da pressão que vinha sofrendo pelos seus principais opositores, que segundo Gomes (2006, p.53), eram oriundos do Parlamento, da imprensa e dos militares, anuncia, em 01º de maio de 1954, o novo salário mínimo. Ao sancionar o novo salário mínimo, Getúlio Vargas angariou um maior apoio dos trabalhadores ao seu governo.

Foi então, em reação ao aumento do mínimo, que os militares criaram o chamado Manifesto dos Coronéis, que continha as assinaturas de 82 coronéis, que entre outras coisas “[...] explicitou o descontentamento dos militares com o tratamento que vinham recebendo do governo e afirmou a impossibilidade de um trabalhador ganhar o mesmo salário de um segundo tenente do Exército [...]” (2006, p. 52).

As pressões dos opositores de Getúlio Vargas aumentavam cada vez mais, e o atentado mal sucedido contra um de seus principais opositores, o jornalista Carlos Lacerda foi o estopim para sua deposição. Segundo Gullar, “[...] Isso deflagrou uma crise militar, pois a autoria do atentado foi atribuída por Lacerda ao presidente Vargas, que segundo ele teria sido o mandante da tentativa de homicídio [...]” (GULLAR, 2014, p. 05). Após este incidente, foi convocada uma reunião da qual participaram os ministros militares “[...] na noite de 23 de agosto de 1954, ocasião em que Getúlio Vargas foi obrigado a renunciar a chefia do governo. Terminada a reunião, Getúlio Vargas se trancou em seu quarto e disparou um tiro no coração, suicidando-se [...]” (Idem, 2014, p. 05).

Sobre o suicídio de Vargas, o jornalista e escritor Lira Neto (2014), mostrou partes do que fora escrito por Vargas em sua carta-testamento, e relatou alguns fatos sobre a comoção que tomou conta do país, após o anúncio de sua morte. Em seu livro intitulado: *“Getúlio (1930-1945): do Governo Provisório à Ditadura do Estado Novo”*, Neto (2014, p.60), nos cita algumas das frases e fatos que marcariam esta data, entre as quais, talvez a mais célebre, seja a que Getúlio afirma: “[...] Eu vos dei a minha vida. Agora ofereço a minha morte. Nada temo. Serenamente dou o primeiro passo no caminho da eternidade e saio da vida para entrar na história [...]”.

Ainda segundo Neto (2014, p. 61), “[...] Nunca o país assistira a tamanha comoção popular como a que veio logo após a divulgação da notícia: Getúlio Vargas se matara, em seu quarto, por volta de 8h30, com um tiro no peito. [...]”. Assim que souberam da morte de Getúlio Vargas, o povo foi pras ruas. Neto (2014) afirma que, multidões de aproximadamente 100 mil pessoas saíram às ruas, “[...] a maioria em pranto incontrolável, desfilou diante do caixão do presidente, velado no próprio Palácio do Catete, sede do governo federal, no Rio. O país inteiro ficou em estado de choque [...]” (Idem, 2014, p. 60-61).

Sodré (1965), também cita, que em sua carta-testamento, Getúlio Vargas, deixa explícito, os motivos que o levaram a cometer suicídio. Segundo o qual, Getúlio escrevera que, “[...] “se as aves de rapina querem o sangue de alguém, querem continuar sugando o povo brasileiro, eu ofereço em holocausto a minha vida” Afirmando, ao fim: “Lutei contra a espoliação do Brasil. Lutei contra a espoliação do povo” [...]” (SODRÉ, 1965, p. 354-355).

O suicídio de Vargas, como se viu nos fragmentos acima, causou uma forte comoção entre boa parte da população e gerou uma forte reação nas massas mais populares. Conforme cita Sodré (1966, p. 354), apesar do suicídio de Vargas, em partes ter significado a vitória do movimento golpista, os militares, no entanto encontraram “[...] nas ruas, vibrante e violenta, a massa popular em protesto [...]”.

Para que se tenha uma ideia, no mesmo dia 24, “[...] manifestantes puseram fogo em carros de *O Globo* e da *Tribuna da Imprensa*. Milhares de exemplares desses jornais foram queimados. As sedes da Rádio Globo e do *Diário de Notícias* também foram atacadas [...]” (AMORIM, 2015, p. 52). Outro alvo dos ataques foi o jornal de Carlos Lacerda, “[...] a multidão reunida foi até a Rua do Lavradio, onde funcionava a *Tribuna da Imprensa*, aos gritos de “morra, Lacerda”. Houve uma tentativa de invasão, contida pela polícia. [...]” (Idem, 2015, p. 52).

O suicídio de Getúlio Vargas retardaria, por um tempo, outra tentativa de tomada de poder. Uma nova intervenção militar aconteceria novamente, em 1961, durante o governo de Jânio Quadros. O governo de Jânio Quadros, que durou apenas sete meses, ficou marcado por relevantes acontecimentos, como a condecoração feita a Ernesto Che Guevara, um dos “heróis” da Revolução Cubana. Segundo Tavares “[...] Jânio condecorou-o com a Ordem do Cruzeiro do Sul, a mais alta distinção concedida pelo governo brasileiro, ainda afeito à heráldica dos tempos da monarquia [...]” (TAVARES, 2014, p. 126). A direita que havia votado em Jânio ficou estarelecida com este fato, e Lacerda, que havia o apoiado durante as eleições, se voltaria contra Jânio. Assim:

Em julho, Lacerda Pôs-se em guarda contra Jânio, a quem havia apoiado febrilmente, primeiro dentro da UDN, para que fosse escolhido candidato contra Juracy Magalhães (que presidia o partido), e, depois na campanha eleitoral. No início de agosto voltou a criticá-lo por desavenças político-administrativas, mas ambos concordaram em reaproximar-se, e Lacerda viajou até Brasília, a convite do presidente, para jantar e hospedar-se no Palácio da Alvorada, a fim de que lá conversassem intimamente sem limites de horários. (Idem 2014, p. 128).

O que Lacerda não contava era que a reunião com Jânio seria cancelada, pois o presidente estava acompanhado no Palácio da Alvorada. Segundo Tavares (2014), o presidente não queria romper nenhum laço com Lacerda, apenas queria “[...] estar a sós para lá passar a noite com uma mulher que não era a pacata dona Eloá, que estava em São Paulo [...]” (2014, p. 129). Ao final da manhã, do dia 25 de agosto de 1961, Jânio renunciaria. Para Sodré (1965), a renúncia de Jânio foi à deixa para que a intervenção militar ocorresse. Conforme destaca Nelson Werneck Sodré:

A 25 de agosto de 1961, dia do Soldado, por coincidência, o presidente Jânio Quadros consumou a sua renúncia. Era uma sexta-feira. O vice-presidente João Goulart estava em viagem pelo oriente, e encontrava-se na China justamente, quando a renúncia ocorreu. Cabia-lhe, constitucionalmente, a presidência, exercendo-a, em sua ausência, o presidente da Câmara dos Deputados, sr. Ranieri Mazzili. Comunicado tal fato aos comandos militares, o ministro da Guerra acrescentava: “Situação completa calma todo país”. Empossado o presidente da Câmara dos Deputados, tratava-se, normalmente de avisar o vice-presidente, no exterior, para que regressasse e viesse assumir as altas funções que lhe cabiam. Ante a saída dessa ordem, entretanto, - a do cumprimento da lei- os ministros militares decidiram, à revelia da nação, perturbar o processo normal de sucessão, antepondo a sua vontade à vontade do povo brasileiro. (1965, p. 372).

Ainda conforme Sodré (1965, p. 373) “[...] tudo isso, em termos conspirativos, sem anuência de qualquer poder, burlando a vontade popular e particularmente, consumando o crime, claramente previsto no Código Penal Militar, de sedição, com a agravante do uso

do poder [...]”. Assim “[...] os ministros militares tomavam em suas mãos o poder e determinavam o destino do país. Negavam os direitos do vice-presidente escolhido nas urnas, com o que rasgavam a Constituição [...]” (1965, p. 373).

Para tanto, “[...] uma das grandes justificativas dos ministros militares para uma tentativa golpista foram os fatos de João Goulart promover a agitação nos meios operários, de ser vinculado aos comunistas e de ser simpático aos países socialistas [...]” (KONRAD; LAMEIRA, 2008, p. 16). Contudo, Leonel de Moura Brizola organizaria um movimento civil e militar que ficou conhecido como “Campanha da Legalidade”, ou por “Legalidade”, em 1961.

O Movimento da Legalidade não conseguiu que Jango tivesse amplos poderes para governar, mas ao menos, assegurou a possibilidade de Jango tomar posse. Uma forma de resistir e de mostrar descontentamento com a interferência na política feita pelos militares. O movimento da legalidade inflou as massas que apoiavam Jango e demonstrou que os conservadores estavam isolados e quase sem apoio popular. Como bem descrevem Konrad e Lameira, citando que o “[...] movimento foi vitorioso em função da grande mobilização popular, pela crença na legalidade, pela decidida liderança de Brizola e pela falta de apoio social aos setores conservadores [...]” (Idem, 2008, p. 16). Assim, para Konrad e Lameira:

O golpe foi derrotado porque o governador do Rio Grande do Sul, Leonel Brizola assumiu uma postura radicalmente contra a iniciativa e praticamente transformou o Estado em região rebelada. Imediatamente, ele recebeu apoio de boa parte da sociedade sul-riograndense, a grande maioria dos deputados, sindicalistas, estudantes, etc., enquanto a Brigada Militar foi posta em prontidão. Em nível nacional, todas as forças políticas identificadas com um projeto nacionalista, e mesmo aqueles que somente defendiam a legalidade, opuseram-se à tentativa de golpe, promovida pelos três ministros militares de Jânio: Sílvio Heck, da Marinha; Odílio Denys, do Exército; e Grun Moss, da Aeronáutica; com a cumplicidade do presidente da República interino Ranieri Mazzilli. Quando o comandante do III Exército, o general Machado Lopes, aderiu ao movimento liderado por Brizola, a resistência começou a crescer, agora contando com o maior contingente militar do Brasil. (2008, p.16).

O jornalista Paulo Henrique Amorim cita ainda que Leonel Brizola “[...] Encampou a Rádio Guaíba: instalou equipamentos da emissora nos portões do Palácio Piratini, sede do governo. De lá, fazia discursos para uma rede de 104 emissoras de rádio, transmitidos para todo o Brasil e para o exterior [...]” (AMORIM, 2015, p. 70).

Vendo a força desta Campanha, os militares logo reagiram e “[...] mandaram bombardear o Piratini, mas a operação foi abortada em cima da hora por oficiais da FAB

em Porto Alegre. A população reagiu ao Golpe e cercou o palácio para apoiar Brizola. O III Exército, com sede no Rio Grande do Sul, aderiu ao governador [...]” (Idem, 2015, p. 70). Esta resistência assegurou a posse de Jango, “[...] em 7 de setembro de 1961 — último dia de transmissão da Campanha da Legalidade que, bem-sucedida, foi então encerrada [...]” (2015, p.70).

Com a posse de João Goulart assegurada, o Brasil seria entre 1961 a 1963, um governo parlamentarista, sistema pelo qual, os poderes do presidente são reduzidos à posição de um chefe de Estado, e não necessariamente o chefe de governo necessita ser da mesma linha e posição política do presidente. Sendo assim, as ações de Jango ficaram estáticas e submetidas ao jugo dos militares. O parlamentarismo enfraqueceu o governo e criou limitações que colaboraram para o aumento da instabilidade política. Segundo Daniel Aarão Reis:

Afinal Jango assumiu o governo, em 07 de setembro de 1961, mas com os poderes presidenciais castrados, em um parlamentarismo híbrido, uma estranha fórmula constitucional em que se associavam um presidente enfraquecido e um parlamento fraco. Quanto aos golpistas, tiveram as posições preservadas, não sendo punidos. (REIS, 2005, p. 12).

Durante o período em que esteve presidindo o Brasil, Jango era constantemente associado ao comunismo, sendo que, como se viu no fragmento acima, os militares já haviam realizado manobras que o impediram de governar, desde que havia assumido a presidência. O anticomunismo era tão disseminado pelos militares que quase sempre era o fio condutor das intervenções ocorridas na República Federativa do Brasil.

Diorge Konrad e Rafael Lameira (2008) citam que, até o ano de 1964 o anticomunismo foi utilizado para justificar deposições de presidentes no Brasil. Sendo assim “[...] as acusações comunistas foram o cimento ideológico que unificou a diversidade dos setores conservadoras a fim da construção político-ideológica favorável ao Golpe, cada vez mais justificadoras sobre o “plano comunista para dominar o Brasil” [...]” (2008, p. 25).

Em 1964 estreitaram-se ainda mais as relações entre a sociedade civil, Forças Armadas e a imprensa. O movimento golpista contava ainda com as articulações que ocorriam entre as classes dominantes, que incluíam os latifundiários, políticos e os grandes empresários juntamente com os diversos segmentos da sociedade civil. A imprensa ficava responsável por difamar o comunismo perante a opinião pública. Todos

estes atores eram contrários às reformas. Sodré (1965) chama a atenção para o contexto em que o governo de Jango estava inserido naquele momento.

Segundo o historiador:

O ano de 1964 seria decisivo, por tudo isso: o avanço da consciência nacional, a respeito das reformas em curso, o desespero correspondente das componentes do atraso, ainda participantes do poder, acompanhava o processo histórico que vinha demonstrando, com mais clareza a cada dia, que a estrutura vigente não apresentava condições para conter o desenvolvimento do país, isto é, que as reformas eram realmente necessárias e não resultava a agitação que se fazia em torno delas de ação maléfica de agentes políticos, suscetíveis de serem paralisados por outra ação, a policial e repressiva, mas de uma situação em que os índices econômicos estavam denunciando violentamente a gravidade da estrutura vigente, sua capacidade para conter as forças em desenvolvimento. (SODRÉ, 1965, p. 390).

Atualmente, ainda se discute a real dimensão do apoio de parte da sociedade civil e da imprensa aos militares, no Golpe e na manutenção do governo que se instaurou logo após. Uma corrente de historiadores acredita que o Golpe de 1964 contou sim com uma parcela significativa da sociedade civil e da imprensa. Outra corrente acredita que este apoio não foi tão maciço como se tem difundido. Esta falta de consenso é retratada por um dos historiadores que faz parte da corrente dos que reiteram a participação incisiva da sociedade civil. Rodrigo Patto Sá Motta, ao jornal *Correio do Povo*, em 30 de março de 2014, informa que:

Estatisticamente, um número grande de pessoas apoiou o golpe, as prisões, a cassação de mandatos e a intervenção. A adesão à repressão política também era grande. É verdade que esse apoio não era assim tão sólido. Mas muita gente aderiu à ideia de que havia um risco político grave da parte de uma esquerda revolucionária comunista, atesta o professor do Departamento de História da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), Rodrigo Patto Sá Motta. (*Correio do Povo*, 30 de março de 2014, p. 04).

Também em 30 de março de 2014 Juremir Machado da Silva fez uma síntese sobre o Golpe de 1964. Em sua coluna, ele cita como supostamente teria sido decidido a data do Golpe. Em alusão aos cinquenta anos do Golpe, traz relatos de alguns dos golpistas que estavam na linha de frente do movimento. O que mais chama a atenção são os detalhes, mesmo que sucintamente, destacados por Juremir. Entre os quais, estava a ansiedade dos golpistas de antecipar a marcha até o Golpe e suas crenças relacionadas à data escolhida. Segundo Silva:

A data do Golpe foi decidida por razões astrológicas, conta Pedro Gomes: “O general Mourão informou que estaria em condições de arrancada a 1º de abril. O general Guedes propôs que fosse no dia 30. No dia 31, explicou ele, terminava a fase da lua cheia e começava a do quarto minguante”. Por essa razão, 30 de março seria mais propício. Às 19h desse nefasto 30, diz Gomes, “o general Castelo Branco comunicou aos empresários de Minas que por intermédio do general Riograndino Kruel recebera o OK do general Amauri Kruel. Agora sim, assentava Castelo Branco, Minas podia dar início ao movimento”. Magalhaes Pinto combina com os generais Carlos Luiz Guedes, baseado em Belo Horizonte, e Mourão Filho, em Juiz de Fora, os últimos detalhes. É a hora. Tudo foi discutido. Castelo Branco não soube na última hora. Mas a comunicação, no último instante, falhou, Mourão Filho inquietava-se. Os acontecimentos do Automóvel Clube, no Rio de Janeiro, com a participação de Jango, serviram-lhe de senha: “Maria – comunica o general à sua mulher – não há mais o que esperar. O Guedes já vai saindo. Nós, aqui, temos que largar agora”. Eram duas da manhã. A traição do general Kruel, compadre de Jango e comandante do II Exército, foi decisiva. (*Correio do Povo*, 30 de março de 2014, p. 02).

Sabe-se que, várias foram as condições que impulsionaram o Golpe. Não se pode precisar o tamanho e importância dessas, mas tem-se conhecimento de alguns que foram determinantes para a sua materialização. Dentre os quais, entre os já citados, o comício da Central do Brasil, talvez tenha sido um dos principais combustíveis alimentadores do movimento golpista.

O comício do dia 13 foi alvo direto dos ataques da imprensa. Um dos mais ferrenhos opositores de João Goulart, o então governador do estado da Guanabara, Carlos Lacerda, em março de 1964 não titubeou, “[...] o comício de ontem foi um assalto a Constituição e à honra do povo. O discurso do Sr. João Goulart é subversivo e provocador, além de estúpido [...]” (*Diário de Notícias*, 15 de março de 1964, p. 01).

O jornal *Correio do povo* também noticiou sua “preocupação” com o comício, chegando a destacar que, este seria um ensaio de um movimento de tomada de poder, comparando-o a movimentos como o fascismo e o nazismo:

O país começa a contemplar cenas que não constituem mais mero excesso de líderes sem compostura e sem respeito a si mesmo. A República não pode ter o seu destino modelado segundo as maquinações de qualquer aventureiro. A democracia foi afrontada. Os que não viram os primeiros movimentos das tropas do assalto a Berlim, os que não conheceram os “bailes” do fascismo italiano ou não acompanharam a transformação do fidelismo na sangrenta nação dos muros de fuzilamentos, talvez não hajam sentido toda a gravidade do que foram certos pronunciamentos do comício da Guanabara. (*Correio do Povo*, 17 de março de 1964, p. 04).

Neste mesmo mês, o jornal fez uma “cronologia” sobre o Golpe de 1964, e relembrou dentre outras notícias impressas na época, o que fora noticiado no jornal *Correio do povo* sobre o comício da Central do Brasil, em 1964. Segundo o jornal:



Em comício para 150 mil pessoas na Central do Brasil, no Rio, organizado por sindicalistas, trabalhistas e comunistas, o presidente João Goulart anuncia o encaminhamento das reformas de base (agrária, bancária, administrativa, eleitoral, e universitária). (*Correio do Povo*, 30 de março de 2014, p. 04).

Para os militares o Comício além de provocador, era um sinal de que a ordem estava ameaçada, sendo necessário o mais breve possível, reagir a esta frente reformista. Em resposta ao comício, realizou-se a Marcha da Família com Deus pela Liberdade, em 19 de março de 1964, que também foi destaque nesta cronologia feita pelo jornal *Correio do Povo*. Assim lembrou o jornal:

Cerca de 300 mil pessoas participam da Marcha da Família com Deus pela Liberdade, para protestar contra o governo. A marcha faz parte de um movimento mais amplo, que prevê grandes manifestações contra o governo de Goulart, e que é organizado nacionalmente por setores da Igreja Católica, de entidades femininas, políticos e entidades empresariais ou não governamentais, como o Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais (Ipes). (*Correio do Povo*, 30 de março de 2014).

Outro propulsor da intervenção foi à ameaça à hierarquia e disciplina militar. Para os militares estas jamais deveriam ser violadas e desrespeitadas e caso isso ocorresse deveria ser impedida a qualquer custo. A seguir trechos da notícia: “*Ou as Forças Armadas acabam com “eles” ou “eles” acabam com as Forças Armadas*”, redigida por Osório Tuwuty de Oliveira Freitas, em especial para o *Diário de Notícias*, edição de 29 de março de 1964:

Vejamos, agora, o que se está passando no Brasil. A hierarquia e a disciplina estão desaparecendo, rapidamente, no meio militar, desde que se iniciou o atual governo. Todo mundo sabe disso. Qualquer praça se dirige ao Presidente da República, ao Ministro da Guerra ou a outra autoridade, sem a menor cerimônia, exigindo, impondo ou indicando normas de ação. Praças revoltam-se quando bem entendem, como se verificou em Brasília e como se viu, agora, na Guanabara. Os menos graduados rebelam-se por qualquer motivo, pouco ligando à hierarquia ou à disciplina, dando de ombros a leis e à ordem que timbram em desmoralizar. [...] O ilustre e digno general Umberto de Alencar Castelo Branco, atual Chefe do Estado Maior do Exército, um dos melhores comandantes militares com que contamos, acaba de apresentar importante documento secreto aos generais seus subordinados que, segundo os jornais irá produzir efeitos profundos. Mãos a obra, pois, e já. Digamos como Alcides Etchegoyen: “se preciso, que rolem muitas cabeças, mas salvemos o nosso Brasil, o Brasil dos nossos antepassados, dos nossos filhos e que será de nossos netos”. (*Diário de Notícias*, p. 13, 29 de março de 1964).

Outro fato de destaque noticiado pelo jornal *Correio do Povo* diz respeito à fala de um dos opositores mais ferrenhos do governo Goulart. Como que antevendo, ou mesmo sabendo o que estava por vir, o então Governador de Minas Gerais o Sr. José de Magalhães Pinto observa de maneira tácita a ebulição dos acontecimentos que estavam ocorrendo no Brasil no período que antecedeu ao Golpe.

Apesar de fazer parte do bloco que conspirou contra Goulart, a fala de Magalhães é interessante para fazerem-se algumas análises sobre a efervescência dos extremismos naquele período. De certa forma é possível perceber também, que fazia parte da estratégia de Magalhães Pinto esquivar-se, ou mesmo, desassociar-se do seu envolvimento com o Golpe:

O medo de perder gera a mesma fúria agressiva que a cobiça de ganhar. Em breve, se não houver solução equilibrada, o destino da maioria dos brasileiros estará à mercê dos grupos extremistas minoritários, que, por um misto de ambição e medo, se atiram já à ação direta para revolução ou golpe de estado. [...] Na defesa das suas posições entre o medo e o ódio, direitistas extremados ou iludidos transformaram-se em agitadores, pregam a luta de classe naquela forma de subversão ou de “Guerra Revolucionária”, a que os desafiam com êxito os seus adversários da extrema esquerda. [...] Ao reafirmar, como estou fazendo, a minha formal condenação ao comunismo não me furto, entretanto, a uma denúncia: áreas enormes, sobretudo da classe média brasileira, estão sendo submetidas a um processo de hipnose que arrasta camadas da população a um anticomunismo irracional e fanatizado. [...] O radicalismo é de tal monta, chegou ao Brasil a extremos tão intoleráveis, que líderes responsáveis de ambas as correntes consideram todos os esforços dos democratas como uma forma de auxiliar o radicalismo adverso, a incompetência, a paixão, a brutalidade existente nos dois lados dão-se as mãos para compor um coro sinistro. (*Correio do Povo*, 03 de março de 1964, p. 02)

O Golpe de 1964 deve ser definido, como Civil-Militar, pois entre outros fatores, contou com o respaldo de boa parte da sociedade civil. Os militares já no preâmbulo do Ato Institucional nº 1 (AI-1), demonstravam o interesse em compartilhar a responsabilidade de suas ações com aqueles que lhes deram suporte. Pode-se perceber tal afirmação já nas primeiras linhas:

É indispensável fixar o conceito do movimento civil e militar que acaba de abrir ao Brasil uma nova perspectiva sobre o seu futuro. O que houve e continuará a haver neste momento, não só no espírito e no comportamento das classes armadas, como na opinião pública nacional, é uma autêntica revolução. A revolução se distingue de outros movimentos armados pelo fato de que nela se traduz não o interesse e a vontade de um grupo, mas o interesse e a vontade da Nação.<sup>27</sup>

---

<sup>27</sup> Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/ait/ait-01-64.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ait/ait-01-64.htm), Acesso em 20 de janeiro de 2018.

Na opinião do jornalista Juremir Machado da Silva, a Ditadura de fato, se iniciou a partir da promulgação deste Ato Institucional. O AI-1 inaugurava um período marcado pelo autoritarismo e pela supressão das liberdades individuais e os direitos, expressos na carta magna de 1946, que ainda estava vigente, em 1964. Conforme destaca Silva:

A ditadura dotou-se de estatuto jurídico com o Ato Institucional nº 1, de 9 de abril de 1964. Quando nada tenho para fazer, releio o incrível texto do AI [...] “Artigo 7º - Ficam suspensas, por seis (6) meses, as garantias constitucionais ou legais de vitaliciedade e estabilidade”. Como pode a suspensão de garantias constitucionais ser constitucional na medida em que, na introdução fica mantida a Constituição de 1946? Pelo jeito, ela teria sido só meio violada, meio estuprada, meio violentada, meio rasgada. “Artigo 10 – No interesse da paz e da honra nacional, e sem limitações previstas na Constituição, os comandantes em chefe, que editam o presente Ato, poderão suspender os direitos políticos pelo prazo de dez (10) anos e cassar mandatos legislativos federais, estaduais e municipais excluídos a apreciação judicial desses atos”. A imprensa golpista e ditatorial exultou com o AI e com a posse de Castelo Branco alguns dias depois. O jornal do Brasil, pouco antes, em 6 de abril, já estuprava a lógica com a ajuda de um cumplice renomado: “Pontes de Miranda diz que Forças Armadas violaram a Constituição para poder salvá-la”. Em 16 de abril, o correio Braziliense daria a sua contribuição ao realismo fantástico fardado: “Milhares de pessoas compareceram, ontem, às solenidades que marcaram a posse do marechal Humberto Castelo Branco na Presidência da República. (...) O ato de posse do presidente Castelo Branco revestiu-se do mais alto sentido democrático, tal o apoio que obteve”. (*Correio do Povo*, 14 de abril de 2014, p. 02).

Ao destacar que os civis tiveram participação direta no Golpe, os militares dividiram as responsabilidades de suas ações com os mesmos, e talvez por isso, ainda hoje, neguem boa parte de suas ações. No entanto, a História não se apaga com negações, sendo fato que:

Nos primeiros dias após o golpe, uma violenta repressão atingiu os setores politicamente mais mobilizados à esquerda no espectro político, como exemplo o CGT, a união Nacional dos Estudantes (UNE), as ligas Camponesas e grupos católicos como a Juventude Universitária Católica (JUC) e a Ação Popular (AP). Milhares de pessoas foram presas de modo irregular, e a ocorrência de casos de tortura foi comum, especialmente no Nordeste. O líder comunista Gregório Bezerra, por exemplo, foi amarrado e arrastado pelas ruas de Recife. (CASTRO, 2014).

Porém, nem só de apoio sustentou-se o Golpe Civil-Militar. Muitas correntes eram contrárias ao Golpe em 1964, inclusive dentro das Forças Armadas, conforme recente declaração, dada a revista *Carta Capital*, o então cabo Francisco Jesus da Paz, cita que os militares apoiadores de João Goulart permaneceram por 15 dias em prontidão caso fosse dada alguma ordem por um chefe militar de patente maior, autorizando a resistência. A seguir passagens da entrevista:

[...] Havia um esquema militar no governo Jango, e nós fazíamos parte desse grupo de resistência. Ficamos esperando a orientação para reagir ao golpe. Mas ela nunca veio [...] Chegamos ao ponto de, em um dado momento, o movimento de resistência ter armamento, tropas, tanques, mas não comandantes [...] (GOMBATA, 2014, p. 01).

Neste período, figuras importantes como Prestes, Marighella e Brizola, estavam na lista dos mais procurados. Brizola<sup>28</sup>, por exemplo, foi o líder do Movimento da Legalidade, que em 1961 ajudou a garantir a posse de João Goulart, e era novamente uma das principais forças de representatividade, influência política e de resistência ao Golpe. Porém, o movimento de resistência foi insuficiente para evitar o Golpe.

A declaração de Jango de que não iria resistir junto à falta de comando militar, fez com que os golpistas conseguissem instalar o novo governo sem maiores transtornos. Um governo de exceção, que cassou mandatos políticos, acabou com o *habeas corpus* e reprimiu os direitos civis. Ceifaram vidas, abortaram sonhos e perpetuaram a cultura do medo, que sufocou, atormentou, perseguiu e deixou cicatrizes quase que incuráveis, e que nem mesmo o tempo, por vezes, é capaz de apagar. Por todos estes fatos, foi essencial rememorar os atores envolvidos ativamente no Golpe dado contra a democracia.

Para que, com o passar do tempo, não ocorram esquivas, distorções, esquecimentos e, todos os que ativa e decisivamente participaram do Golpe e Pós-Golpe de 1964, possam prestar esclarecimentos perante a Nação Brasileira, sobre os seus atos. É certo que, muitos dos que participaram diretamente do movimento golpista, não estão mais presentes.

Mas, os documentos que foram deixados possam ser cada vez mais estudados e utilizados para pesquisas sobre este período. E que estas pesquisas, possam contribuir para o preenchimento de lacunas e fissuras ainda abertas. Com isso, outros questionamentos serão feitos e novas respostas encontradas. Não se tem com isso, o objetivo de criar um clima revanchismo, um ato de vingança, ou acerto de contas, mas sim, um ato de justiça pelos que sofreram diretamente com a Ditadura Civil-Militar que sucedeu ao Golpe de 1964.

---

<sup>28</sup> Leonel de Moura Brizola, político do Partido Trabalhista Brasileiro (PTB), figura relevante na política brasileira, no período democrático pré 1964, protagonizou um dos maiores levantes civis, o Movimento da Legalidade, responsável pela posse de João Goulart como presidente e tornou-se uma liderança importante das esquerdas brasileiras, influenciando os acontecimentos que desembocaram no Golpe Civil-Militar. (ALMEIDA, 2015, p. 03).

A difamação ao comunismo pela imprensa escrita, como se verá no próximo capítulo foi uma das maneiras encontradas e utilizadas para impulsionar delatores a denunciarem pessoas vistas como “subversivas”<sup>29</sup> e “comunistas”, aos representantes das forças policiais. O enfoque, portanto, se faz na análise da imprensa escrita de Erechim na difamação ao comunismo e aos comunistas.

Analisa-se ainda, o conteúdo das notícias, que eram escritas por jornalistas e pessoas de diferentes segmentos, com espaços de destaque nos jornais. As estratégias utilizadas pela imprensa escrita, para atacar e difamar pessoas com alguma relação com o comunismo, ou identificadas com a ideologia comunista. E também, aquelas que não possuíam qualquer ligação com o comunismo, mas que foram denunciadas por supostamente terem exercido atividades taxadas como subversivas e (ou) comunistas pelas forças militares.

---

<sup>29</sup> A lei n 1.802 de 05 de janeiro de 1953 estabelecia que atos subversivos: Art. 1º São crimes contra o Estado e a sua ordem política e social os definidos e punidos nos artigos desta lei, a saber: Art. 2º Tentar: I - submeter o território da Nação, ou parte dele, à soberania de Estado estrangeiro; II -desmembrar, por meio de movimento armado ou tumultos planejados, o território nacional desde que para impedi-lo seja necessário proceder a operações de guerra; III - mudar a ordem política ou social estabelecida na Constituição, mediante ajuda ou subsídio de Estado estrangeiro ou de organização estrangeira ou de caráter internacional; IV - subverter, por meios violentos, a ordem política e social, com o fim de estabelecer Ditadura de classe social, de grupo ou de indivíduo; Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/1950-1969/L1802.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/1950-1969/L1802.htm)> Acesso em 12 de maio de 2018.

#### 4 IMPRENSA ESCRITA E O ANTICOMUNISMO EM ERECHIM

Após uma análise mais abrangente sobre o contexto do Golpe, parte-se então para verificar a atuação da imprensa escrita no Golpe e na legitimação do novo governo Pós-Golpe.

Pôde-se observar, que os jornais citados até aqui, tinham papel relevante na propaganda anticomunista proposta pelos militares. Seguidamente, e, portanto, em curtos intervalos de dias, os jornais que foram analisados, noticiavam em suas manchetes, capas, artigos, colunas, crônicas e cadernos, notícias que instigavam os leitores, a repudiar o comunismo.

O repúdio também era direcionado aos subversivos e agitadores, vistos pela imprensa como os inimigos internos da Nação. Este inimigo interno, como bem definiu Luciana Silva, é quase sempre forjado. Assim, segundo a autora:

A noção de inimigo objetivo nos permite perceber a necessidade de forjamento do “inimigo interno”, que é expressa das formas mais diferentes: o “perigo” e a “ameaça” que servem como justificativa para que a sociedade se organize de tal forma que possa combater esse “inimigo”. Ele no momento em que está sendo criado não precisa ser visualizado no concreto, mas apenas enquanto uma referência abstrata e a-história, como algo que já ocorreu em algum lugar do mundo e pode se repetir na sua própria comunidade (SILVA, 2001, p. 42).

Antes, no entanto, de se dar prosseguimento à questão principal deste capítulo, faz-se necessário um adendo. Retroagindo até o ano de 1964, para entender que, em Erechim, o cerco aos comunistas, era parte integrada das atividades exercidas pelas autoridades locais, há um bom tempo.

O comunismo, como se verá, era uma preocupação constante por parte destas autoridades policiais, antes mesmo da própria Revolução Cubana, de 1959, o evento comunista mais próximo ao Brasil. Como já fora citado, a revolução de 1959 acendeu ainda mais o alerta vermelho entre os militares. Um exemplo disso, era a preocupação em denunciar e prender militantes, e/ou simpatizantes do Partido Comunista do Brasil(PCB), e de mantê-lo na clandestinidade.

Para se exemplificar tal situação, em 1954, o então Delegado de Polícia de Erechim, Vidal Vieira da Cunha, enviou um ofício direcionado a Henrique Henkin, na época Diretor do Departamento de Ordem Política e Social, de Porto Alegre, solicitando

para que fosse suspensa a candidatura de Fernando Gomes da Silveira ao cargo de Deputado Estadual.

É importante salientar e dar atenção para este fato, para que se observem a maneira como as pessoas foram descritas no ofício. Verifica-se a preocupação, em deixar bem claro que, os citados tinham alguma relação, ou desempenhavam alguma atividade relacionada à ideologia comunista. No ofício nº 320/954, de 13 de julho de 1954, que segue abaixo, o então Delegado de Polícia faz uma menção a artigos coletados do Jornal *A Voz da Serra*, nos quais constava a descrição de alguns comunistas, que residiam em Erechim:

Ilmo. SNR. DR. Henrique Henkin, DD: Diretor da Divisão de Ordem Social de Porto Alegre. Passando às mãos de V.S., dois recortes de Edições de o jornal "A Voz da Serra", local, um dos artigos inseridos naquele órgão de imprensa, trata-se de um manifesto de elementos aqui residentes favoráveis à candidatura do Dr. Fernando Gomes da Silveira, a Deputado Estadual, nas próximas Eleições de 03 de outubro de vindouro. "[...] Faça este esclarecimento a V.S. a fim de que seja sustado o registro de sua candidatura, visto o DR. Fernando Gomes da Silveira, ser elemento perigoso e chefe de todos os movimentos subversivos que se têm realizado neste município e outros pontos do Estado [...]". "[...] OLÍMPIO ZANIN: também conhecido por "Chico Zanin" ou "Chico Pelanga" fanatizado pelo comunismo, apesar de viver constantemente afirmando, por qualquer motivo, que é democrata e não comunista. Entretanto, prega a doutrina de Moscou, defende ardorosamente a política russa, vive exclusivamente entre comunistas, e é presidente do Conselho Municipal da Paz, organização nitidamente comunista, bem como sua diretoria. É diretor do SENAC, sendo professor em todos os cursos, onde tem vasto campo de ação, em meia às dezenas de alunos e alunas [...]". "[...] FRANCISCO RIOPARDENSE DE MACEDO: Ex-urbanista da Secretaria de Obras Públicas, de onde, segundo nos foi informado, foi demitido por abandono de cargo. É comunista fichado da DESSEP, onde já estava preso por ocasião do movimento comunista das "bombas molotov". É vice-presidente do Conselho da Paz. Indivíduo de bastante cultura, principalmente no que se refere ao marxismo, não perde oportunidade em doutrinar seus funcionários, operários, etc. [...]". "[...] JÚLIO FEIJÓ: Comunista fanático converte o escritório da empresa que gerencia, em cédula comunista, e ponto obrigatório de elementos vermelhos. [...]". "[...] LUIZ LAPORT DE OTERO: É um dos dirigentes de todos os movimentos de interesse comunista que surgem nesta cidade. É natural do Distrito Federal, tendo residido em Capinzal, S. Catarina, onde consta que é fichado como comunista [...]". "[...] MARINHO KERN: Funcionário do Banco da Província, casado com Ofelia de Miranda Kern, ambos comunistas militantes, sendo a sua esposa a mais esforçada das comunistas em obter assinaturas nos pedidos de paz, constante até nos meios comunistas locais, que ao conseguir 2.000 assinaturas desses apelos, receberá um prêmio em dinheiro de Moscou. Marinho Kern é um dos mais fanáticos comunistas daqui. É quem dirige e orienta as campanhas de pichamento e pinturas de calçadas e muros, dedicando a maior parte de seu tempo aos serviços doo partido, consideramo-lo um dos comunistas mais perigosos. [...]". "[...] FERNADO SILVEIRA: DR. Médico oculista do Hospital Santa Terezinha. Último Secretário Político do P.C, quando na legalidade, continua desenvolvendo esforços para a catequização de mais elementos. Concorreu a Deputado pelo PCB, em 1946. Valho-me de ensejo para renovar a V.S os meus melhores votos de cordiais Saudações. Vidal Vieira da Cunha, Delegado de Polícia. [...]" (ofício nº 320/1954, Erechim, 13 de julho de 1954).

Para os apoiadores do Golpe, incluindo-se a imprensa escrita, todas as agitações de movimentos ligados à esquerda, ou oriundas de comunistas, e o aceno de João Goulart com as reformas de base, reforçariam a ideia de que o Brasil logo passaria a ser uma República Socialista, caso não ocorresse uma interferência militar. E, portanto, todas as manifestações destes “agitadores comunistas” deveriam ser contidas para que fossem repelidas do Brasil, as influências do comunismo.

Assim, todas as vezes que Jango propunha discutir as reformas de bases, tão logo, a imprensa escrita dava voz e vez aos jornalistas e escritores, para que propagassem sua reprovação às reformas e consequentemente as “atitudes comunistas” de Jango.

Esta preocupação com o comunismo antevia ao Golpe, sendo que, ainda em fevereiro e, portanto, a um mês do desfecho final, uma notícia estampada na capa do jornal *A Voz da Serra*, deixava claro esta posição. Nela, vemos que, a tarefa exercida pela imprensa era de vital importância para o prosseguimento do Golpe:

Recebemos da legião brasileira anticomunista, o seguinte ofício que abaixo transcrevemos em sua íntegra: São Paulo, 29 de fevereiro de 1964, Ilmo Sr. Redator chefe do conceituado jornal *A Voz da Serra* Erechim – R. G. do Sul. Prezado Senhor. Temos a satisfação de vir a sua presença a fim de solicitar a valiosa colaboração deste respeitável órgão de imprensa, no sentido de nos auxiliar a congregar todas as forças democráticas do Brasil dentro da “Legião Brasileira Anticomunista”, em defesa da nossa constituição e dos sagrados princípios democráticos. (*A Voz da Serra*, 10 de março 1964, p. 01).

Neste contexto, na medida em que, os jornais foram se posicionando contra o governo de João Goulart, iam ajudando a distorcer a imagem de Jango, associando-o até mesmo a figura de um ditador. Tamanha era a preocupação em desmoralizar João Goulart, que as notícias estavam sempre destacadas nas capas dos jornais, ou em locais que dispunham de grandes espaços nos mesmos.

Geralmente, as manchetes eram descritas em caixa alta, e tanto nos meses que antecederam ao Golpe, quanto nos que o procederam, a intensificação dos ataques tornou-se quase que uma atividade diária.

Na capa do jornal *A Voz da Serra*, do dia 24 de março de 1964, pode-se perceber como Jango fora atacado. A notícia: “*Jango, o Fidel Brasileiro*”, por Jorge E. Cafruni resume um pouco da distorção feita sobre a figura do presidente. Segundo trechos da notícia:



Bem sabemos que o gosto do mando, o recurso escuso de propaganda subversiva, de nítida inspiração estrangeira; os arremedos caricaturistas a Fidel Castro, em que o Presidente, vencendo os postos de mando com juras de cristão e democrata, revela-se a súbitas, coveiro da democracia e do cristianismo; bem sabemos que tudo isto, e mais ainda a sôfrega estatização totalitária, a internacionalização servil de dúvidas, inquietações e amargura para todos os brasileiros, vítimas de um desgoverno de dez anos, de que o atual presidente é um dos diretos responsáveis. “[...] O que o povo teme isto sim, é o totalitarismo do presidente. Pois Jango se revela agora, sem sombra de dúvidas, um autêntico Fidel Castro Brasileiro. [...]” (*A Voz da Serra*, 24 de março de 1964. p. 01).

Junto à ebulição do Golpe, os seus apoiadores, também procuravam através dos jornais darem voz aos seus interesses. Os grandes proprietários de terras rurais, por exemplo, tinham o temor de que Jango, caso conseguisse dar prosseguimento às suas reformas, e através da reforma agrária, fosse retirar a posse de suas propriedades.

Estavam crentes de que Jango tinha a intenção de rasgar as escrituras de seus imóveis, passando-as para o domínio da União. Neste ponto, é necessário citar-se que, os conflitos referentes às áreas rurais já vinham ocorrendo no Brasil há uma longa data.

Pode-se dizer, que estas disputas de interesses sobre as áreas rurais, já vinham ocorrendo desde a promulgação da Lei de Terras, (Lei nº 601, de 18 de setembro de 1850)<sup>30</sup>, que fora sancionada ainda no Brasil Império, pelo Imperador Dom Pedro II. Esta lei possibilitou a manutenção da concentração de terras, principalmente na área agrícola.

Na medida em que, o Art.1º<sup>31</sup> deixava implícito que, a aquisição de terras, a partir daí somente seria feita através da compra. Isto fez com que o latifúndio aumentasse, e como consequência, dificultou o acesso às terras das pessoas de baixa renda. Conforme destaca Daniel Aarão Reis, sobre as pessoas que foram atingidas diretamente pela expansão do latifúndio pelo Brasil, “[...] entre eles, os pequenos posseiros e os proprietários que perderam sua parca terra no processo acelerado de concentração fundiária e se tornaram desterrados no próprio país- os boias-frias. As nações indígenas, escoraçadas e exterminadas nas vastas regiões do Norte e Centro-Oeste [...]” (REIS, 2014, p.90).

<sup>30</sup> LEI Nº 601, DE 18 DE SETEMBRO DE 1850. Dispõe sobre as terras devolutas no Império, e acerca das que são possuídas por título de sesmária sem preenchimento das condições legais. bem como por simples título de posse mansa e pacífica; e determina que, medidas e demarcadas as primeiras, sejam elas cedidas a título oneroso, assim para empresas particulares, como para o estabelecimento de colônias de nacionais e de estrangeiros, autorizado o Governo a promover a colonização estrangeira na forma que se declara. Disponível em [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/Leis/L0601-1850.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L0601-1850.htm), Acesso em 21 de fevereiro de 2018.

<sup>31</sup> Art. 1º Ficam proibidas as aquisições de terras devolutas por outro título que não seja o de compra, Disponível em [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/Leis/L0601-1850.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L0601-1850.htm), Acesso em 21 de fevereiro de 2018.

Jango propunha então, que as áreas rurais dos latifúndios improdutivos fossem desapropriadas, assim como as que ficassem às margens de rodovias, ferrovias, os açudes públicos federais e as beneficiadas por obras de saneamento da União. Como pode ser visto na notícia sobre a proposta de reforma agrária, alguns dos pontos dos propostos por Jango:

Na parte que se refere à reforma agrária, a mensagem declara “imprescindível” reformar o parágrafo 16 do artigo 141 e artigo 147 da Constituição. No primeiro dispositivo seriam suprimidas a palavra “prévia” e a expressão “em dinheiro” (armas referentes à indenização nas desapropriações de terras). Em tais circunstâncias, o artigo 147 passaria ter a seguinte redação: “o uso da propriedade é condicionada ao bem social. A União promoverá a justa distribuição da propriedade e o seu melhor aproveitamento, mediante desapropriação por interesse social, segundo os critérios que a lei estabelecer”. (*Diário de Notícias*, 17 de março de 1964, p. 01).

O parágrafo 16 do artigo 141, e artigo 147, citava o direito à propriedade, e para todos os casos, em que fossem feitas desapropriações de terras, com a finalidade de utilidade pública, ou social, os proprietários seriam indenizados em dinheiro<sup>32</sup>. Por isso, não havia riscos aos grandes proprietários de terras, porque não havia a intenção, por parte de Jango, de lhes tomar suas terras.

Estes, portanto, não seriam lesados com a reforma agrária. Mesmo assim, o temor era grande entre estes proprietários. Trechos extraídos do discurso de Jango na Central do Brasil podem ser encontrados na obra de João Pedro Stedile, intitulada: *A questão agrária no Brasil: Programas de reforma agrária 1943-2003*, na qual o autor descreve na íntegra o discurso de Jango na Central do Brasil. Neste discurso, são apontados por Jango alguns pontos sobre a reforma agrária acima citada. Conforme trechos extraídos da fala de Jango, em que o mesmo afirma que:

Não é justo que o benefício de uma estrada, de um açude ou de uma obra de saneamento vá servir aos interesses dos especuladores de terra, que se apoderam das margens das estradas e dos açudes. A Rio-Bahia, por exemplo,

---

<sup>32</sup> § 16- É garantido o direito de propriedade, salvo o caso de desapropriação por necessidade ou utilidade pública, ou por interesse social, mediante prévia e justa indenização em dinheiro. Em caso de perigo iminente, com a guerra ou comoção intestina, as autoridades competentes poderão usar da propriedade particular, se assim o exigir o bem público, ficando, todavia, assegurado o direito a indenização ulterior. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constituicao46.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao46.htm), Acesso em 22 de fevereiro de 2018.

Art 147 - O uso da propriedade será condicionado ao bem-estar social. A lei poderá, com observância do disposto no art. 141, § 16, promover a justa distribuição da propriedade, com igual oportunidade para todos. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constituicao46.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao46.htm), Acesso em 22 de fevereiro de 2018.

que custou 70 bilhões de dinheiro do povo, não deve beneficiar os latifundiários, pela multiplicação do valor de suas propriedades, mas sim o povo. Não o podemos fazer, por enquanto, trabalhador como é de prática corrente em todos os países do mundo civilizado: pagar a desapropriação de terras abandonadas em títulos da dívida pública e em longo prazo. Reforma agrária com pagamento prévio do latifúndio improdutivo, à vista e em dinheiro, não é reforma agrária. Reforma agrária, como consagrado na Constituição, com pagamento prévio e em dinheiro, é negócio agrário, que interessa ao latifundiário radicalmente oposto aos interesses do povo brasileiro. (STEDILE, 2005, p. 103-104).

Para qualquer aceno relacionado a uma melhor distribuição de terras, havia uma forte resistência. A notícia do *jornal Diário de Notícias* do dia 1º de março de 1964 fez menção ao alerta do então presidente da Federação das Associações Rurais do Rio Grande do Sul, Sr. Oscar C. Fontoura, sobre uma possível tentativa de tomada de terras por “comunistas”. Para contê-los, até mesmo o uso da violência era sugerido. Como se vê:

Na mensagem assinada pelo Presidente da entidade, o Sr. Oscar C. Fontoura os ruralistas gaúchos reafirmaram a disposição de “defender intransigentemente os direitos que lhes são assegurados pela Constituição” afirmando que “a maioria dos elementos utilizados nas invasões de terras é composta de pseudo-agricultores, comandados por conhecidos agitadores comunistas, lamentavelmente estimulados por órgãos oficiais ou oficiosos do Governo Federal”. Além de insistirem, também na sua posição favorável a uma “reforma agrária dentro dos postulados da democracia cristã”, os ruralistas do estado solidarizaram-se com os de Governador Valadares, Minas Gerais, que recentemente usaram armas para impedir invasões de suas terras. (*Diário de Notícias*, 01 de março de 1964, p. 04).

Neste contexto sobre a reforma agrária, é importante dar ênfase a um manifesto que circulou por Erechim, redigido pelos acadêmicos de direito da Faculdade de Passo Fundo, Núcleo de Erechim, sobre suas posições em relação a algumas das reformas propostas pelo governo, bem como, se solidarizando com o presidente João Goulart.

Optou-se por transcrever quase que na íntegra este manifesto, por acreditar-se que se trata de um importante documento no qual se observa que Jango realmente não estava sozinho e isolado, como disseminavam a imprensa e os militares. No conteúdo deste manifesto:

Os acadêmicos de direito da Faculdade de Passo Fundo, Núcleo de Erechim, dão conhecimento ao povo da posição que adotam e pela qual propugnarão, em face do momento nacional, e, para tanto: Considerando que a terra é bem comum, e, portanto, deverá ser acessível a todos que tem capacidade de torna-la produtiva; Considerando que atualmente no Brasil, ela está à mercê de uma minoria de privilegiados; Considerando que dos 70 milhões de brasileiros, apenas 3 milhões são proprietários, sendo que dentre estes, 73.737 controlam 60% da área total de

hectares; Considerando que a indústria de petróleo é de caráter ...monopolista, e o único monopólio que se repugna é aquele cujo titular é o povo; Considerando que a pujança da indústria petrolífera é sinônimo de grandeza e soberania, e no seu monopólio reside a própria segurança nacional; Considerando que os medicamentos estão num preço inacessível á bolsa do povo, por se encontrarem em mãos de grande incorporações internacionais; Considerando que todo brasileiro, civilmente capaz, deve possuir o direito, inalienável, de eleger os seus governante; Considerando a omissão do Congresso Nacional, em face destes legítimos anseios das massas populares, por se encontrar integrado de grande número de parlamentares comprometidos com grupos monopolistas alienígenas; PRONUNCIAM-SE; Favoráveis ao Decreto Supra, até que seja implantada uma Reforma Agrária Radical; Pela encampação das Refinarias Particulares, como passo inicial para a encampação também das distribuidoras de combustíveis – filé mignon da indústria petrolífera; Pela extensão do voto ao analfabeto, aos soldados e cabos, e pela elegibilidade de todos quantos podem votar; pela nacionalização e encampação da indústria farmacêutica; Pelas reforma da constituição, que possibilite a realização de todas as medidas capazes de concretizar as aspirações populares; Pela eleição de uma constituinte, caso o atual congresso entrave estas reformas. E MANIFESTAM-SE SOLIDÁRIOS: Com o Exmo. Sr. Presidente da República, com a União Nacional dos Estudantes – entidade máxima dos Universitários Gaúchos; com o Comando Geral dos Trabalhadores; com as Forças Armadas; com a Frente Parlamentar Nacionalista; com a Frente da Mobilização Popular. (Núcleo de Erechim do Centro Acadêmico, João Carlos Machado, da faculdade de Direito de Passo Fundo. Erechim, 24 de abril de 1964).

Podem parecer repetitivas e insistentes as citações aos comunistas e ao comunismo, ocorridas até aqui. Salienta-se, no entanto, que estas citações expostas foram à forma encontrada para elucidar este que talvez tenha sido um dos principais discursos difundidos pelas linhas dos jornais. Porém, se ressalva que apesar de contar com um amplo apoio da imprensa escrita, não se pode nunca generalizar este apoio.

Entre os poucos exemplos de jornais que não apoiaram o golpe, destacam-se a *Última Hora*, e *A Classe Operária* – ligada ao Partido Comunista do Brasil (PCdoB)<sup>33</sup>. Cita-se também, o *Correio da Manhã*, que apoiou o golpe, mas logo se colocou contra a Ditadura que o procedeu. O jornalista Juremir Machado Silva é incisivo quanto a real participação da imprensa. Segundo o qual:

À exceção da Última Hora, todos os jornais apoiaram a derruba da de João Goulart e louvaram a chegada dos militares ao poder. “[...] O jornal do Dia foi um dos mais golpistas. Em 26 de abril de 1964, a coluna de Gilberto Grande, sob título de “A lição do Brasil”, defendia um conceito de democracia que ainda faz sucesso na imprensa saudosa dos democratas fardados: “A democracia é isto, os operários trabalhando ordeiramente nas fábricas e nas oficinas, longe das ingerências dos profissionais da baderna, que os estima não como homens, mas como massa”. [...] “[...]” Em seu discurso de posse nosso valoroso presidente pronunciou as palavras que há muito desejávamos ouvir. “Falou como um

<sup>33</sup> Partido Comunista Brasileiro (PCB) e o Partido Comunista do Brasil (PCdoB) eram no início dos anos sessenta os principais representantes da ortodoxia comunista no Brasil. Os dois herdavam o arcabouço teórico da III Internacional Comunista (IC), da experiência revolucionária russa e reivindicavam cada um a seu modo, ser o verdadeiro representante dessa tradição no país. (SALES, 2005, p. 33).

mensageiro da paz, escravo do dever, que na idade de ensarilhar as armas volta ao campo de batalhas, assumindo as rédeas de um poder que nunca ambicionou, para reconstruir e libertar sua pátria”. Um arquivo barroco de Assis Chateaubriand, no fervoroso Diário de Notícias, para quem o golpe fora uma “revolução democrática”, tentava, em 03 de junho, legitimar a situação: “Estejam tranquilos nossos compatriotas. Aqui não é só a força da terra que está monolítica. Também a sua aglutinação com o poder civil e a gente montanhesa, faz um bloco ‘Portland’, que permite Minas tomar em sua mira, o futuro garantido do monumento revolucionário”. (*Correio do Povo*, 13 de junho de 2015, p. 02).

Observou-se através das pesquisas feitas nos jornais, o quanto a imprensa estava alinhada, tanto no âmbito nacional quanto local, ao discurso anticomunista propagado pelos militares. Também políticos golpistas, que escreviam nos jornais, demonstravam sua aversão a Jango. O então deputado do Partido da Representação Popular (PRP), Affonso Anschau cita que Jango estava “[...] rodeado de comunistas, aos quais confiou considerável parcela de administração pública e mais parece um ingênuo criador de ovelhas [...]”. (*Correio do Povo*, 05 de março de 1964, p. 07).

Por isto, nota-se a preocupação em destacar, nas manchetes e nas principais notícias dos jornais, o perigo que o comunismo representava a Nação Brasileira. Jango, por diversas vezes fora considerado um planejador de um Golpe comunista que supostamente estaria sendo planejado, e logo seria posto em prática. Como se pode ver na notícia abaixo, em alusão à marcha do comunismo. A notícia que segue destaca que:

Rio, 13 (CP) – O Marechal Angelo Mendes de Moraes, ex-prefeito do Rio de Janeiro, fez hoje através de uma cadeia de emissoras de rádio, um apelo a todos os brasileiros democratas para que se unam num esforço final destinado a conter a marcha do comunismo que, segundo afirmou, já se encontra em sua penúltima fase, - a da rebelião franca -, preparando-se para desfechar o golpe final com que pretende a conquista do poder em nosso país. Manifestou ainda o deputado Mendes de Moraes que o terreno já está preparado para tal golpe, financiado abertamente por Moscou, que tem no Brasil, atualmente a sua grande “chance” de destruir as defesas ocidentais e que conta com a ajuda dos maus brasileiros infiltrados no Governo Federal, no campo, nas escolas e em todos os demais setores de atividades. (*Correio do Povo*, 14 de março de 1964, p. 07).

A imprensa tentava inverter a situação, tratando Jango como um conspirador e golpista. Até mesmo, citava que as propostas de reformas de base de Jango, eram um claro sinal de suas intenções ditatoriais caso as concretizasse. Como se pode ver, na notícia intitulada: “*Não há mais dúvida de que Goulart prepara um golpe*”, se elucida tal afirmação [...] “a pretexto de promover falsas “reformas de base”, o Sr. João Goulart de mãos dadas com os comunistas, está preparando o clima que imagina necessário e

suficiente para assegurar-lhe, dentro de pouco tempo, o poder pessoal totalitário, do tipo “Comuno-Peronista” [...]” (*Diário de Notícias*, p. 03, 18 de março de 1964).

Na mesma linha de raciocínio, outro importante jornal que circulava em Erechim, e um dos principais jornais do Rio Grande do Sul, o *Correio do Povo*, de Caldas Júnior, contava com um espaço diário destinado para notícias que enfocavam ataques ao governo de João Goulart e advertiam sobre os perigos do comunismo. Vê-se, na forma saudosista, do cardeal Jaime de Barros Câmara ao se expressar contra o comunismo, na coluna denominada “A Voz do Pastor”:

Rio, 29 (CP) – Em sua alocução semanal “A Voz do Pastor”, o cardeal Dom Jaime de Barros Câmara salientou que somente a união dos esforços de todo o povo poderá salvar o Brasil do comunismo. Foram as seguintes as palavras proferidas pelo Arcebispo do Rio de Janeiro: “Surgiram, ultimamente, em vários pontos de nossa querida Pátria, movimentos contrários à ideologia marxista. A imprensa acaba de noticiar mais um que tomou por patrono o Sumo pontífice Paulo VI e o eminentíssimo Sr. Cardeal Arcebispo de São Paulo, Dom Carlos Carmelo de Vasconcelos Mota. A liga Cristã contra o comunismo já fundou seus 23 primeiros núcleos. Parabéns! (*Correio do Povo*, 01 de março de 1964, p. 05)

Ainda no mês de março de 1964, por coincidência, o mês que marcaria o desfecho do Golpe, o Comitê Municipal do Partido Comunista Brasileiro, de Erechim, elabora um Manifesto direcionado ao povo de Erechim. Assim como havia feito, o diretório acadêmico de direito, de Passo Fundo, Núcleo de Erechim, expõe alguns dados em defesa das reformas propostas por Jango, com destaque para a reforma agrária e os ataques direcionados ao latifúndio.

Atento ao momento pelo qual passava o Brasil, o PCB de Erechim redige no Manifesto algumas de suas principais bandeiras. Entre elas, uma melhor distribuição de terras, e o fim da exploração do homem pelo homem. A seguir, trechos deste manifesto:

25 de março assinala o 42<sup>a</sup> aniversário do PCB, fundado com a missão histórica de conduzir a nação brasileira para a senda do socialismo. Apesar de toda a sorte de perseguições, erros nossos e incompreensões sobre nossos objetivos, dia-a-dia sentimos mais perto da aurora de uma era de mais justiça, mais trabalho, mais pão, educação, mais saúde e prosperidade para todos. O povo brasileiro geme sob o peso de uma estatura econômico-arcaica e superada quando, na realidade, tem condições de ser um povo feliz sobre a terra, pois tudo temos para todos nós. As principais causas que nos esmagam são: o latifúndio e a exploração imperialista. Apenas, 2,2% do número de propriedade (ou seja, 73,737 propriedade) ocupam 58% da área total de hectares. Os restantes 42% dos hectares são ocupados por 3.268.360 proprietários. A conclusão é que um reduzíssimo número de latifundiários ocupa mais da metade da área total das propriedades privadas do país e, como quase nada produzem, entravam o desenvolvimento da produção e não dão oportunidade aos 40 milhões de camponeses que vegetam sem terra e sem trabalho. A ação espoliativa do

imperialismo se faz sentir mais opressiva e odiosa no domínio de nosso comércio de exportação e importação. É só fazer cálculos! [...] O comunismo é o mais belo e nobre ideal do homem. O sonho de Marx e Engels representa a conquista, para toda sociedade humana, de mais conforto e felicidade. O ideal comunista tem por objetivo a conquista da verdadeira fraternidade e do bem estar para todos. É a liquidação de toda a imoralidade dos regimes de opressão. Acaba com a exploração do homem pelo homem, com a miséria, a fome e os crimes. Terminará pra sempre com as guerras, com a prostituição, com o lumpensionato (farrapos – humanos) e a delinquência, com o analfabetismo, com todas as mazelas deste regime caduco e injusto em que vivemos. As portas do nosso partido estão abertas de par em par! (Manifesto do Comitê Municipal do Partido Comunista Brasileiro, Erechim, março de 1964).

Assim que teve conhecimento deste Manifesto, o Delegado de Polícia, Carlos Seabra Reverbel, encaminha um ofício a Estevam Carraro, Diretor do Jornal *A voz da Serra*, solicitando informações a cerca dos responsáveis pela emissão do Manifesto. Como se pode perceber, o Delegado seguia ordens de superiores, e foi incisivo em suas solicitações. Segundo o qual:

Para fins de dar cumprimento a instruções superiores e concluir a inquérito policial em andamento por esta Delegacia Regional de Polícia, solicito as seguintes informações de Vossa Senhoria: 1) Quem mandou publicar os seguintes manifestos: “AO POVO DE ERECHIM”, de Fevereiro último, em nome do Comitê Municipal do Partido Comunista Brasileiro e igualmente com referência ao manifesto com o mesmo título, de março do corrente ano? 2) Quem compareceu e assumiu o compromisso do pagamento? 3) Qual o número de exemplares desses manifestos, isoladamente de cada um dos manifestos? 4) Se foi uma mesma pessoa que solicitou a publicação dos dois manifestos ou mais de um e os nomes, se for o caso? 5) Se essa pessoa ou pessoas estiveram anteriormente solicitando, a impressão de mais alguns panfletos semelhantes? 6) Solicito que sejam transcritos os quesitos e fornecidos as respostas? 7) Solicito a remessa dos originais de tais panfletos insultantes? Gratos pela colaboração. Carlos Seabra Reverbel – Delegado Regional de Polícia. (Ofício nº 178/64, Erechim, 15 de abril de 1964).

Ao ser intimado e receber o ofício em mãos, Estevam Carraro, no mesmo dia 15 de abril de 1964, responde as perguntas solicitadas e as encaminha para o conhecimento do Delegado Carlos Seabra Reverbel. Conforme Estevam Carraro:

1. O manifesto do PCB de fevereiro do corrente não foi impresso em nossas oficinas. 2. Após a entrega do original, compareceram em nossas oficinas para acompanhar o andamento do Manifesto os Sr. Dr. João Fermin Bender e Marinho Kern. 3. O manifesto de março foi impresso na quantidade de 2.000 (dois mil) avulso. 4. Somente como salientamos, o manifesto de março foi impresso nesta oficina. 5. Sim. 6. Atendido. 7. Em anexo, o original do manifesto de março. (Resposta de Estevam Carraro as perguntas do Delegado Regional de Polícia, Carlos Seabra Reverbel. Erechim, 15 de abril de 1964).

O cerco se fechava aos que ousassem ir contra o movimento, que em abril de 1964, já havia concluído com êxito o Golpe. A imprensa, assim como fizera até então, através de seus principais veículos de informação, como o jornal *Correio da Manhã*, “[...] derrubaria o presidente João Belchior Marques Goulart [...]” (LARANGEIRA, 2014, p. 139), ao afirmar que: “[...] O Brasil já sofreu demasiado com o governo atual. Agora Basta! [...]” (Idem, 2014, p. 139). Não deixando dúvidas quanto a sua posição: “[...] A nação não mais suporta a permanência do Sr. João Goulart à frente do governo. Não resta outra saída ao Sr. João Goulart senão a de entregar o governo ao seu legítimo sucessor. Só há uma coisa dizer ao Sr. João Goulart: saia [...]” (2014, p. 140).

Ainda conforme Larangeira, assim que findara o Golpe, as maiores empresas de comunicação já cobravam atitudes das Forças Armadas. No *Jornal do Comercio*, esta cobrança estava bem acentuada: “[...] Cumpre agora proceder à higienização da vida pública brasileira, até porque a pessoa do Sr. João Goulart pouco interessa, mas sim o esquema subversivo em que ele se encontrava montado, ameaçando os alicerces do regime [...]” (*Jornal do Comércio*, 02 de abril de 1964, *apud* LARANGEIRA 2014, p. 187).

Esta posição de exaltação ao Golpe, repúdio a João Goulart e ao comunismo, abrangia os jornais analisados até aqui e um forte saudosismo ecoava pelas linhas destes jornais. Entre estes, estava um dos principais jornais de circulação naquele período: *O Globo*. Assim, segundo Silva, o jornal cortejava os militares:

Em 02 de abril de 1964, como se viu, O globo saudava com deslumbramento o retorno da “democracia”. “[...] Como dizíamos, no editorial de anteontem, a legalidade não poderia ser garantia da subversão, a escora dos agitadores o anteparo da desordem [...]”. “[...] Poderemos, desde hoje, encarar o futuro, confiantemente, certos, enfim, de que todos os nossos problemas terão soluções, pois os negócios públicos não mais serão geridos com má-fé, demagogia e insensatez [...]”. “[...] Salvos da comunização que celeremente se preparava, os brasileiros devem agradecer aos bravos militares, que os protegeram de seus inimigos [...]”. (SILVA, 2014, p. 133).

Numa conjuntura de amparo, os jornais não hesitavam em se manifestar favoráveis à intervenção exercida pelos militares no Brasil. A imprensa deteriorava os comunistas e a figura de Jango, que frequentemente era rotulado também como comunista. Eis a forma como o presidente João Goulart foi retratado pelo jornal *Tribuna de Imprensa*, que pertencia a Carlos Lacerda, ferrenho opositor de Jango “[...] Escorraçado, amordaçado e acovardado, deixou o poder como imperativo de legítima vontade popular o Sr. João



Belchior Marques Goulart, infame líder dos comuno-carreiristas-negocialistas-sindicalistas[...]” (*Tribuna da Imprensa*, 02 de abril de 1964, p. 01).

Assim que completado o Golpe, minunciosamente tramado, a imprensa através dos jornais e de outros meios de comunicação, como o rádio, e em menor escala, a televisão, dava toda a cobertura possível e destacava o apoio civil ao movimento que culminou com a tomada do poder pelos militares. Como se pode ver no *Correio do Povo*, em 03 de abril de 1964, o jornal celebra o fato de que “[...] a população de Copacabana saiu às ruas num verdadeiro carnaval saudando as tropas do Exército, Marinha e Aeronáutica. [...]” (*Correio do Povo*, 03 de abril de 1964, p. 01).

Ao citar a televisão como um dos meios de comunicação utilizados para realizar propagandas, é necessário destacar que, em Erechim, a mesma começou a ter noticiários, por mais uma coincidência, a partir de março de 1964. A TV Erechim foi sintonizada no canal 03, e foi destaque do noticiário do Jornal *A Voz da Serra*, do dia 05 de março de 1964. O jornal destacava a importância da televisão e da instalação da Sede do Governo do Estado em Erechim. Conforme a notícia:

ERECHIM, uma comuna relativamente nova, vem vivendo nestes últimos dias, uma nova fase de empreendimentos, de um lado situa-se o lançamento da TV ERECHIM, canal 3 de outro porque precisamente nesta terra instalou-se a Sede do Governo do Estado. Dois fatos importantes e propulsores do progresso. A TV como obra da cultura e civilização e o Governo que aqui se instalou procurando trazer a Região Norte- ao ondulante Vale do Alto Uruguai, a sua palavra de confiança, procurando sentir de perto os anseios das populações que vivem no interior. (*A Voz da Serra*, 05 de março de 1964, p. 01).

No entanto, a televisão nesta época, ainda estava passando por um período de testes, e funcionava em caráter precário. Já a imprensa escrita, que circulava por Erechim, se fazia presente há um bom tempo. Seguia os mesmos parâmetros da imprensa nacional, não hesitando em comemorar o Golpe.

Surfava pelas ondas do anticomunismo, que se alastravam pelo Brasil. Rotulava e denunciava com veemência aqueles que se opusessem ao Movimento Democrático revolucionário, como seguidamente denominavam a ação golpista. A imprensa escrita era de certa forma, forjada pelos militares a escrever estas notícias que exaltassem o movimento, e atacassem os comunistas e o governo de Jango.

Os militares estavam atentos ao que estava sendo impresso pelos jornais. Na notícia: *Liberdade de imprensa é ampla*, do jornal *A Voz da Serra*, se percebe que a

liberdade de imprensa, já em abril de 1964, era uma preocupação por parte dos militares. As restrições e censuras começavam a pesar sobre os jornais. Segundo a notícia:

O Ministro da Guerra, General Costa e Silva, disse em entrevista aos diretores de jornais, que não serão consentidos excessos no processo de restauração da democracia no País, acentuando que a liberdade de Imprensa é ampla, até onde não fira os princípios que, de modo algum, será permitida a pregação de ideias comunistas. [...] - Asseguro que o espírito da revolução é garantir liberdade absoluta de pensamento e de opinião. E tanto isto é verdade que tenho sofrido ataques de alguns órgãos de imprensa, apesar do regime de exceção. Só não toleramos a ação daqueles que quiserem fazer retornar o Brasil à situação em que se encontrava, pregando ideias subversivas. Esses encontrarão imediatamente nossa enérgica reação. [...] Tanto quanto possível, haveremos de prosseguir, com toda energia em nosso propósito de erradicar todos os focos de infiltração comunista. O resto ficará a cargo do novo Governo, que, para isso, tem poderes excepcionais através do Ato Institucional. (A Voz da Serra, 10 de abril de 1964, p. 01).

Referente à atuação de destaque da imprensa no amparo ao Golpe, o jornalista e historiador Juremir Machado da Silva, é ainda mais enfático, chegando inclusive a agregar a tradicional nomenclatura dada ao período, um novo termo, considerando assim que, “[...] o golpe de 1964 foi midiático-civil-militar. Sem o trabalho da imprensa não haveria legitimidade para a derrubada do presidente João Goulart. Os grandes jornais de cada capital atuaram como incentivadores e árbitros [...]” (SILVA, 2014, p. 32).

Em Erechim, um fato muito curioso aconteceu, em 02 de abril de 1964, um dia depois do Golpe. O jornal *A Voz da Serra* trazia, em sua capa, destacava a mensagem do então prefeito da cidade de Erechim, em 1964, o Dr. Eduardo Pinto, tentando tranquilizar a população, sobre a situação. Segundo este, “[...] a população de Erechim deve aguardar os acontecimentos com calma, assim não teremos maiores problemas [...]” (A voz da Serra, 02 de abril de 1964, p. 01).

Figura 01: Jornal *A Voz da Serra*. Erechim, 02 de abril de 1964.



Fonte: Arquivo Histórico Municipal de Erechim/RS - Juarez Miguel Illa Font.

A calma que o prefeito solicita é um claro alerta para a contenção dos ânimos. Neste mesmo dia, o prefeito de Erechim, ainda decretaria feriado municipal, segundo o jornal, o mesmo “[...] baixou portaria, decretando feriado municipal, por três dias em nossa cidade. O feriado municipal foi decretado por medidas de segurança em face dos últimos acontecimentos verificados em nosso país [...]” (A Voz da Serra, 02 de abril de 1964, p. 01).

O mesmo prefeito que pedia calma e tranquilidade à população decretava feriado municipal para garantir a segurança de todos os cidadãos. O feriado refletia o clima de apreensão, que atingia a cidade de Erechim. No município, como no restante do Brasil, a tensão e a insegurança que tomavam conta da população, deveria ser substituído por um clima de paz e ordem social.

Para aproximar-se deste ambiente almejado, a Brigada Militar criou dez Destacamentos Volantes, em todo o estado do Rio Grande do Sul, em que a finalidade era manter “[...] a ordem no interior do estado. Nossa cidade recebeu destacamentos será sede, devendo o destacamento atuar na região; O destacamento volante está sob o comando direto do Cel Gonçalves Curio de Carvalho, e destina-se a levar a paz e a segurança na região [...]” (A voz da Serra, 14 de abril de 1964, p.01). Os comandos de Gonçalves tinham a missão de prender comunistas, brizolistas, e demais pessoas que realizassem atividades vistas como subversivas pelo novo governo.

Figura 02: Jornal A Voz da Serra. Erechim, 19 de maio de 1964.



Fonte: Arquivo Histórico Municipal de Erechim/RS - Juarez Miguel Illa Font.

O comunismo era descrito pelos representantes da imprensa escrita como uma doença crônica, que se alastrava pelo Brasil, espalhando a desordem e a insegurança. Segundo Motta “[...] a ação dos comunistas era apresentada como similar ao trabalho dos agentes infecciosos nos organismos vivos [...]” (MOTTA, 2000, p. 78). Ainda conforme Motta “[...] tal qual uma doença, os comunistas foram denunciados como um grupo dedicado a infiltrar-se nos organismos sociais, debilitando-os internamente [...]” (Idem, 2000, p. 80).

Os que escreviam aos jornais provinham de diferentes ocupações, exerciam os mais variados cargos, e eram representantes de diferentes setores da sociedade civil. Esta pluralidade de pessoas contrastava com um discurso quase que unívoco traduzido pelos recortes de jornais até aqui analisados. Neste contexto, pode-se afirmar que o discurso anticomunista beirava a unissonância.

A imprensa escrita, mesmo após o Golpe ter sido consumado, continuou seu trabalho de cão de guarda do sistema, imprimindo seus alertas diários à população sobre o perigo de ações comunistas pelo Brasil. Como cita Silva (2014, p.36), sobre as exaltações do *Jornal do Brasil*, em abril de 1964, que segundo o autor, o jornal bradava “[...] a legalidade está conosco e não com caudilho aliados aos comunistas [...]”. Jango foi escorraçado do cargo de presidente pelos militares com a ajuda da imprensa que, segundo Silva, “[...] nunca lhe pediu desculpas. Jornais e jornalistas acostumaram-se a destruir reputações em manchetes e admitir equívocos em erratas que exigem lupas para ser lidas [...]” (Idem, 2014, p. 141).

Outro ponto de preocupação por parte da imprensa estava diretamente relacionado ao temor de que uma Revolução Comunista, aos moldes das revoluções Chinesa e Cubana, insurgisse no Brasil, o que criava o clima ideal para a disseminação do anticomunismo.

Era preciso enfraquecer as correntes e partidos atrelados a ideais comunistas, atacando-os em todas as frentes. E neste contexto de barricada, a imprensa foi linha de frente, na contenção do suposto avanço do comunismo sobre o Brasil. Assim escreveu a União dos Homens Livres do Brasil ao jornal *Diário de Notícias*:

Combater o perigo comunista que constituiu ameaça imediata às nossas liberdades democráticas, é sem dúvida uma das principais finalidades da União dos Homens Livres do Brasil. Entretanto não é a única. Julgamos nós que o BRASIL sofre hoje de duas doenças. Uma, tem caráter crônico, atrasa o seu progresso em todos os sentidos, impede-lhe o pleno desenvolvimento das enormes potencialidades. Mas não mata. Nem por isto deve ser menos combatida,

através de tratamento adequado que o próprio regime democrata pode e deve lhe dar. A outra doença é aguda. Seus feitos, se não convenientemente tratados podem conduzir a morte. Trata-se do comunismo, cuja ameaça presente e imediata vimos mostrando aos leitores de forma irresponsável. [...] O comunismo procura tirar o máximo proveito das fraquezas e deficiências do organismo nacional, combatido pela doença crônica já citada, para ainda ampliá-las, levando o país pelos caminhos da desorganização, da desordem, da anarquia, da insegurança, criando aquilo que se denomina de “clima revolucionário”, até que possa atingir o fim visado: a tomada do poder. [...] observem o que faz o comunismo quando consegue penetrar numa organização, mesmo que se trate da nossa: despe de senso moral e qualquer escrúpulo os elementos que caem em suas malhas, capacitando-os para as mais sinistras empresas. Mesmo as mais sagradas virtudes militares, como a lealdade, a camaradagem, a honra militar, passam a constituir apenas desprezíveis obstáculos, que eles se apressam em afastar do caminho de seus negros objetivos. (*Diário de Notícias*, 07 de abril de 1964, p.03).

Esta perseguição diária e constante pelos jornais ajudava a inculcar na sociedade um imaginário social distorcido sobre o comunismo e o governo de Jango. Visto a forma como o presidente era retratado pelos jornais, percebe-se a preocupação em estigmatizá-lo como comunista. Com o findar do Golpe, os jornais davam oportunidades aos que através de suas colunas, artigos e notícias justificassem o Golpe Civil-Militar como sendo necessário ao Brasil.

O Golpe era sempre tratado como uma “Revolução Democrática”. Assim, o *Correio do Povo* deu voz à mensagem das Forças Armadas direcionada à nação, com o intuito de exaltar esta “Ação Revolucionária”. Conforme a notícia do jornal *Correio do Povo*:

Não seria possível que a evidência da infiltração comunista insólita e consentida pelo governo, que culminou com os lamentáveis acontecimentos do dia 26 do mês passado, deixasse de provocar uma revolta generalizada como a que estamos assistindo, revolta que parte do coração de todos os soldados brasileiros e lhe armou os braços para esta ação valorosa e consciente que há de construir um dos maiores serviços prestados ao Brasil por suas Forças Armadas. (*Correio do Povo*, 03 de abril de 1964, p. 01).

De certa forma, entende-se, portanto, que a imprensa inflou na opinião pública a defesa do Golpe. Representava o comunismo como algo a ser extirpado da terra, o que ia ao encontro do discurso utilizado pelos militares. Para Chartier (1990), estas formas de representar compõem dimensões do real que interferem no posicionamento político e social dos indivíduos. Elas mostram um espaço de disputa entre diferentes grupos para tornar legítima a sua visão de mundo, e “[...] embora aspirem à universalidade de um diagnóstico fundado na razão, são sempre determinadas pelos interesses de grupos que



as forjam. Daí, [...] as percepções do social não são de forma alguma discursos neutros [...]” (CHARTIER, 1990, p. 17).

Sendo assim, o posicionamento da imprensa escrita que circulava através dos jornais em Erechim, era notadamente parcial. Com títulos e textos que tinham uma escrita muito próxima à dos grandes jornais, os jornais que circulavam em Erechim foram ferramentas de ataque ao comunismo, pois davam espaços, principalmente aqueles que expressavam um sentimento patriótico e/ou ufanista. Como exemplo desse ufanismo exacerbado, cita-se o que escreveu Jorge Goelzer ao jornal *A Voz da Serra*:

Não fossem, amigos, o espírito democrático norteador das forças armadas e do povo brasileiro, estaríamos nestes dias, possivelmente, sofrendo a agrura de regime de “paredon”. O povo brasileiro, para tranquilidade não apenas suas, mas até da própria América Latina, varreu do solo pátrio aqueles que, sob pretexto de minorar a situação dos trabalhadores, introduziram neste país uma ideologia internacionalista, perfeitamente contrária à existência jurídica do Estado, e, também, em desacordo com nossas tradições. Agora, graças à vitória dos democratas e cristãos, nos é possível, através da imprensa, conhecer as manobras organizadas e os elementos que estavam empenhados na comunização do nosso querido Brasil. (*A Voz da Serra*, 07 de abril de 64, p. 01).

Figura 03: Jornal *A Voz da Serra*. Erechim, 07 de abril de 1964.



Fonte: Arquivo Histórico Municipal de Erechim/RS - Juarez Miguel Illa Font.

O saudosismo expresso por aqueles que tinham importantes espaços nos jornais, demonstra o quanto estavam determinados a difamar o comunismo. Esta união com os militares norteava uma perseguição desenfreada contra os que eram considerados “inimigos da nação”. Esta patrulha anticomunista ia ganhando cada vez mais destaque nos jornais de Erechim. Em defesa da “revolução” Jorge Goelzer, foi ainda mais saudosista:

[...] A revolução brasileira foi genuinamente nacionalista, tendo sido derrotados os antinacionais, aqueles que desejavam introduzir neste país uma ideologia contrária, não apenas as nossas tradições, mas ao nosso conceito de democracia, em última análise, de liberdade. O povo brasileiro soube na hora devida, dizer “sim” ao nacionalismo e, um “NÃO” bem forte ao comunismo, varrendo-o do solo pátrio. (*A Voz da Serra*, 14 de abril de 1964, p. 01).

O jornal *Voz da Serra* de Erechim dava espaço para seus colonistas difamarem veemente o comunismo. O clima de medo associado ao espectro comunista se perpetuava entre a população. Os inimigos “internos da nação”, e/ou subversivos, eram o principal alvo destes ataques.

Além disso, o comunismo era sempre retratado como oposição ao cristianismo. Os verdadeiros cristãos, portanto, deveriam ser obrigatoriamente contra o comunismo. Veja a analogia feita por JH LOPE para defender tal posição:

Faz poucos dias, um cidadão portador de diploma de curso superior, ex-aluno de colégio de padres, perguntou com a maior candidez se não podia ser comunista e católico... É como um Jesuíta ser ateu! [...] Bem vamos ao essencial do que nos ocupa no momento. Há absoluta incompatibilidade entre religião e o comunismo, nem por sombras é possível à coexistência. Não podem viver juntos o lobo e o cordeiro. (*A Voz da Serra*, 25 de junho de 1964, p. 01).

Os adeptos da ideologia comunista eram descritos como a personificação do “mal”, e, portanto, aos que representavam o “bem”, cabia-lhes a tarefa de proteger a população contra essa ameaça diabólica. Constantemente dicotomias foram utilizadas para exemplificar a luta entre o “bem e o mal”, entre “cristãos e comunistas”, entre a “luz e as trevas”. O imaginário anticomunista seguiu este mesmo padrão. Para Motta:

A maioria das representações envolve temas que denotam as características maléficas atribuídas aos comunistas, que eram responsabilizados pela ocorrência de uma gama variada de males. Eles trouxeram à tona temores arcaicos - foram associados à imagem da peste, por exemplo - mas também despertaram ansiedades do mundo moderno, como a inflação, que foram acusados de provocar visando à desestabilização da ordem econômica. No limite, chegou-se a operar a associação comunismo=demônio, na medida em que a revolução foi vituperada como encarnação do “mal absoluto”. Se os comunistas eram responsáveis por um

cortejo tão grande de desgraças, não seria factível associar sua atuação aos desígnios do “príncipe das trevas”, que segundo o imaginário cristão era a fonte suprema de todo mal? (MOTTA, 2000, p. 72).

Daí, a importância deste estudo, para compreender-se o papel dos difamadores do comunismo. Esta perseguição aos comunistas resultou em uma opressão generalizada, expandindo-se a todos que ousassem expressar-se de alguma maneira contra o novo governo imposto pelo Golpe. Estas pessoas deveriam ser localizadas e presas, nem que fosse necessário o uso da força, como em alguns casos de que se tem conhecimento e se possui acervo documental.

Não à toa, a prática da tortura foi disseminada e enraizada pelos militares. Apesar de ser instrumentalizada apenas no AI-5, em dezembro de 1968, em 1964 já havia ocorrências desta prática. Inclusive em Erechim, onde Leopoldo Chiapetti acabou sendo uma das vítimas. Acusado de ser o presidente do Grupo dos Onze, em Mariano Moro, que na época era distrito de Erechim, Leopoldo foi detido e levado para o Presídio.

Durante boa parte do tempo em que ficou preso foi submetido a torturas psicológicas e físicas. Conforme o relatório nº 05/64, de 30 de abril de 1964, que o Delegado Regional de Polícia de Erechim, Carlos Seabra Reverbel, encaminha ao Departamento de Polícia Civil, do Estado do Rio Grande do Sul, é possível ver com mais clareza, as acusações proferidas a Leopoldo Chiapetti. Neste documento, o delegado atesta que:

Encaminho a Vossa Excelência as indagações policiais anexas, as quais versam em torno de um delito que se configura no Art.º 24, da Lei nº 1820, de 5 de janeiro de 1953, onde se evidenciam enquadrados nesse Diploma Lega, com Presidente de um Grupo dos Onze, Leopoldo Chiapetti, residente em Mariano Moro, distrito de Erechim, pessoa que exercendo uma certa influência naquele lugar, firmou aquela Ata, abrindo assim um precedente para que outros também a assinassem. “[...] Leopoldo Chiapetti aceitou a incumbência de Chefe do Grupo e não restam dúvidas de que é um das cabeças desse movimento [...]”. “[...] Leopoldo Chiapetti acha-se preso desde hoje, sendo a sua prisão comunicada á Chefia de Polícia [...]”. (Relatório nº 05/64, Erechim, 30 de abril de 1964).

A prisão de Leopoldo Chiapetti aparece inclusive, dentro de um amplo dossiê, de mais de setecentas páginas escrito por Criméia Schmidt de Almeida, Janaina de Almeida Teles, Maria Amélia de Almeida Teles e Suzana Keninger Lisboa, intitulado “*Dossiê Ditadura: Mortos e Desaparecidos Políticos no Brasil (1964-1965)*”, onde constam descrições de prisões e torturas impostas pelo governo ditatorial que se instalou após o



Golpe Civil-Militar, incluindo na página 94, a descrição da prisão e morte de Leopoldo Chiapetti, acima citato. Conforme o referido estudo:

Nascido em 17 de junho de 1906, em Garibaldi (RS), filho de Giacomo Chiapetti e Serena Chiapetti. Morreu em 21 de Maio de 1965. O livro *Direito à Memória e à Verdade* diz que: Leopoldo Chiapetti foi preso em sua casa, na cidade de Mariano Moro (RS), no dia 30/04/1964, pela Brigada do estado do Rio Grande do Sul, sob a acusação de participar do chamado Grupo dos Onze de Mariano Moro, ligado a Leonel de Moura Brizola. Um relatório da Delegacia Regional de Polícia de Erechim, de 30/04/1964, afirmava que ele era presidente do Grupo dos Onze e fora enquadrado no Art. 24 da LSN. Durante o período em que ficou preso, na Delegacia de Severiano de Almeida e no presídio regional de Erechim, de 30 de abril a 21 de maio de 1964, sofreu torturas físicas em todo o corpo, inclusive órgãos genitais, afogamento em água gelada e choques elétricos, e também torturas psicológicas, permanecendo nu e incomunicável durante todo o período de detenção [...] No dia 03/05/1964 foi internado em decorrência das lesões resultantes e ficou sob custódia da Polícia, no Hospital Santa Terezinha, de Erechim, conforme documentos do Arquivo Público do Rio Grande do Sul. Posto em liberdade no dia 21/05/1964, era obrigado a comparecer semanalmente na Delegacia de Severiano de Almeida para assinar o livro dos “elementos vigiados” Em consequência dos maus-tratos, sua saúde ficou debilitada e morreu em 21 de maio de 1965. As testemunhas Jofre Laurau e Artêmio Mocelin confirmaram os fatos. Consta também do caso na Comissão Especial a declaração do conselheiro aposentado do Tribunal de Contas do Rio Grande do Sul, Celso Testa, confirmando que Chiapetti era um grande líder político na região de Mariano Moro e que as torturas foram praticadas a mando do coronel da Brigada Militar Gonçalo Curio de Carvalho. (ALMEIDA, Criméia Schmidt de. et. al. 2009, p. 94).

Apesar de não ser o enfoque principal deste trabalho, é extremamente necessário lembrar-se sempre que as práticas de torturas faziam parte dos interrogatórios policiais. Os crimes contra a dignidade humana foram tão frequentes, que ao se chocar com alguns depoimentos daqueles que sofreram diretamente com este método desumano e repressivo, tem-se a noção do tamanho da barbárie. Um dos principais livros sobre este assunto foi elaborado por Dom Paulo Evaristo Arns, e que possui um nome muito sugestivo, intitulado: *Brasil nunca mais*. Este importante estudo, sobre as práticas de torturas que ocorreram no Brasil, nos mostra que:

A tortura foi indiscriminadamente aplicada no Brasil, indiferente à idade, sexo ou situação moral, física e psicológica em que se encontravam as pessoas suspeitas de atividade subversivas. Não se tratava apenas de produzir, no corpo da vítima, uma dor que a fizesse entrar em conflito com o próprio espírito e pronunciar o discurso que, ao favorecer o desempenho do sistema repressivo, significasse sua sentença condenatória. Justificada pela urgência de se obter informação, a tortura visava imprimir à vítima a destruição moral pela ruptura dos limites emocionais que se assentam sobre relações afetivas de parentesco. Assim, crianças foram sacrificadas diante dos pais, mulheres grávidas tiveram seus filhos abortados, esposas sofreram para incriminar seus maridos. (ARNS, 1987, p. 43).

Feita esta colocação, é preciso saber que, no entanto, estes crimes bárbaros, ainda em grande parte, são negados ou ocultados pelos militares, que continuam fazendo menção a 1964 como uma Revolução, ao invés de reconhecer o Golpe de Estado que antecederia a uma Ditadura. Os militares entoam e se proclamam revolucionários, mesmo que revolução signifique, na prática, uma retirada forçada de um governo, através da aplicação de violência. O que não ocorreu no Brasil, no que tange a um enfrentamento entre as partes. Os militares “estupraram” a constituição, mas Jango foi deposto do cargo sem organizar uma resistência, que poderia ter desencadeado uma guerra civil violenta, como costumam ser definidos os processos revolucionários no decorrer da História.

O Brasil nem de longe passou por algo parecido com a Revolução Francesa, ou Russa. Houve sim um clima de tensão que acompanhou o movimento golpista, mas a opção de João Goulart em não resistir, tira qualquer possibilidade dos militares declararem-se revolucionários. O Golpe de Estado foi e continua sendo um fato.

E como já fora visto, entre os atores que se empenharam para a consumação do Golpe, o papel desempenhado pela imprensa cada vez mais merece ser destacado. Além disto, a imprensa seguiu a reprodução do discurso “revolucionário” dos militares. Neste contexto de ataques direcionados a si, Jango tinha consciência dos insultos que recebia e também a noção de quais eram a seu ver, os motivos destes fortes ataques. Segundo a notícia do Correio do Povo do dia 03 de abril de 1964.

[...] O senhor João Goulart atribui a todo esse movimento de reação uma consequência das medidas que tomou em benefício do povo e da recuperação econômica e social do país. Seus recentes atos como a regulamentação de remessas de lucros para o estrangeiro, a encampação das refinarias, aluguéis de apartamentos, preços de remédios, instituição dos tipos populares de tecidos e de calçados desencadearam a seu ver, toda a reação, pois vieram contrariar interesses poderosos. (*Correio do Povo*, 03 de abril de 1964, p. 01)

Os “comunistas”, “subversivos”, e demais rótulos criados a todos os que se opuseram ao Golpe e se opunham ao novo governo, deveriam ser perseguidos e suas ideias amordaçados. Qualquer movimentação contrária ao governo deveria ser contida e sufocada. Com o respaldo dos militares, a imprensa se via em uma situação confortável para direcionar seus ataques.

Atacavam principalmente, aqueles que consideravam serem, os “inimigos internos” da Nação. Como bem destacou Enrique Serra Padrós, “[...] defesa contra esse suposto “inimigo interno” legitimava a não diferenciação entre a violência preventiva e violência

repressiva [...]” (PADRÓS, 2013, p. 180). Desta forma, “[...] Passava-se a viver uma guerra interna. Inclusive, os golpes de Estado dados pelas coalizões civil-militares nos países do Cone Sul foram justificados como golpes contra insurgentes, isto é, preventivos, com a justificativa de impedir que o comunismo se instalasse ou, então avançasse [...]” (PADRÓS, 2013, p. 180).

O imaginário das pessoas foi sendo atingida por esta guerra declarada ao comunismo. A disseminação de informações foi se proliferando pela sociedade, e o Golpe Civil-Militar dava a certeza e a tranquilidade necessárias para estas acreditarem que o Brasil não seria influenciado pela maneira comunista de governar.

Para Juremir Machado da Silva, a imprensa foi, sem dúvidas, um dos alicerces e uma das vozes mais ativas dos militares. E por consequência disso, uma das forças de trabalho incansavelmente pela queda de Jango. Assim, segundo Silva, “[...] a imprensa brasileira derrubaram-no com apoio de parte da classe média urbana e do empresariado [...]” (SILVA, 2014, p. 31). As reformas de base foram atacadas e [...] abortadas em nome de “democracia”, da ordem, da tranquilidade nacional, do progresso e do medo. A mídia conseguiu produzir a falsa ideia de que Jango estava isolado e sem qualquer apoio popular. (Idem, 2014, p. 31).

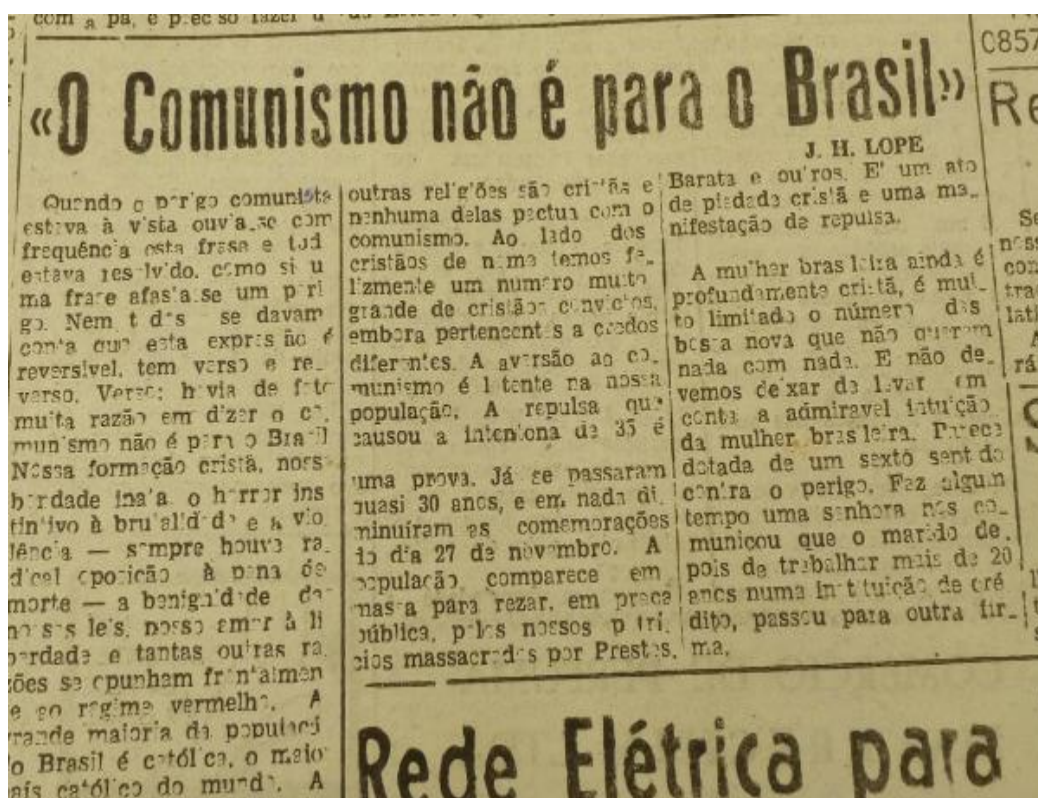
O discurso anticomunista continuou sendo propagado pelos meses seguintes a março. O alerta continuava ligado, e mesmo tendo ocorrido uma insignificativa resistência ao Golpe, que fosse capaz de impedi-lo, a imprensa nacional e local, não descansou e continuou dando ênfase aos ataques ao comunismo.

Numa verdadeira perseguição, como pôde se perceber, pela análise das publicações contidas em seus periódicos. A adesão de boa parte desta imprensa fez com que a ação militar, fosse num certo sentido, legitimada e justificada junto à sociedade como sendo necessária. Assim J. H. Lope fez suas ressalvas em sua coluna, com o título: “O comunismo não é para o Brasil”:

Quando o perigo comunista estava à vista ouvia-se com frequência esta frase e tudo estava resolvido. Como se uma frase afastasse o perigo. Nem todos se davam conta que esta expressão é reversível tem verso e reverso. Verso: havia de fato muita razão em dizer o comunismo não é para o Brasil. Nossa formação cristã, nossa bondade inala o horror instintivo a brutalidade e a violência – sempre houve a radical oposição a pena de morte – a benignidade das nossas leis. Nosso amor à liberdade e tantas outras razões se opunham prontamente ao regime vermelho. A grande maioria da população do Brasil é católica o maior país católico do mundo. As outras religiões são cristãs e nenhuma delas pactua com o comunismo. Ao lado dos cristãos de nome temos felizmente os cristãos convictos, embora pertencentes a credos diferentes. A aversão ao comunismo é latente na

nossa população. A repulsa que causou a intentona de 35 é uma prova. Já se passaram 30 anos e em nada diminuíram as comemorações do dia 27 de novembro. A população comparece em massa para rezar em praça pública para nossos patrícios massacrados por Prestes, Barata e outros. É um ato de piedade cristã e uma manifestação de repulsa. (A Voz da Serra, 05 de julho de 1964, p. 01).

Figura 04: Jornal A Voz da Serra. Erechim, 05 de julho de 1964.



Fonte: Arquivo Histórico Municipal de Erechim/RS - Juarez Miguel Illa Font.

Alguns dias depois, o mesmo J. H. Lope escreve novamente contra os comunistas, desta vez associando o comunismo ao ateísmo. Segundo Lope “[...] O comunismo na Rússia é absolutamente ateu. [...] Arregimentar a criatura contra o próprio criador. [...] Vem o comunismo e se emprega a fundo para afastar a criatura humana de Deus [...]” (A Voz da Serra, 12 de julho de 1964, p. 01). E prossegue num outro dia, numa nova matéria, alertando que “[...] o comunismo é um só no mundo inteiro. Amolda-se aqui e ali, é flexível enquanto não tiver o domínio completo [...] a força do comunismo está justamente nesta disciplina de ferro. Muda na aparência neste ou naquele país, mas no fundo fica sempre o mesmo [...]” (A Voz da Serra, 03 de novembro de 1964, p. 02).

Figura 05: Jornal A Voz da Serra. Erechim, 23 de junho de 1964.



Fonte: Arquivo Histórico Municipal de Erechim/RS - Juarez Miguel Illa Font.

Pode-se dizer então, que de fato, os jornais que circulavam em Erechim no período do Golpe e pós-Golpe de 1964, aderiram ao discurso redigido pela imprensa escrita nacional. O comunismo que fora associado também ao ateísmo, supostamente ia contra os princípios morais das famílias brasileiras, cristãs em sua maioria. Estes estigmas faziam dos comunistas - como mostram as notícias já expostas acima - pessoas demonizadas, e por isto eram considerados seres horripilantes.

Os comunistas eram vistos como “representantes do mal”, alguns inclusive os taxavam como “representantes do diabo na terra”. O *Diário de Notícias* alertava para os focos de “subversivos” que ainda remanesciam mesmo após a vitória do movimento golpista. Em 02 de dezembro de 1964, noticiou o seu alerta a população:

Quando os três ministros militares deste País chamavam a atenção dos civis sobre os riscos que o Brasil ainda corre de se ver subjugado pelo comunismo, não ignoravam a periculosidade dos métodos vermelhos, contra os quais nem sempre a força armada possui o contra-veneno eficaz. “Quando o General Costa e Silva, o Almirante Mello Baptista e o Brigadeiro Lavanére Wanderley apelam em prol de um renascimento do civismo” e pedem a colaboração de estudantes, trabalhadores, donas-de-casa, magistrados (notem bem!) e legisladores querem significar a ausência –pelo menos na medida desejável – desse auxílio. [...] temos de aceitar como hábil e legítima a advertência do serviço secreto do III Exército: os focos subversivos pululam em todos os Estados do Brasil. E, por vezes, germinam mesmo em almas democráticas solertemente contaminadas e convertidas em



agentes extremistas, graças aos insidiosos ritos da “guerra psicológica”. As profecias de Marx falharam. As táticas de Lenine também. Os fiéis da confraria comunista são agora mais perigosos. Bate-lhes à porta o desespero. (*Diário de Notícias*, 02 de dezembro de 1964, p. 04).

É impossível afirmar-se ao certo, qual era o número exato de exemplares dos jornais que circularam em Erechim no ano de 1964. Assim como, saber em quantos lares os jornais chegavam neste período. No entanto, não se pode desconsiderar que mesmo que, hipoteticamente, este número seja irrisório, eles atingiam direta e indiretamente boa parte da população de Erechim.

Sabe-se que, uma pequena parte dos indivíduos era letrada em 1964. Uma parcela menor ainda era leitora assídua de jornais. No entanto, os jornais davam ênfase justamente às manchetes, por destacarem palavras que beiravam a ordens, e que atingiam diretamente os seus leitores.

As manchetes eram capazes de produzir nestes leitores, um efeito multiplicador, pois os forjavam a ter uma aceitação maior de seu discurso anticomunista. De maneira que, um leitor tinha a capacidade de transmitir estas manchetes a um número maior de pessoas. Os leitores eram, portanto, instigados diariamente a temerem o comunismo, e a compartilharem com outras pessoas as notícias impressas nos jornais.

**Figura 06: Jornal *Diário de Notícias*. Porto Alegre, 26 de novembro de 1964.**



**Fonte: Arquivo Histórico Municipal de Erechim/RS - Juarez Miguel Illa Font.**

Sem contar ainda, aqueles que eram ouvintes dos programas de rádio local, que também destinavam períodos entre as suas programações diárias, para atacar o comunismo. Os donos de rádio inclusive remetiam às forças policiais, ofícios com informações a cerca do que havia sido transmitido em sua programação local. Como se pode ver no Ofício s/n, enviado por idyllio E. Badalotti, então gerente da Rádio Difusão Sul Riograndense Ltda, de Erechim, ao Delegado Regional de Polícia, onde consta que:

Atendendo solicitação de V.S levamos a vosso conhecimentos que as mensagens dirigidas aos, Ex-Presidentes da República, ex-deputado Federal Leonel de Moura Brizolla e Dep. João Caruso, expedidas pela executiva do Diretório Profissional Ferroviário, assinadas pelos senhores Deoclydes Pereira, José Quartieri, Agenor Pereira Silva, e Getulio Correia, foram irradiadas por nossas emissoras no dia dois do corrente, dentro do Grande Jornal Falado U-101, aproximadamente as 12 horas e 25 minutos na secção de notas locais do mencionado informativo. (Ofício s/n, Erechim, 14 de abril de 1964).

Neste contexto, pode-se dizer que, os programas de rádio também tiveram papel fundamental nas denúncias contra supostos comunistas e promoventes de “movimentos subversivos”. A perseguição aos comunistas seguia-se então, por todos os veículos de comunicação. Nesta conjuntura, a arbitrariedade do novo governo foi aos poucos dando as caras, e as prisões começaram a suceder-se.

Alguns exemplos são os casos de Marinho Kern, e João Fermin Oliveira Bender, presos e acusados de propagandear os ideais comunistas pela cidade. Como se vê no relatório nº 6/64, assinado por Santo S. Dos Santos, escrivão de Polícia da D.R., encaminhado a Carlos Seabra Reverbel, Delegado Regional de Polícia. Neste relatório vê-se que:

As indagações policiais instauradas por esta regional, a fim de apurarem as atividades de Marinho Kern e o Dr. João Fermin Oliveira Bender, ambos aqui radicados, o primeiro funcionário do Banco da Província, e o último instalado com o seu consultório odontológico, a Rua Aratiba, esclarecem de que os mesmos eram os mais ativos nesse corolário de atividades comunistas. Lançando boletins e efetuando a pichamentos de ruas, bem como se aprendeu em poder do primeiro deles duas pastas contendo diversos documentos (folhetos, propagandas do credo comunista e inclusive outros papeis e propaganda de candidatos de outros partidos políticos). [...] Informa-se que: foi apreendido o original destes manifestos de março do corrente ano, sendo que estava na tipografia e livraria modelo, onde havia mandado imprimir tal boleto, conforme ainda ficou ratificado pela carta de tipografia impressora do mencionado folheto, em resposta ao ofício desta D. R., portanto, não existem dúvidas, redigiram e mandaram imprimir o tal boletim, divulgando-o e assumindo-o a inteira responsabilidade pela sua divulgação. Foram presos e se encontram a disposição da chefia da polícia do Estado. [...] Forneceram os nomes de outros elementos comunistas, mas ao que se apurou não teriam se manifestado naquelas oportunidades, se bem que sejam comunistas

reconhecidos e fixados e, certamente, com seus nomes na DOPS. (Relatório nº 6/64, 11ª Região Policial, Erechim, 27 de abril de 1964).

Em relação a Marinho Kern, até mesmo uma certidão narrativa, com base no fichário de “elementos comunistas”, fora lavrada pelo Delegado de Polícia Rêmulo Monteiro, responsável pela expedição desse tipo de documento. Segue alguns trechos da referida certidão para exemplificar tal afirmação:

Certifico que revendo o fichário de elementos comunistas existentes nesta Delegacia Regional de Polícia, nele constatei a existência do seguinte registro: “Marinho Kern”, funcionário do Banco da Província. Casado com Ofelia de Miranda Kern. Ambos comunistas militantes, sendo a sua esposa a mais esforçada das comunistas em obter as assinaturas nos pedidos de Paz. Combatente até, nos meios comunistas locais, que ao conseguir 2.000 assinaturas num desses apelos, receberá um prêmio em dinheiro de Moscou. Marinho Kern é um dos mais fanáticos comunistas daqui. (Certidão assinada por Rêmulo Monteiro, Delegado de Polícia, 16 de junho de 1964).

Outro caso de que se teve acesso à parte da documentação de acusação, é o de Leopardo Santana, então presidente do Núcleo de Erechim dos acadêmicos do curso Direito, da Faculdade de Passo Fundo. A denúncia cita que Leopardo teve acesso a TV Erechim e realizou o batismo de calouros com incitação ao comunismo. No ofício nº 182/64 encaminhado pelo Delegado Carlos Seabra Reverbel, ao Juiz de Direito de Erechim, se destaca que

“[...] Leopardo Santana está sendo processado por suas atividades subversivas, com a distribuição de boletins, financiamentos, de tais impressos e liderando movimentos que o incriminam na Lei de Segurança Nacional ou na consequente verificação [...]” presidente do núcleo em Erechim, do centro acadêmico – JOÃO CARLOS MACHADO, pertencente àquela faculdade, o qual convocando uma reunião dos demais acadêmicos, entre outros assuntos, resolveu lançar um manifesto em torno da situação nacional, assumindo compromisso em mandar imprimir, como também, financeiro, incorrendo em delito previsto pela Lei de Segurança Nacional, ainda mais agravada a situação por haver exercido liderança na qualidade do dito núcleo. O manifesto foi distribuído nesta cidade e também em Passo Fundo, alegando que havia encerrado o restante dos ditos panfletos, quando do resultado do último movimento que cominou com a vitória das forças democráticas. Procedeu mal e, além disso, teria ele em companhia de um elemento comunista procurado a tipografia ABC nesta cidade, para saber da impressão de um manifesto as ligas camponesas também adquiria revistas, há tempos atrás, do comunista militante João Worniacov, publicações subversivas [...] Ponto saliente no manifesto lançado pelo núcleo do centro acadêmico João Carlos Machado de Erechim, é o confronto de partes e dados estatísticos, semelhantes a certos tópicos do manifesto lançado em março do corrente ano, mesma época do boletim daquele publicado pelo “COMITÊ MUNICIPAL DO PARTIDO COMUNISTA BRASILEIRO”, intitulado “AO POVO DE EREXIM” “[...] Por último apurou-se que Leopardo Santana tomou parte como presidente do núcleo do centro acadêmico de Passo Fundo num batismo de calouros, nos estúdios da TV Erechim, canal 3,



em organização, onde VALDEMAR DETONI JUNIOR, teve as suas atuações como responsável pelo programa, já que colaborava ativamente na referida TV, este programa teve repercussão desfavorável, reprovado pela grande maioria da população, por ter ocorrido justamente após a eclosão do movimento revolucionário, inoportuno, portanto, e ainda por haverem dois calouros se apresentado “com as costas pintadas com martelo e foice”, sendo esse o signo do partido comunista. Registra-se e remeta-se o presente inquérito policial ao Exmo. Sr. Dr. Juiz de Direito, Diretor do Foro, nesta cidade. Renovo-lhe o meu propósito de cordiais saudações. Carlos Seabra Reverbel, Delegado Regional de Polícia ao Juiz de Direito de Erechim, Oscar Cardoso Kremer. (Ofício nº 182/64, Erechim, 16 de abril de 1964).

Além deste ofício, outro pedido de explicações sobre estes acontecimentos foi encaminhado pelo Delegado Regional de Polícia de Erechim, ao Diretor Executivo da TV Erechim, Ruther V. Mühlen, solicitando informações sobre o que havia ocorrido nos estúdios da referida TV. Em sua resposta Ruther afirma que:

Posteriormente, recebemos a visita do Sr. Leopardo Santana que explicou que tudo não passava de brincadeira de Estudantes e se prontificava em trazer o Presidente do Centro Acadêmico de Passo Fundo para nos dar explicação, esclarecendo que a apresentação não tinha relação alguma com o momento que estávamos vivendo. Em virtude do acontecido a Direção da TV em conjunto com a Associação Comercial e Industrial de Erechim, resolveu não aceitar mais colaboração dos Srs. que participaram do referido programa e tomou todas as providências ao seu alcance. (Ruther V. Mühlen, Diretor Executivo da TV Erechim, Erechim, 18 de abril de 1964).

Outro dos denunciados pelo Delegado Carlos Seabra Reverbel ao Juiz de Direito do Foro de Erechim foi o Sr. Deoclides Pereira dos Santos, acusado de promover a greve dos ferroviários e agitações. Também foi acusado de dirigir via rádio mensagens a Jango e Brizola. A seguir, trechos do relatório enviado pelo Delegado de polícia:

Em face do movimento que se esboçou a 31 de março ultimo, com acentuada eclosão no dia 01 de abril corrente, prosseguindo daí em diante, e causando profunda comoção interna no país, eis que fanatizando, e entusiasmado pelas suas ideias, o Sr. Deoclides Pereira dos Santos, agente titulado da Viação Férrea local exercendo uma certa predominância sobre os seus subordinados diretos ou indiretos, na ocasião entrevistado pelos repórteres da Rádio Erechim Z.Y.F.7 – Jorge Lisboa Goelzer, este agente do I.A.P.I e Enio Roberto Burgem, radialista daquela emissora, de maneira vibrante tumultuou a situação e o ambiente de tranquilidade reinante naquela oportunidade, não obstante as advertências dessa regional divulgadas pelas emissoras desta cidade. Além disso, o referido funcionário mandava que fossem divulgadas, pela Rádio Emissora Difusão SulRiograndense LTDA., mensagens dirigidas aos deputados João Caruso, Leonel Brizola, e também o Dr. João Goulart, ex- Presidente da República, criando uma situação ainda de maior gravame para aquela delicada contingência nacional, sem, medir consequências, podendo com a sua atitude impensada ou deliberadamente gerar um tumulto muito maior. Nessa mesma sequência de acontecimentos, o Sr. Deoclides Pereira dos Santos liderava uma greve entre funcionários do Tráfego e Via permanente, estendendo-se entre Passo Fundo e Marcelino Ramos, é bem certo que atendendo a instruções do Comando Geral de

Greve então radicado em Santa Maria, conforme a cópia anexa. Ficou positivado que o mesmo agente convocou os rodoviários ao longo daqueles percursos, pela rádio, publicamente, para uma reunião que contou com a presença de regular número de funcionários, realizado no recinto da Viação Férrea. Atendendo ao mesmo chamamento daquele agente compareceu naquela reunião pessoas estranhas a classe, com idêntico fim ou com propósitos de vincular maior força naquela greve, causando prejuízos aos interesses nacionais. (Relatório nº 03/64, Erechim, 16 de abril de 1964).

Esta demanda de explicações, denúncias, acusações, e também de prisões, se alastravam por Erechim. Em 14 de Fevereiro de 1965, já a alguns meses do Golpe, Geder Carraro, alertava no jornal, *A Voz da Serra*, sobre os perigos das denúncias sem provas feitas pela população aos militares.

Existia uma lista composta por 200 nomes, suspeitos de realizarem atividades subversivas ou terem alguma relação com o comunismo. Ao tempo em que orientava qual deveria ser o papel da justiça frente a estas “falsas” denúncias, ele denunciava que a indicação destes nomes estava muito mais ligada a “rixas” pessoais do que a comprovadas atividades subversivas.

Uma denúncia direta do abuso de autoridade, dada pela associação de militares aos civis que contribuíam para a identificação de subversivos, muitas vezes com o intuito de vingar-se de alguém, uma espécie de acerto de contas. Segundo escreveu Geder Carraro:

Diante de certas pessoas que temos conhecimento no famoso e cômico listão, e das pessoas que acusaram, podemos salientar que se trata mais de vingança pessoal do que baseados em fatos comprovados [...] A justiça de nossa cidade não pode silenciar diante de tão grave denúncia, uma vez que foram denunciados elementos de atividades subversivas. Os nomes devem ser divulgados bem como dos que denunciaram. Os primeiros devem ser processados e condenados, retirados de nossa circulação, para sossego de nossas famílias e de nossa pátria. Os segundos devem ser homenageados pela população por demonstrarem que são verdadeiros patriotas. Verdadeiros brasileiros, verdadeiros erexinenses, banindo de nossa sociedade elementos subversivos. [...] (*A Voz da Serra*, 14 de Fevereiro de 1965, p.02).

Esta prática de delação fez com que pessoas inocentes, do ponto de vista, que não haviam cometido crimes, fossem presas sob as ordens do coronel Gonçalves. Presas, foram submetidas a maus tratos, e por vezes torturadas. O Partido Trabalhista Brasileiro (PTB), de Erechim chegou a solicitar uma CPI, ainda em 1964, que tinha como principal objetivo, denunciar os abusos cometidos pelos comandados do coronel Gonçalves Curio de Carvalho, responsável pelo Destacamento Volante da cidade.

A formação destes Destacamentos Volantes foi decretada, em 09 de abril de 1964, pelo então Governador do Rio Grande do Sul, Ildo Meneghetti, e eram compostos por oficiais, aspirantes, cadetes, sargentos, cabos e soldados, que foram transportados em comboio militar para diferentes regiões do estado, incluindo a região do Alto Uruguai, onde instalaram sua sede no município de Erechim. Uma das missões atribuídas a estes destacamentos era encontrar armas que supostamente, os grupos dos onze, formados por Leonel Brizola, teriam escondido nesta região. Na denúncia, emitida pelo PTB de Erechim ao jornal *A Voz da Serra*, pode-se ter uma percepção melhor sobre estes fatos. Conforme a notícia:

Particularmente na região de Erechim, esse tropel chegou a extremos insuportáveis, com a prisão arbitrária de centenas de pessoas mantidas em presídios locais superlotados por vários dias e semanas sem qualquer formação ou simples indicação de culpa. Segundo notícias já do amplo domínio público, os Municípios de Erechim, Marcelino Ramos, Paim Filho, Getúlio Vargas e outros, o “Destacamento Volante” sob comando de Gonçalo Cúrio de Carvalho, ao invés de cumprir a missão de manter a ordem pública e de assegurar aquelas populações conhecidamente ordeiras e laboriosas, um clima de trabalho e de tranquilidade, implantou ali um regime de prepotência, de desrespeito, a lei, e as garantias individuais, gerando e levando o pânico as famílias e submetendo-as a vexames e humilhações degradantes. Além de outras violências incalculáveis, modestos agricultores e responsáveis chefes de família, foram carregados em caminhões de carga e como animais ou malfeitores, exibidos pelas ruas de vilas e cidades num espetáculo deprimente e desumano que a ninguém honra e a todos envergonha. (*A Voz da Serra*, 20 de julho de 1964, p. 02).

Prática esta, que contrariava o discurso do coronel Gonçalo Curio de Carvalho, segundo o qual afirmava, que o papel dos militares era o de garantir a segurança e a tranquilidade da população de Erechim. Nas palavras do coronel Gonçalo em entrevista ao jornal *A Voz da Serra*, em 19 de maio de 1965:

Mas faço questão de frisar, que nenhuma pessoa será perturbada, será intranquilizada, será admoestada, nos seus afazeres normais, se nada tiverem a pagar, nada tiverem devido de suas transações anteriores. [...] Estejam todos seguros, todos os que leem, de que aqui estamos para dar segurança, tranquilidade, indistintamente de cor, política partidária, religiosa, de quem quer que seja, desejamos o bem estar e o progresso desta sociedade e estamos ao dispor dos repórteres para os esclarecimentos que se fizerem necessários. A todos minha disposição de esclarecimentos e dizer como deveremos agir para o futuro. (*A Voz da Serra*, 19 de maio de 1965).

O Cerco às liberdades, e a ação de repressão eram bem executadas pelos comandados do coronel Gonçalo. O discurso de proteção à população e a manutenção da paz e da ordem contrastavam com as ações impostas pelo coronel e seus

subordinados. Diversas revistas foram realizadas em propriedades particulares a procura de envolvidos com grupos, como o Grupo dos Onze, e em busca de armas. As armas encontradas eram recolhidas, sob a alegação de que estas pessoas realizavam atividades subversivas, ou até mesmo tinham alguma ligação com estes grupos.

Como no caso do Sr. Arquimino Assmann, que durante uma dessas revistas acabou preso por um simples fato: ser um ouvinte e admirador de Leonel de Moura Brizola. Arquimino morava no interior do município de Gaurama, cidade próxima de Erechim, e fora submetido à tortura após ser preso. O jornal *Diário da Manhã*, dos dias 22 e 23 de agosto de 1998, fez uma reportagem com a viúva do Sr. Arquimino Assmann e noticiou:

Na comunidade de Baliza, interior de Gaurama, mora Vitória Assmann, 70, viúva e mãe de 14 filhos. O seu marido, Arquimino Assmann, falecido há 19 anos, sempre ouvia num pequeno rádio a voz de seu ídolo político Leonel de Moura Brizola, que foi governador entre 1959 e 1963. Um dia Arquimino foi chamado a Delegacia de Polícia de Gaurama, onde foi detido e trazido ao presídio de Erechim. De sua casa, os filhos pequenos viram quando o pai passou pela estrada e nem sequer dirigiu-lhes a palavra. Eles correram contar para a mãe, que ficou à sua espera sem saber se ele voltaria um dia. Arquimino ficou preso durante seis dias. Queriam obriga-lo a confessar que possuía armas escondidas no porão da casa. Ele não tinha armas e não confessou, mas foi amarrado no pau de arara, surrado e torturado até com pingos de gasolina, que caíam sobre a sua cabeça. Também não recebeu comida e nem água. Enquanto esteve preso, a sua casa foi invadida por homens armados, que procurava por armas. Quando foi solto, Arquimino chorava constantemente, quase não falava e nem queria receber visitas. (*Diário da Manhã*, 22 e 23 de agosto de 1998).

Gonçalino, assim como os seus subordinados cumpriam ordens de perseguir, prender e torturar aqueles que atravessassem seus caminhos. A mesma ideia que foi cultuada posteriormente pela Ditadura. Com a falsa ideia de defender a democracia, a Ditadura Civil-Militar que se sucedeu ao Golpe, ceifou ideais de uma geração, que por anos sofreu com a opressão.

Silenciou opiniões contrárias aos seus interesses, e o jornal foi parte intrínseca desta obstrução de sonhos e anseios, de gerações marcadas pelo medo e pelas perseguições. Além disso, serviu como uma válvula reprodutora dos discursos anticomunistas que foram absorvidos involuntariamente pela sociedade.

Até o presente tempo, os comunistas continuam sendo vistos e comparados ao que há de pior dentro de uma sociedade. São associados muitas vezes como pertencentes

aos partidos políticos com ideológicos de esquerda, independente de terem ligações com a ideologia comunista.

Por vezes, nada que lembre o comunismo, está presente em suas nomenclaturas ou estatutos. No entanto, estes continuam sendo estigmatizados, como os responsáveis por ocasionarem a baderna e a promoverem a desordem. Geralmente, são taxados como, ateus, arruaceiros, e foras da lei, além do que, continuam sendo apontadas pelas classes dominantes e conservadoras, como os verdadeiros inimigos da Nação.

Para Silva “[...] um dos aspectos que nos mostra a relevância do comunismo como um inimigo está nas diferentes utilizações do termo, que levaram a pratica de considerar qualquer oposição ao sistema como sendo comunista [...]” (SILVA, 2001, p.27). Em nome dessa perseguição desenfreada aos comunistas, pessoas foram presas sem direito a ampla defesa, num período em que o autoritarismo e a arbitrariedade sufocaram aqueles que de alguma forma se opuseram ao Golpe e a Ditadura Civil-Militar. Ainda segundo Silva, Vavy Pacheco Borges exemplifica o quão ameaçador é o comunismo para aqueles que o temem:

O comunismo é a ameaça mais antiga e a que mais assusta por ser a reviravolta social total, significando realmente uma alteração muito mais radical do que o fâscio. É contra essa ameaça que o tempo todo surgem inúmeras reações: percebe-se claramente que esse ‘perigo comunista’ incomoda há muito tempo e a muita gente, de forma mais constante e mais frequente do que o ‘perigo fascistas’. [...] Os editoriais, articulistas e jornalistas da ‘imprensa democrática’ especializaram-se em agitar essa tensão que se torna aos poucos o maior pavor existente até nossos dias em vários grupos da sociedade brasileira. (BORGES, 1992, *apud* SILVA, 2001, p. 27).

A imprensa escrita foi responsável diretamente por convencer a opinião pública a tomar posições contrárias ao comunismo e ao governo de Jango. Ao mesmo tempo em que colaborava para a legitimação do Golpe, dando espaço para os que difamavam o comunismo, redigirem suas posições, impetrando no Brasil, um forte sentimento de repulsa.

Em seus jornais, alguns com circulação diária, a imprensa permitiu que a difamação ao comunismo fosse o fio condutor de um complexo movimento Civil-Militar cuja intenção final era a tomada do governo. A imprensa contribuiu para que pessoas das mais variadas classes e funções sofressem com as prisões arbitrárias impostas pelos militares.

Na maioria das vezes, os denunciados eram submetidos à prisão e a torturas, fossem elas psicológicas ou físicas. Ainda é grande, o número de pessoas que, nunca poderão velar os corpos de seus entes, porque nem ao menos sabem onde estão os seus restos mortais.

No entanto, não se objetivou neste trabalho a demonização da imprensa escrita. Sabe-se que a imprensa tem uma importância muito significativa para a pesquisa histórica. Ainda que o número de trabalhos que tenham a imprensa como fonte principal, seja pequeno, seus documentos possibilitam novas abordagens de pesquisa, e merecem uma atenção maior por parte dos historiadores.

Os militares que torturavam as pessoas submetiam-nas as dores insuportáveis, e a traumas irreversíveis. Muitos dos torturados ficaram com sequelas, que por vezes as acompanhava até o leito de sua morte. A imprensa foi um instrumento das classes dominantes realizando as denúncias e dando voz aqueles que tinham algo a dizer sobre “comunistas”, “subversivos”, e “agitadores”. Mesmo que por vezes, alguns destes nada tivessem a dizer, eram submetidos a tratamentos desumanos que em nada lembravam a cristandade tão defendida por aqueles que demonizavam o comunismo. Os militares quando condenavam alguém, os responsabilizavam severamente por isso.

Apesar do enfoque deste estudo voltar-se para a atuação da imprensa escrita no contexto do Golpe, desde sua introdução reforçou-se que o mesmo, realizou-se a partir de uma seleção de documentos, que trouxeram a julgo, histórias reais de cidadãos comuns que viveram em Erechim, naquele período. Mantendo-se o compromisso com a “verdade histórica”, mantendo vivas estas memórias e as transformando em documentos que possam servir de objeto para pesquisas futuras.

Na busca da verdade histórica, estas memórias por vezes se confundem e embaralham os fatos e as interpretações. Nesta busca realizada em obras, arquivos e documentos do período estudado, entendeu-se que [...] o sentido dos diferentes acontecimentos históricos e dos processos específicos de transformações sociais devem ser procurados nos próprios acontecimentos [...] (BORGES, 1993, p. 53-54).

Só o confronto de muitas memórias, e o seu teste com outros documentos e dados, pode ajudar a clarear o passado. As fontes e documentos não são um espelho fiel da realidade, mas “[...] são sempre a representação de uma parte ou momentos particulares do objeto em questão. Uma fonte representa muitas vezes um testemunho, a fala de um agente, de um sujeito histórico; devem ser sempre analisadas como tal [...]” (Idem, 1993,

p. 61). No fundo, portanto, a função da História e dos historiadores e pesquisadores, sempre “[...] foi a de fornecer à sociedade uma explicação sobre ela mesma [...]” (1993, p. 49). No caso deste estudo, buscou-se responder as questões que envolveram a atuação da imprensa escrita, e nada melhor do que a própria imprensa falando por si através dos jornais.

A imprensa em si, não somente a imprensa escrita sofreu diretamente com a censura imposta durante a Ditadura. Ajudou a parir o Golpe e acabou sendo ela também, vítima do próprio governo que havia ajudado a tomar as rédeas do poder. Principalmente, depois de sancionado o Ato Institucional nº 5. Conforme aponta Capelato:

Um dia após a decretação do novo Ato, a Coluna do Castelo (*Jornal do Brasil*) comentou-o: “Ele é completo e não deixou de fora aparentemente nada em matéria de previsão de poderes discricionários expressos (...). A medida estancou todas as fontes políticas de resistência ao governo, não deixando nenhuma válvula”. No dia seguinte, a coluna não apareceu no jornal. Seu autor, o jornalista Carlos Castelo Branco, foi preso. A partir dessa época teve início a censura prévia aos jornais. A imprensa alternativa e a *Tribuna de Imprensa* (sob direção de Hélio Fernandes) conviveram com ela durante muito tempo, sofrendo punições constantes. (CAPELATO, 1988, p. 55).

Buscou-se entender, quais teriam sido os motivos que fizeram a imprensa escrita a tomar a decisão de aderir ao Golpe e parte dessa imprensa ter mantido o apoio ao novo governo. Verificou-se que a imprensa acabou atraída para o discurso anticomunista presente nas classes dominantes, e numa parte mais conservadora da sociedade brasileira, tanto civil, quanto militar.

Além do que, depois que o Golpe foi consumado, mesmo que boa parte da imprensa tenha percebido o problema em que estava se metendo, já era tarde demais. A perseguição aos órgãos de imprensa e as censuras impostas pelos militares já se faziam cada vez mais presentes.

Os jornais trabalharam como “servos” da ditadura Civil-Militar, e segundo Larangeira, (2014, p. 200), esta postura serviçal atingiria seu ápice, quando a imprensa divulgou literalmente “[...] o relatório do II Exército sobre o assassinato do jornalista Vladimir Herzog no prédio do DOI-CODI paulista, sem contestar uma única linha do documento [...]”. O autor cita ainda que a imprensa redigiu a notícia tal como os militares tinham interesse em divulgá-la, afirmando que:

O Inquérito Policial Militar instaurado no II Exército para apurar as circunstâncias da morte de Vladimir Herzog, nas dependências do Departamento de Operações

de informações daquela unidade, concluiu que o jornalista praticou 'suicídio voluntário, por enforcamento', não sendo constatado nenhum crime ou falta disciplinar que o induzisse a esse ato. (Idem, 2014, p.200).

Porém, essa versão acobertada pela imprensa seria desmentida por pessoas que estiveram presas com Herzog nas dependências do DOI-CODI, entre as quais estavam Rodolfo Konder e Jorge Benigno Jathay Duque Estrada, que relataram:

De lá, podíamos ouvir nitidamente os gritos, primeiro do interrogador e, depois, de Vladimir e ouvimos quando o interrogador pediu que lhe trouxessem a "pimentinha" e solicitou ajuda de uma equipe de torturadores. Alguém ligou o rádio, e os gritos de Vladimir se confundiam com o som do rádio. A partir de determinado momento, o som da voz de Vladimir se modificou, ficou abafada, como se lhe tivessem posto uma mordaça. Que o interrogador de Vladimir, antes descrito pelo depoente como sendo aquele que tinha uma tatuagem de âncora no braço, era branco. Que quando iniciou-se a tortura de Vladimir o declarante, estando na sala ao lado, chegou a ouvir sons de pancadas que lhe eram desferidas. (ALMEIDA, Criméia Schmidt de. et. al. 2009, p. 626).

A morte de Vladimir Herzog gerou uma onda de protestos que atingiu inclusive a imprensa internacional, sendo "[...] um dos casos mais divulgados e documentados do período da Ditadura, sendo considerado um marco na luta de resistência [...]" (ALMEIDA, Criméia Schmidt de. et. al. 2009, p. 627). Até a morte de Herzog, a imprensa havia sido amordaçada e os jornalistas que tentavam denunciar os arbítrios cometidos pelos militares foram calados.

Após o ocorrido, impulsionaram-se movimentos que exigiam o fim da Ditadura, e que lutavam pelos direitos humanos. Não à toa "[...] em sua homenagem, todos os anos, no dia 25 de outubro, o Sindicato dos Jornalistas de São Paulo entrega o "Prêmio Vladimir Herzog de Anistia e Direitos Humanos" [...]" (ALMEIDA, Criméia Schmidt de. et. al. 2009, p.627).

Por todos os fatores expostos neste estudo, espera-se que novas pesquisas, que visem explicar a força de influência da imprensa escrita sobre a opinião pública, possam ser redigidas. Viu-se que, em Erechim, como no restante do país, a imprensa escrita cultivou o discurso anticomunista pelas linhas dos jornais dando espaço aos que difamavam o comunismo.

A imprensa tratou aos comunistas, como inimigos da Nação, ajudando a criar rótulos que perduram até os dias atuais. Por isso, é essencial que se mantenham estas pesquisas, para que um dia todos possam ser julgados, e se preciso for, condenados. E assim, aqueles que ainda estiverem presentes possam esclarecer o porquê de terem



contribuído com perseguições a pessoas comuns, que foram declaradas culpadas, presas e torturadas, durante a Ditadura Civil-Militar no Brasil.

## 5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao se chegar à parte final dessa dissertação, se faz necessário esclarecer como a referida pesquisa se desenvolveu e verificar se os objetivos propostos na introdução puderam ser atingidos. Dessa forma, assim que o tema foi definido, partiu-se para as leituras de referências bibliográficas, relacionadas ao enfoque principal deste estudo, pautado na atuação da imprensa escrita - principalmente na análise dos jornais -, no contexto do Golpe Civil-Militar de 1964.

Para tanto, desde a elaboração do cronograma, definiu-se, que o referido estudo deveria conter no mínimo três capítulos, além da introdução. Entendeu-se, que por este formato, seria possível esclarecer os principais questionamentos destacados, já nas primeiras considerações.

Como citado na introdução, partiu-se, de indagações que surgiram durante o trabalho de conclusão de curso, do Curso de Licenciatura em História, Intitulado: *A disseminação do medo e do espectro comunista em Erechim durante o Golpe Civil-Militar de 1964*, no qual, percebeu-se, claramente, que a imprensa foi parte intrínseca dessa conjuntura, que espalhava medo e tensão pela cidade. A partir daí, buscou-se esclarecer os motivos que levaram a imprensa escrita, a se posicionar a favor do Golpe ajudando a legitimar o novo governo após o ocorrido.

Ainda, surgiu a vontade de realizar uma pesquisa mais aprofundada para esclarecer, ou ao menos demonstrar, o papel desempenhado pela imprensa escrita na eclosão do Golpe, assim como no Pós-Golpe. Neste ponto, considera-se, que se atingiu o que fora proposto. Podendo-se afirmar que a imprensa escrita estava inserida numa conjuntura anticomunista, sendo uma das principais válvulas disseminadoras deste discurso.

Para se chegar a esta conclusão, desde a introdução, buscou-se destacar, de que maneira a dissertação seria redigida. Foi apresentada a metodologia utilizada para analisar e separar as fontes, dando ênfase aos jornais, como as principais fontes consultadas.

Para que a pesquisa não se tornasse subjetiva, buscou-se o que Pierre Bourdieu chamou de “[...] objetivação: o esforço controlado de conter a subjetividade [...]” (GOLDENBERG, 2004, p. 45). Segundo apontou (Idem, 2004, p.45) “[...] trata-se de um

esforço porque não é possível realiza-lo plenamente, mas é essencial conservar-se esta meta, para não fazer do objeto construído um objeto inventado [...]”.

Entre as principais dificuldades encontradas durante a pesquisa, foi à indisponibilidade de horários compatíveis com o funcionamento dos arquivos. Desta forma, com pouco tempo disponível para consultas, fotografou-se a maior quantidade de notícias possíveis, para depois separa-las e utiliza-las da melhor forma. Como a maioria dos arquivos não funciona aos finais de semana, as visitas até estes locais foram sempre agendadas.

De posse das fontes, constatou-se que a pesquisa teria materiais suficientes para se desenvolver. Assim, foi possível desde as primeiras considerações, fazer usos dessas fontes, sem se preocupar com a escassez de recursos para os capítulos que se sucederam.

O trabalho se iniciou então, a partir da abordagem sobre as origens do comunismo moderno baseado nas primeiras comunidades que praticaram o chamado “comunismo primitivo”. Verificou-se que as comunidades primitivas, na verdade eram grupos sem separações. Eram nômades e deslocavam-se com frequência atrás de alimentos.

Apesar de não existir ainda o conceito de família, existiam sim relações de proximidades, entre os membros da comunidade. Assim viu-se Luxemburgo (1990) citando que, para que fosse garantida a sobrevivência da espécie humana, era de vital importância, a associação e as relações entre os grupos.

No segundo ponto de análise deste capítulo, buscou-se entender, de que maneira se difundiu o comunismo como uma ideologia política, por meio da difusão das ideias de Karl Marx e Friedrich Engels. Percebeu-se que o comunismo moderno difundido por Marx e Engels, surgiu atrelado à sociedade industrial do século XIX.

Percebeu-se, que para Marx e Engels, o comunismo seria então, a etapa final de um processo de transformações sociais, que se iniciaria com o socialismo e acarretaria em uma sociedade sem classes, sem Estado, ácrata ou apátrida, e livre de quaisquer tipos de opressão. Nesta sociedade idealizada por Marx e Engels, as decisões sobre o que produzir e quais as políticas a serem executadas, passariam a ser democráticas, permitindo-se a todo cidadão participar das esferas políticas e econômicas da sociedade.

Ainda nesta parte do capítulo, verificou-se que Marx e Engels desenvolveram o materialismo histórico-dialético, como uma ciência, assim denominada, porque o seu modo de abordar os fenômenos da natureza, ou seja, o método utilizado para estudar

esses fenômenos e de concebê-los é dialético, embasado na contraposição dos contrários.

Averiguou-se, que a partir do entendimento da dialética, do movimento e da História pelo homem, pôde ocorrer o embate e a contradição com os elementos fundamentais de um modo de produção. Abrindo-se assim, a possibilidade dentro de um processo histórico, das classes subalternas ou dominadas, negarem aquilo que o sistema ou modo de produção reproduz. Abrir-se-ia também a possibilidade de revolução proposta por Marx.

Para Spirkine; Yakhot:

[...] O Marxismo mostrou que os homens faziam eles próprios sua história, que nenhuma força sobrenatural se dissimulava atrás do processo histórico. A história escrevem os fundadores do marxismo, não fez nada, “não possui riqueza enorme”, não “trava combates”! É pelo contrário o homem, o homem real e vivo que faz tudo isso, possui tudo isso e trava todos os combates; não é a “história” que se serve do homem como meio para realidade – como se ela fosse uma pessoa à parte –, os seus fins próprios; ela não é mais que a actividade do homem na produção de seus objectivos. (SPIRKINE; YAKHOT, 1975, p. 13).

Analisou-se também o *Manifesto Comunista*, onde, verificou-se que Marx e Engels, buscaram despertar a consciência de classe e um espírito revolucionário que fosse capaz de atingir a todos os proletários do mundo. Assim, seria possível a estes, bradarem por seus direitos, livrando-se da opressão social, que provinha da burguesia moderna e das amaras do capitalismo.

Os autores do manifesto defendiam que “[...] de todas as classes que ora enfrentam a burguesia, só o proletariado é uma classe verdadeiramente revolucionária [...]” (MARX; ENGELS, p. 24). A intenção dos autores do *Manifesto* foi, sobretudo, denunciar a exploração do homem pelo homem.

No terceiro ponto deste capítulo, buscou-se descrever a atuação determinante de Lênin na Revolução Russa, e as consequentes influências dessa Revolução sobre o mundo. Percebeu-se, que Lênin tinha sua ideologia pautada nas lutas sociais e defendia que os oprimidos quando instigados a despertarem sua consciência de classe, se revoltam e lutam contra seus opressores. Lênin através da influência do marxismo defendia que os proletariados russos tinham condições de promover a insurreição contra o czarismo. O líder Lênin, lutou pela derrubada do czarismo, por meio da revolta das massas oprimidas que eram compostas por camponeses e operários. A Revolução Russa de 1917 retirou o governo czarista do poder e despertou nas classes oprimidas o anseio

por reformas sociais. Em suma, os bolcheviques, comandados por Lênin, queriam um governo de oportunidades para todos, onde as desigualdades sociais pudessem ser extirpadas com o tempo.

Assim, o maior sustentáculo do Imperialismo ruiu na Rússia, o latifúndio e as relações semifeudais no campo, que entravavam o desenvolvimento da economia foram substituídos pela coletividade das terras e dos meios de produção. Temos, portanto, na Revolução Russa, uma movimentação que transformou as relações de trabalho e marcou o século XX.

Para Bruno Groppo:

O comunismo do século XX teve, portanto, desde seu início, uma dimensão dupla; por um lado, de movimento revolucionário; e por outro, de sistema de poder estatal. Os dois aspectos são indissociáveis. A história do comunismo como movimento revolucionário em escala mundial está estreitamente ligada a história da Rússia e, em seguida, à da União Soviética. [...] As lutas internas de poder do partido soviético e as decisões políticas tomadas em Moscou haviam exercido uma influência determinante sobre todo o movimento comunista. Na década de 1920, a defesa incondicional da União Soviética se tornou o critério fundamental para a avaliação do caráter revolucionário de um partido comunista. Em outras palavras, o comunismo do século XX se identifica primordialmente com a experiência histórica do poder soviético. (GROPPO, 2008, p. 116).

A Revolução Russa desencadeou uma série de organizações e partidos que lutaram e que ainda lutam pelas bandeiras do proletariado por todas as partes do mundo. Como se viu no Brasil, o PCB desde sua origem foi perseguido e permaneceu grande parte de sua História na clandestinidade. Mesmo assim, fez com que os operários e camponeses se inserissem, através do partido, na luta por melhorias em suas condições de vida, uma das principais bandeiras da Revolução Russa.

Entendeu-se que o Partido Comunista do Brasil (PCB), a partir de sua fundação, norteou os operários em suas reivindicações e os auxiliou na defesa de seus ideais, pleiteando soluções práticas, a fim de, resolver os problemas enfrentados por eles.

No quarto ponto deste capítulo, buscou-se analisar o macarthismo, e a sua perseguição ao comunismo. Contatou-se que Joseph McCarthy, promoveu uma verdadeira campanha de demonização ao comunismo pelos Estados Unidos.

Para entender de que forma isso aconteceu, pautou-se na obra de Argemiro Ferreira, intitulada “*Caça as bruxas – Macartismo: Uma tragédia Americana*”. Na qual, Argemiro (1989) constatou, que mesmo após o naufrágio político de McCarthy, a sua

‘caça as bruxas’, manteve-se da mesma forma, afirmando ainda, que não se deve atrelar tão somente a McCarthy, o aparecimento do obscurantismo, que tomou conta dos Estados Unidos.

Quanto à escolha de analisar o Macarthismo como influenciador do anticomunismo, se deu em parte, por ser um termo já consagrado, e por ter sido um dos fenômenos responsáveis por fomentar o ódio e a aversão ao comunismo, por diversas partes do mundo, inclusive na própria América.

No quinto e último ponto do capítulo dois, abordou-se a fundação da Escola Superior de Guerra (ESG) e a anexação da Doutrina de Segurança Nacional a mesma. Constatou-se, que a ESG foi fundada com o objetivo de conter a ameaça comunista. Viu-se também, que os Estados Unidos criaram blocos militares que segundo Padrós (2007), eram centros de treinamentos, que davam orientações e doutrinação.

A Doutrina de Segurança Nacional foi incorporada à ESG, por meio de cursos dirigidos pelos Estados Unidos aos oficiais brasileiros, que se realizaram nos Estados Unidos, e que segundo Fernandes (2009), consistia, basicamente, na defesa e na segurança nacional contra o comunismo.

No terceiro capítulo, partiu-se da análise do uso da imprensa como fonte histórica. Constatou-se, que ainda existe um dever historiográfico, em relação à utilização da imprensa como objeto de pesquisa histórica. No entanto, Capelato (1988), afirmou que, os jornais, já há algum tempo, deixaram de serem fontes suspeitas, para tornarem-se importantes fontes de pesquisa.

Justifica-se, que neste trabalho, o uso dos jornais foi de extrema importância para descrever o papel da imprensa na difamação do comunismo e na propagação do discurso das classes dominantes. Tendo-se a posse da grande quantidade de informações contidas nos periódicos, foi possível descrever e elucidar estes discursos.

Contatou-se, ainda, que o repúdio ao comunismo existia tanto em nível nacional, quanto local. Esta sintonia pôde ser vista nas notícias que foram selecionadas e que fizeram parte desta pesquisa. Por isso, justificou-se, com base em referências teóricas, o porquê de usar-se o jornal para desenvolver pesquisas históricas.

Assim, compreendeu-se que os jornais em 1964 se utilizavam de matérias com tons de alarmismos e manchetes sensacionalistas, em que denunciavam sobre terríveis planos que supostamente seriam executados pelos comunistas. Concluiu-se então, que estas mensagens foram escritas de forma direta, clara e objetiva.

Após estudar a imprensa como fonte de pesquisa, partiu-se para a análise da atuação do complexo IPES/IBAD, no contexto do Golpe. Verificou-se, que o Complexo IPES/IBAD foi peça chave para convencer a opinião pública a aderir ao movimento golpista, sendo este complexo, um dos maiores responsáveis por criar um clima de temor ao comunismo.

Viu-se, que enquanto o IPES focava em realizar pesquisas coletando informações para utilizá-las em propagandas, filmes e na panfletagem, o que segundo Sodré (1965) o IPES fez muito bem, o IBAD detinha o monopólio sobre os melhores horários, tanto no rádio, quanto na televisão. Portanto, entendeu-se que o Complexo IPES/IBAD detinha uma forte representatividade na imprensa, neste caso, não somente sobre a imprensa escrita. Tavares (2014) acentuou ainda, que o Complexo fomentou de maneira tácita, o fantasma da ameaça vermelha sobre o Brasil.

Percebeu-se ainda, que os Estados Unidos foram coadjuvantes nas articulações do Golpe, incluindo-se operações de guerra planejadas, como o exemplo citado, a Operação Brother Sam.

Na parte em que se buscou retroceder ao golpe e demonstrar seus antecedentes, constatou-se, que o discurso anticomunista foi, em maior ou menor grau, utilizado em outros golpes antecessores a 1964. Viu-se que as classes dominantes utilizavam-se, de instrumentos como Forças Armadas para interferir na política brasileira e também para a tomada do poder. Constatou-se que durante o governo Getúlio Vargas conspirações como o Plano Cohen, foram utilizadas como justificativas para conter um suposto avanço do comunismo no Brasil. Como destacou Konrad (2006) o Plano Cohen fazia parte de um documento forjado pelo Exército para associar ao comunismo uma suposta tentativa de tomada de poder.

Percebeu-se também, que durante o governo de Getúlio Vargas, o então ministro do trabalho e futuro presidente João Goulart já teria uma amostra da oposição ferrenha que sofreria em seu governo e se constatou que o suicídio de Getúlio Vargas ocorreu, sobretudo em virtude de pressões oriundas, principalmente, dos militares. E o seu suicídio retardaria uma nova intervenção Civil-Militar que aconteceria no governo de João Goulart.

No quarto e último capítulo, específico sobre a atuação da imprensa escrita no contexto do Golpe, verificou-se de que forma esta imprensa, através dos jornais de maior circulação em Erechim e região atuou na legitimação do Golpe e na disseminação do

anticomunismo. Contatou-se, que a imprensa escrita através dos jornais, buscou incansavelmente disseminar o temor ao comunismo.

Observou-se, que entre os elementos explorados pela imprensa para amedrontar a população, estava à ideia de que o comunismo era algo nefasto, anticristão, antimoral, suprasumo da maldade, além de significar um atraso para o Brasil. Entendeu-se, que João Goulart, por defender as reformas de base, acabou rotulado de comunista e sendo vítima de um movimento anticomunista amplo, que se proliferava tanto a nível global e nacional, quanto em nível regional, como no caso de Erechim. A difamação do comunismo e do governo Jango foi intensa e bem direcionada pela imprensa.

Citou-se que a imprensa estava representada, pela coletividade dos meios de comunicação, que em 1964, “surfavam” pelas ondas do anticomunismo. Além de atacar o comunismo, a imprensa seja via jornal, rádio ou qualquer outro meio, trabalhava intensamente na promoção dos ideais defendidos pelos militares e pelas classes dominantes servindo-se de alicerce na propaganda anticomunista, disseminada pelos golpistas por todo o território nacional. Por este motivo, foram analisados os jornais que circulavam no período, acreditando-se, que estes eram capazes de influenciar de fato a opinião pública.

Assim, compreendeu-se, que entre todos os atores que participaram ativamente do Golpe de 1964, a imprensa seja ela escrita ou referente aos diferentes veículos de comunicação, ainda deve muitas explicações ao povo brasileiro, sobre o porquê de ter apoiado o Golpe e ter estado durante boa parte da Ditadura, ao lado dos militares. Sendo assim:

A responsabilidade da mídia na efetivação e legitimação do regime militar implantado no Brasil a partir de 1964 inda perambula, errante, a carregar o fardo da culpa. Explicações pírias, justificativas ambíguas e mea-culpas pinoquianos preenchem há décadas as prestações de conta da participação e comportamento midiático no período 1964-1985, como se estivessem no aguardo da ação do vento para apagar os sinais daquele tempo de cão de guarda e capitão do mato. (LARANJEIRA, 2014, p. 202).

Percebeu-se, neste trabalho, que assim como outras fontes, o jornal também merece ser analisado como uma fonte histórica de pesquisa, pois elucida acontecimentos relacionados a fatos históricos. Estudos como os de Maria Helena Capelato, mostraram, que os jornais passaram a ser vistos com outra perspectiva metodológica, fonte e objeto



de investigação e análise crítica. Já com relação ao seu devir historiográfico, Tania Regina de Luca enfatizou que:

A pouca utilização da imprensa periódica nos trabalhos de História do Brasil parece confirmar nossas suposições. Algumas, talvez, limitem seu uso por escrúpulo, já que encontram, tão em evidência e abundância, as “confirmações” de suas hipóteses – e com a mesma facilidade, também argumentos contrários. A maioria, porém, pelo desconhecimento, pela ausência de repertórios exaustivos, pela dispersão das coleções. Quando fazem, tendem a endossar totalmente o que encontram, aproximando-se de seu objeto de conhecimento sem antes filtrá-lo através de uma crítica mais rigorosa (LUCCA, 2008, p. 117).

Conclui-se, portanto, que não há como negar, que a imprensa escrita atuou ativamente no contexto do Golpe e Pós-Golpe de 1964. As fontes consultadas dispõem de fartos vestígios do discurso anticomunista, que foram proferidos pela imprensa, principalmente, através dos jornais.

Sendo assim, segundo Silva:

A imprensa brasileira cumpriu rigorosamente esse papel na legitimação do golpe de 1964. Usou todo o seu prestígio para convencer parte da população, especialmente as classes médias, a aderir aos propósitos das elites econômicas vinculadas aos interesses do capital internacional. O trabalho dos jornalistas constituiu numa operação de guerra retórica para desqualificar as “reformas de base” de Jango como sendo antimodernas, retrógradas, inexequíveis, demagógicas, populistas e, suprema chantagem da época, comunistas. (SILVA, 2014, p. 12).

Por fim, entendeu-se, que o Golpe de 1964, impôs ao Brasil um dos períodos mais nebulosos de sua História Republicana. Mesmo que não se abordou todo o período em que vigorou a Ditadura Civil-Militar, o pequeno recorte de tempo, que se realizou neste trabalho foi suficiente para retirar uma amostra do que viria a acontecer quando o Golpe transformou-se em uma Ditadura, responsável por ceifar vidas, sonhos de uma geração e por separar pessoas. Sempre é bom lembrar que ainda hoje, familiares esperam por seus entes queridos procurando respostas, sobre o que de fato aconteceu com aqueles que de uma hora para outra, desapareceram e nunca mais deram notícias. Em tempo: Este trabalho redigiu-se, em memória dos que sofreram diretamente com o Golpe e a Ditadura Civil-Militar.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALMEIDA, Criméia Schmidt; TELES, Janaina de Almeida; LISBÔA, Suzana Keniger. **Dossiê Ditadura: Mortos e Desaparecidos Políticos no Brasil (1964-1985)**. 2 ed. São Paulo: Imprensa Oficial, 2009.

ALVES, Fábio Lopes. GUARNIERI, Ivanor Luiz. A utilização da imprensa escrita para a história: diálogos contemporâneos. **Revista brasileira de ensino de jornalismo**. Brasília: vol. 1, nº 2. p. 30-53, 2007.

AMARAL, Luiz. **Jornalismo matéria de primeira página**. 3 ed. Rio de Janeiro – Fortaleza: Universidade Federal do Ceará, 1982.

AMORIM, Paulo Henrique. **O quarto poder uma outra História**. São Paulo: Hedra, 2015.

ARNS, Dom Paulo Evaristo. **Brasil Nunca Mais**. 20 ed. Petrópolis: Vozes, 1987.

AURÉLIO, Daniel Rodrigues. **Dossiê Getúlio Vargas** a vida e a trajetória do presidente mais importante da História do Brasil. São Paulo: Universo dos livros, 2009.

BARROS, Sebastião do Rego. **A Revolução de Outubro: 80 anos**. Estudos Avançados, v. 12. N. 32, p. 19-36, 1998. Disponível em <http://www.scielo.br/pdf/ea/v12n32/v12n32a03.pdf>. Acesso em 10 de março de 2018.

BOTTOMORE, Tom. **Dicionário do pensamento Marxista**. 2º ed. Rio de Janeiro: Zahar, 2012.

BERDIAIEV, Nicolai. **Socinenija [obras]**. Moskva: Nauka, 1991.

BORGES, Vavy Pacheco. **O que é História**. 2º ed. São Paulo: Brasiliense, 1993.

BURKE, Peter. **A Escrita da História: novas perspectivas**. Tradução de Magda Lopes. São Paulo: Editora da Universidade Estadual Paulista, 1992.

\_\_\_\_\_. **A Escola dos Annales (1929-1989): a revolução francesa da historiografia.**

Tradução de Nilo Odalia. São Paulo: Fundação Editora da UNESP, 1997.

CAPELATO, Maria Helena Rolim. **A imprensa na História do Brasil.** São Paulo: Contexto/EDUSP, 1988.

CHIAPARINI, Enori José. et al. **Erechim: retratos do passado, memórias no presente.** Erechim: Graffoluz, 2012. 308p.

CARDOSO, Ciro Flamarion. VAINFAS, Ronaldo (orgs.) **Domínios da História.** 2.ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2011.

CASTRO, Celso. O golpe de 1964 e a instauração do regime militar, 2014. Disponível em: <http://cpdoc.fgv.br/produção/dossies/FatosImagens/Golpe1964>>. Acesso em 24 de junho de 2017.

CODATO, Adriano Nervo. OLIVEIRA, Marcus Roberto de. A marcha, o terço e o livro: Catolicismo conservador e ação política na conjuntura do Golpe de 1964. **Revista Brasileira de História** [nome de periódico em negrito], São Paulo, v. 24, n. 47, 2004, p. 271-302.

CHARTIER, Roger. **A história cultural entre práticas e representações.** Lisboa: Difel, 1990.

DREIFUSS, René Armand. **1964: a Conquista do Estado.** Ação política, poder e Golpe de classe. Título original: State, class and the organic elite: the formation of an entrepreneurial order in Brazil (1961-1965). Traduzido pelo Laboratório de Tradução da Faculdade de Letras da UFMG. Petrópolis: Vozes, 1981.

ENGELS, Friedrich. **Do socialismo utópico ao socialismo científico.** Ed. Ridendo Castigat Mores. Fonte Digital. Rocket Edition, 1999.

FARIA, Fabiano Godinho. Defesa e contra-ataque! Uma breve reflexão sobre o “dispositivo militar” de João Goulart. **Revista História & Luta de Classes**. Militares e Luta de Classes, Ano 6 – Edição n.10, 2010.

FERNANDES. Ananda Simões. **A reformulação da Doutrina de Segurança Nacional pela Escola Superior de Guerra no Brasil**: a geopolítica de Golbery do Couto e Silva. Antíteses, vol. 2. Londrina: 2009.

FERREIRA, Argemiro. **Caça as Bruxas**, Macartismo: uma tragédia americana. Porto Alegre: L&PM: 1989.

FERREIRA, Marieta de Moraes. **João Goulart: entre a memória e a História**. Rio de Janeiro: FGV, 2006.

FONTANA, Josep. A Revolução Russa e nós. Tradução de Carla Luciana Silva. **Revista História & Luta de Classes**. 100 anos da Revolução Russa, Ano 13 – Edição n. 23, 2017.

GASPARI. Elio. **A Ditadura envergonhada**. 2 ed. Rio de Janeiro: Intrínseca, 2014.

GOLDENBERG, M. **A arte de pesquisar: Como fazer pesquisa qualitativa em Ciências Sociais**. 8 ed. Rio de Janeiro: Record. 2004.

GOLDMAN, Emma. **O indivíduo, a sociedade e o Estado, e outros ensaios**. Tradução Plínio Augusto Coelho. São Paulo: Hedra, 2007.

GOMBATA, Marsílea. A resistência militar contra o Golpe de 1964. **Revista Carta Capital**, São Paulo. 17 de fevereiro de 2014. Disponível em: <http://www.cartacapital.com.br/sociedade/a-resistencia-militar-contr-o-golpe-de-1964-4212.html>. Acesso em: 04 out.2017.

GOMES, Angela de Castro. Memórias em disputa: Jango, ministro do Trabalho ou dos trabalhadores? In: FERREIRA, Marieta de Moraes. (Org.). **João Goulart: entre a memória e a História**. Rio de Janeiro: FGV, 2006.

GOMES, Laurentino. **1889: como um imperador cansado, um marechal vaidoso e um professor injustiçado contribuíram para o fim da monarquia e a proclamação da República no Brasil**. 1 ed. São Paulo: Globo, 2013.

GRAMSCI, Antonio. **Cadernos de cárcere**. Vol. 2. Edição e tradução, Carlos Nelson Coutinho; co-edição, Luiz Sérgio Henriques e Marco Aurélio Nogueira. 2 ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.

GROPPO, Bruno. **O comunismo na História do século XX**. Lua Nova, v. 75, n. 75, p.115-141, 2008.

GUAZZELLI, Augusto Barcellos; DOMINGOS, Charles Sidarta Machado; BECK, José Orestes; QUINSANI, Rafael Hansen. **A prova dos 9: a História Contemporânea no Cinema**. Porto Alegre: Suliani Letra & Vida. 2009.

GULLAR, Ferreira. **Antes do Golpe, notas sobre o processo que culminou no Golpe Militar de 1964**. São Paulo: Companhia das Letras, 2014.

HOBSBAWM, E. J. **Como mudar o mundo: Marx e o marxismo**, tradução Donaldsson M. Garschagen. São Paulo: Companhia das Letras, 2011.

\_\_\_\_\_. **Era dos extremos: O Breve século XX: 1914-1991**, tradução Marcos Santarrita: revisão técnica Maria Célia Paoli. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

KENEZ, Peter. **História da União Soviética**. Lisboa: Edições 70, 2006.

KONDER, Leandro. **Em torno de Marx**. São Paulo: Boitempo, 2010.

\_\_\_\_\_. **O que é dialética**. São Paulo: Brasiliense, 2008.

KONRAD, Diorge Alceno; KONRAD, Glaucia Vieira Ramos; LAMEIRA, Rafael Fantinel. Revolução Soviética: impactos nos movimentos sócio-políticos e o anticomunismo na imprensa. **História: Debates e Tendências**. Revista do Programa de Pós-Graduação em História, v. 7, n. 1. Passo Fundo: Ed. da UPF, 2007.

KONRAD, Diorge Alceno; LAMEIRA, Rafael Fantinel. **A campanha da legalidade no Rio Grande do Sul no contexto do anticomunismo**. Santa Maria, 2008.

KONRAD, Gláucia Vieira Ramos. **Os trabalhadores e o Estado Novo no Rio Grande do Sul: um retrato da sociedade e do mundo do trabalho (1937-1945)**. Tese (Doutorado em História). Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. Universidade Estadual de Campinas. Campinas, p. 354. 2006.

KUPER, Adam. **A reinvenção da sociedade primitiva**. Transformações de um mito. [tradução Simone Miziara Frangella, revisão Aécio Amaral]. Recife: Universitária, 2008.

LARANGEIRA, Álvaro Nunes. **A mídia e o regime militar**. Porto Alegre: [sn], Sulina, 2014.

LENIN, Vladimir Ilitch. O programa militar da revolução proletária. \_\_\_\_\_. In. **Obras escolhidas**, v.2. p. 679-687, 1916. Disponível em: <[http://www.aaweb.org/pelosocialismo/components/com\\_booklibrary/ebooks/programa.pdf](http://www.aaweb.org/pelosocialismo/components/com_booklibrary/ebooks/programa.pdf)>, Acesso em 10 de janeiro de 2018.

\_\_\_\_\_. A doença infantil do 'esquerdismo' no comunismo. In: **Obras escolhidas**. Tomo III. São Paulo: Alfa-Ômega, 1980.

LUXEMBURGO, Rosa. **Introdução à Economia Política**. [tradução Carlos Leite]. São Paulo: Martins Fontes, 1990.

LUCCA, Tânia Regina de. História dos, nos e por meio dos periódicos. (in): PINSKY, Carla Bassanezi. (org). **Fontes Históricas**. 2. ed.-São Paulo. Editora Contexto, 2008.

MARCUSE, H. **Razão e revolução**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978.

MARX, Karl. **Contribuição à crítica da economia política**. Tradução e Introdução de Florestan Fernandes. 2º ed. São Paulo: Expressão Popular, 2008.

MARX, Karl; Engels, Friedrich. **O manifesto comunista**. Ed. Ridendo Castigat Mores. Fonte Digital. Rocket Edition, 1999.

\_\_\_\_\_. **A Ideologia alemã**. Ed. Ridendo Castigat Mores. Fonte Digital. Rocket Edition, 1999.

MARX, Karl. **O 18 Brumário de Luís Bonaparte**. [tradução e notas Nélío Schneider, prólogo Herbert Marcuse. Coleção Marx e Engels. São Paulo: Boitempo, 2011.

MOTTA, Rodrigo Patto Sá. **Em guarda contra o perigo vermelho: O anticomunismo na Brasil (1917-1964)**. Tese (Doutorado em História Econômica) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo. São Paulo, p. 315. 2000.

MOURÃO FILHO, Olympio. **Memórias – A verdade de um revolucionário**. 5 ed. Porto Alegre: L&PM, 1978.

NETO, Lira. **Getúlio (1930-1945): do Governo Provisório à Ditadura do Estado Novo**. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.

\_\_\_\_\_. **Getúlio: da volta pela consagração popular ao suicídio (1945-1954)**. São Paulo: Companhia das Letras, 2014.

PADRÓS, Enrique Serra. **Ditadura Brasileira: verdade, memória e justiça**. Porto Alegre, 2012. Disponível em:< <http://www.seer.furg.br/hist/article/viewFile/3262/1939>> Acesso em: 19 de abril de 2015.

\_\_\_\_\_.As escolas militares dos Estados Unidos e a Pentagonização das forças armadas da América Latina. **Outros Tempos**, v. 1 esp., p. 13-31 Porto Alegre, 2007. Disponível em:

[http://www.outrostempos.uema.br/OJS/index.php/outros\\_tempos\\_uema/article/view/358/294](http://www.outrostempos.uema.br/OJS/index.php/outros_tempos_uema/article/view/358/294). Acesso em: 26 de abril de 2017.

PACHECO, Eliezer. **O Partido Comunista Brasileiro (1922-1964)**. Rio de Janeiro: Alfa Ômega, 1984.

PADRÓS, Enrique Serra (Org). **Cone Sul em tempos de Ditadura: reflexões e debates sobre a História Recente**. Porto Alegre: Evangraf / UFRGS, 2013.

PANNEKOEK, Anton. **A revolução dos trabalhadores**. Conselhos operários. Coimbra: Centelha, 1975.

PASSOS, Pâmela. **Vozes a favor do Golpe!** O discurso anticomunista do IPES como materialidade de um projeto de classe. 1º edição. Rio de Janeiro: Mórula, 2017.

PRADO, Carlos. A internacional Comunista e a tática da “frente única”: Conciliação ou novo programa revolucionário? **Revista História & Luta de Classes**. Ano 13 – edição nº 23, 2017.

POMAR, Wladimir. **A Revolução Chinesa**. São Paulo: UNESP, 2003.

RAPOPORT, Mario; LAUFER, Rubén. Os Estados Unidos diante do Brasil e da Argentina: os golpes militares da década de 1960. **Revista Brasileira de Política Internacional**, v. 43, n. 1 Brasília Jan./Jun 2000. Disponível em: [http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0034-73292000000100004&script=sci\\_arttext](http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0034-73292000000100004&script=sci_arttext). Acesso em: 21 de abril de 2015.

REIS, Daniel Aarão. **Ditadura militar, esquerdas e sociedade**. Rio de Janeiro: Zahar, 3 ed. 2005.

\_\_\_\_\_.**Ditadura e democracia no Brasil**. Rio de Janeiro: Zahar, 1ºed. 2014.



ROSENBERG, Arthur. **A história do bolchevismo**. Belo Horizonte: Oficina de Livros, 1989.

SAES, Décio. Uma Contribuição à crítica da teoria das elites. **Revista de Sociologia e Política**. Repositório Digital Institucional da UFPR, n. 03, 1994. Disponível em: <http://revistas.ufpr.br/rsp/article/view/39376>. Acesso em: 18 de fevereiro de 2018.

SALES, Jean Rodrigues. **O impacto da revolução cubana sobre as organizações comunistas brasileiras (1959-1974)** – Tese (Doutorado em História) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas. Campinas, 2005.

SAMPAIO JUNIOR, Plínio de Arruda. **Por que Voltar a Lênin? Imperialismo, Barbárie e Revolução**, Campinas, SP: FE/UNICAMP, 2011.

SCHUMPETER, Joseph A. **Capitalismo, Socialismo e Democracia**. Título original: Capitalism, Socialism, and Democracy. Editado por George Allen e Unwin Ltd. Traduzido por Ruy Jungmann. Rio de Janeiro: Fundo de Cultura, 1961.

SILVA, Carla Luciana. **Onda vermelha: imaginários anticomunistas brasileiros (1931-1934)**. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2001. 254 p.

SILVA, Juremir Machado da, **Jango, a vida e a morte no exílio**. Porto Alegre: Sulina: [sn], 2013.

\_\_\_\_\_. **1964. Golpe midiático-civil-militar**. Porto Alegre: Sulina, 5 ed., 2014.

SODRÉ, Nelson Werneck. **História militar do Brasil**. 1 ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1965.

\_\_\_\_\_. **História da imprensa no Brasil**. São Paulo: 4 ed. Mauad, 1994.

SOUZA, Luiz Henrique Vieira. **A recepção alemã a revolução russa de 1905**. Tese (Doutorado em Sociologia) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo. São Paulo, p. 319, 2012.

SPINDEL, Arnaldo. **O que é comunismo**. 18 ed. São Paulo: Brasiliense, 1981.

\_\_\_\_\_. **O que é socialismo**. 25 ed. São Paulo: Brasiliense, 1991.

SPIRKINE, A. YAKHOT. O. **Princípios do materialismo histórico**. São Paulo: Estampa, 1975.

STEDILE, João Pedro. (org.). ESTEVAM, Douglas. (assistente de pesquisa). **A questão agrária no Brasil: Programas de reforma agrária 1946-2003**. 1º ed. São Paulo: Expressão Popular, 2005. 240 p.

TAVARES, Flávio. **O dia em que Getúlio Vargas matou Allende e outras novelas do poder**. Porto Alegre: L&PM, 2014.

TROTSKI, Leon. **Literatura e revolução**. Tradução de Luiz Alberto Moniz Bandeira. Rio de Janeiro: Zahar, 2007.

VALIM A. Busko. Imagens vigiadas: uma História social do Cinema no alvorecer da guerra fria, 1945-1954. **Diálogos - Revista do Departamento de História e do Programa de Pós-Graduação em História**. Disponível em: <<http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=305526864016>>. Acesso: 30 de abril de 2017.

ZIMBARG, Luís Alberto. **O cidadão armado comunismo e tenentismo (1927-1945)**. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Estadual Paulista, Faculdade de História, Direito e Serviço Social. Franca, 2001, p. 235, 2001.

## JORNAIS CONSULTADOS

### **A VOZ DA SERRA**

CAFRUNI, Jorge E. Jango, o Fidel brasileiro. **A Voz da Serra**. Erechim, 24 de março de 1964, p. 01.

CARRARO, Geder. Legião Brasileira Anticomunista. **A Voz da Serra**. Erechim, 10 de março de 1964, p. 01.

\_\_\_\_\_.Dr. Eduardo Pinto tranquiliza a população. **A Voz da Serra**. Erechim, 02 de abril de 1964, p. 01.

\_\_\_\_\_.Decretado feriado municipal, **A Voz da Serra**. Erechim, 02 de abril de 1964, p. 01.

\_\_\_\_\_.Comunistas chefiam invasões de terras com apoio Federal, **A Voz da Serra**. Erechim, 01 de março de 1964, p. 04.

\_\_\_\_\_.Destacamento volante em Erechim. **A Voz da Serra**. Erechim, 14 de abril de 1964, p. 01.

\_\_\_\_\_.O famoso listão. **A Voz da Serra**. Erechim, 14 de fevereiro de 1965, p. 02.

\_\_\_\_\_.Entrevista com o coronel Gonçalves. **A Voz da Serra**, Erechim, 19 de maio de 1965, p. 01 e 04.

\_\_\_\_\_.Liberdade de Imprensa é Ampla. **A Voz da Serra**, Erechim, 10 de abril de 1964, p. 01.

\_\_\_\_\_.PTB pediu abertura de CPI, **A Voz da Serra**. Erechim, 20 de julho de 1964, p. 02.

GOELZER, Jorge. Nacionalismo sim, comunismo não. **A Voz da Serra**. Erechim, 14 de abril de 64, p. 01.

\_\_\_\_\_.Salvo o Brasil. **A Voz da Serra**. Erechim, 07 de abril de 64, p. 01.

LOPE. J. H. Comunismo antirreligioso. **A Voz da Serra**. Erechim, 25 de junho de 1964, p. 01.

\_\_\_\_\_.O comunismo não é para o Brasil. **A Voz da Serra**. Erechim, 05 de julho de 1964, pg. 01.

\_\_\_\_\_.Solopando as bases. **A Voz da Serra**. Erechim, 12 de julho de 1964, p. 01.

\_\_\_\_\_.O comunismo no Brasil é diferente. **A Voz da Serra**. Erechim, 03 de novembro de 1964, p.02.

\_\_\_\_\_.TV ERECHIM, canal 3 – Uma iniciativa pioneira no interior Gaúcho, **A Voz da Serra**. Erechim, 05 de março de 1964, p. 01.

### ***Diário de Notícias***

CORREIA, Ernesto. Goulart quer plebiscito e poderes para legislar. **Diário de Notícias**. Porto Alegre, 17 de março de 1964, p. 01.

\_\_\_\_\_.O comício. **Diário de Notícias**. Porto Alegre, 15 de março de 1964, p. 01-02.

\_\_\_\_\_.RGS, solidário como o congresso e contra os ataques ao regime. **Diário de Notícias**. Porto Alegre, 17 de março de 1964, p. 01.

\_\_\_\_\_. “Não há mais dúvida de que Goulart prepara um golpe”. **Diário de Notícias**. Porto Alegre, 18 de março de 1964, p. 03.

\_\_\_\_\_.Democracia mobiliza Nação. **Diário de Notícias**. Porto Alegre, 21 de março de 1964, p. 01.

\_\_\_\_\_.Advertência aos brasileiros sobre os processos nefastos da ação comunista. **Diário de Notícias**. Porto Alegre, 15 de março de 1964, p. 02.

\_\_\_\_\_.Olímpio Mourão: pronunciamento a rádio Difusora de São Paulo. **Diário de Notícias**. Porto Alegre, 01 de abril de 1964, p. 01.

\_\_\_\_\_.Comunismo e inflação. **Diário de Notícias**. Porto Alegre, 07 de abril de 1964, p. 03.

\_\_\_\_\_.A cartola vermelha. **Diário de Notícias**, Porto Alegre, 02 de dezembro de 1964, p. 04.

### ***Diário da Manhã***

EX-PRESOS políticos pedem indenização. **Diário da Manhã**. Erechim, 22 e 23 de agosto de 1998, p. 13.

### ***Tribuna de Imprensa***

FERNANDES, Helio. Pela recuperação do Brasil. **Tribuna da Imprensa**. Rio de Janeiro, 02 de Abril de 1964, p. 01.

### ***Correio do Povo***

IV Exército e III Distrito Naval solidarizam-se com a rebelião. **Correio do Povo**, 03 de abril de 1964, p. 01. Porto Alegre, p. 01. Arquivos Caldas Júnior.

AFFONSO Anschau: cúpulas partidárias não podem deter a penetração da candidatura de Lacerda. **Correio do Povo**, Porto Alegre, 05 de março de 1964, p. 07. Arquivos Caldas Júnior.

CARNAVAL em Copacabana. **Correio do Povo**. Porto Alegre, 03 de abril de 1964, p. 01. Arquivos Caldas Júnior.

EUA suspendem sua ajuda a três países que comerciam com Cuba. **Correio do Povo**. Porto Alegre, 01 de março de 1964, p. 02. Arquivos Caldas Júnior.

KERN, Luiz Augusto. Golpe militar no Brasil completa 50 anos. **Correio do Povo**. Porto Alegre, 30 de março de 2014, p. 04.

MAGALHÃES Pinto fala sobre os perigos da radicalização. **Correio do Povo**. Porto Alegre, 03 de março de 1964, p.03. Arquivos Caldas Júnior.

MENDES de Moraes ou nos organizamos para a luta ou sucumbimos sob o comunismo. **Correio do Povo**. Porto Alegre, 14 de março de 1964, p. 07. Arquivos Caldas Júnior.

MOTIVOS Determinantes. **Correio do Povo**. Porto Alegre, 03 de abril de 1964, p. 01. Arquivos Caldas Júnior.

NO muro do Neoperonocastrimo. **Correio do Povo**, Porto Alegre, 17 de março de 1964, p. 04. Arquivos Caldas Júnior.

SILVA, Juremir Machado Da. Mídia e golpe no RS. **Correio do Povo**. Porto Alegre, 13 de junho de 2015, p. 02.

\_\_\_\_\_.Ato Inaugural. **Correio do Povo**, Porto Alegre, 14 de abril de 2014, p. 02.

\_\_\_\_\_.No brejo, **Correio do Povo**, Porto Alegre, 30 de março de 2014, p. 02.

SÓ a união dos esforços do povo salvará o país. **Correio do Povo**, Coluna A Voz do Pastor. Porto Alegre, 01 de março de 1964, p. 05. Arquivos Caldas Júnior.

**ACERVO CONSULTADO: ARQUIVO MUNICIPAL DE ERECHIM - JUAREZ MIGUEL  
ILLA FONT**

6º Região Policial. Delegacia de Polícia em Erechim. **Ofício nº 320/954**. Assinado por Vidal Vieira da Cunha, Delegado de Polícia. Encaminhado ao Ilmo. Snr. Dr. Henrique Henkin, DD: Diretor da Divisão de Ordem Social de Porto Alegre, Erechim, 13 de julho de 1954.

11º Delegacia Regional de Polícia. Arquivado nos documentos da Secretaria de Segurança Pública, Departamento de Polícia Civil. **Manifesto do Núcleo de Erechim do Centro Acadêmico, João Carlos Machado, da faculdade de Direito de Passo Fundo**. Erechim, 24 de abril de 1964.

11º Delegacia Regional de Polícia. **Relatório nº 6/64**. Assinado por Santo S. Dos Santos, escrivão de Polícia da D.R., encaminhado a Carlos Seabra Reverbel, Delegado Regional de Polícia. Erechim, 27 de abril de 1964.

11º Delegacia Regional de Polícia. **Auto de apreensão s/n**. Assinado por Carlos Seabra Reverbel. Erechim, 27 de abril de 1964.

11º Delegacia Regional de Polícia. **Ofício nº 182/64**. Assinado pelo Delegado Regional de Polícia, Carlos Seabra Reverbel, ao Juiz de Direito de Erechim Dr. Oscar Cardoso Kremer. Erechim, 16 de abril de 1964.

11º Delegacia Regional de Polícia. **Relatório 03/64**. Assinado pro Carlos Seabra Reverbel. Erechim, 16 de abril de 1964.

11º Delegacia Regional de Polícia. **Relatório 04/64**. Assinado por Carlos Seabra Reverbel, Delegado de Polícia. Erechim, 17 de abril de 1964.

11º Delegacia Regional de Polícia. **“Ao Povo de Erechim”, Manifesto do Comitê Municipal do Partido Comunista Brasileiro.** Erechim, março de 1964.

11º Delegacia Regional de Polícia. **Relatório 05/64.** Assinado por Carlos Seabra Reverbel. Erechim, 30 de abril de 1964.

11º Delegacia Regional de Policia. **Ofício nº 178/64.** De Carlos Seabra Reverbel, Delegado Regional de Policia, ao Ilmo. Sr. Estevão Carraro, Diretor do Jornal “A voz da Serra”. Erechim, 15 de abril de 1964.

11º Delegacia Regional da Policia. **Ofício s/n.** De Idyllio Badalotti, Gerente da Rádio Difusão Sul Riograndense Ltda, ao Delegado Regional de Polícia. Erechim, 14 de abril de 1964.

11º Delegacia Regional da Policia. Resposta do Sr Ruther V. Mühlen, Diretor Executivo da TV Erechim a Carlos Seabra Reverbel, Delegado Regional de Polícia. Referente ao **Ofício 189/64.** Erechim, 18 de abril de 1964.

11º Delegacia Regional da Policia. **Certidão assinada por Rêmulo Monteiro, Delegado de Polícia.** Erechim, 16 de junho de 1964.

## SÍTIOS CONSULTADOS

Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/1950-1969/L1802.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/1950-1969/L1802.htm)>. Acesso em 12 de maio de 2018.

Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/ait/ait-01-64.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ait/ait-01-64.htm)>. Acesso em 20 de janeiro de 2018.

Disponível em: < [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/Leis/L0601-1850.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L0601-1850.htm)>. Acesso em 21 de fevereiro de 2018.



Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constituicao46.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao46.htm)>. Acesso em 22 de fevereiro de 2018.

Disponível em: <<http://www.senado.gov.br/noticias/Jornal/emdiscussao/defesa-nacional/sociedade-armadas-debate-militares-defesa-nacional-seguranca/escola-superior-de-guerra-de-segurana-nacional>>. Acesso em 08 de março de 2017.

Disponível em: <[http://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/Jango/artigos/NaPresidenciaRepublica/Os\\_militares\\_e\\_o\\_governo\\_JG](http://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/Jango/artigos/NaPresidenciaRepublica/Os_militares_e_o_governo_JG)>. Acesso em: 01 de outubro de 2017.

Disponível em: <<https://pcb.org.br/portal2/10702>>. Acesso em 02 de outubro de 2017.

Disponível em: <<http://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/AEraVargas1/anos30-37/GolpeEstadoNovo/PlanoCohen>>. Acesso em: 10 de abril de 2017

Disponível em: <<https://oglobo.globo.com/brasil/apoio-editorial-ao-golpe-de-64-foi-um-erro-9771604>>. Acesso em: 05 de outubro de 2017.

Disponível em: <http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-tematico/correio-do-povo>, Acesso em: 02/06/2018.

Disponível em: <[http://www.lpm.com.br/site/default.asp?Template=../livros/layout\\_produto.asp&CategorialD=917163&ID=737350](http://www.lpm.com.br/site/default.asp?Template=../livros/layout_produto.asp&CategorialD=917163&ID=737350)>. Acesso em: 13 de fevereiro de 2018

Disponível em: <<https://pcb.org.br/portal2/10702>>. Acesso em: 02 de outubro de 2017.

Disponível em: <[http://www.raulcarrion.com.br/pcdob\\_fundacao.asp](http://www.raulcarrion.com.br/pcdob_fundacao.asp)>. Acesso em: 11 de janeiro de 2018.

Disponível em: <<http://pcb.org.br/portal/docs/historia.html>>. Acesso em: 10 de janeiro de 2018.